MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 32 3478 0702

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 01

Ao Serviço de Licitações e Compras do Município de Dores do Turvo/MG.

Considerando as demandas da Secretaria de Obras do Município de Dores do Turvo MG;

Considerando Itens desertos, fracassados processo167/2025.

Venho respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, solicitar autorização para proceder à Abertura de Processo Licitatório, na modalidade que a Lei dispuser, objetivando o Registro de Preços para Aquisição de material de construção (itens julgados desertos e fracassados) para construção da Ponte do Zeca na estrada que liga a sede do município de Dores do Turvo MG as comunidades da Vargem Nossa Senhora Aparecida e Caramonas.

A descrição dos itens e quantidades a serem adquiridos segue na requisição anexa.

Termos em que, pede deferimento.

Dores do Turvo, 11 de maio de 2026.

ERNANY ASSIS MAROTTA DE OLIVEIRA
SECRETARIO MUNICIPAL DE OBRAS

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS
RUA PAULO FERNANDES FARIA, Nº 55
DORES DO TURVO - MG - CEP:36-513.000
CNPJ: 18.128.249/0001-42

Ao
Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Dores do Turvo

OBJETO

Aquisição de 1.580 sacos de cimento CP II e 324 metros de estacas pré-moldadas de concreto 20x20.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

As contratações se deve pelos seguintes motivos:
1º - é onde se concentra a maior parte da população rural;
2º - essa ponte liga a sede do município às comunidades de Grão Mongol, Vargem Nª. Sª. Aparecida e Caramonas, tornando-se assim rota de transporte escolar e munícipes para tratamento de saúde, além de ser o acesso à cidade de Silveranea;
3º - essa ligação é parte fundamental para escoamento da produção;

A contratação deve seguir os trâmites da Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021).

Dores do Turvo, 15 de maio de 2026.

Atenciosamente,

Ernane de Oliveira Marotta
Secretário Obras

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE TARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 32 3478 0702

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 03

Documento de Formalização de Demanda

Dores do Turvo MG, 11 de maio de 2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DE DORES DO TURVO, MG.

Aquisição de material de construção (itens julgados deserto e fracassados) para construção da Ponte do Zeca na estrada que liga a sede do município de Dores do Turvo MG as comunidades da Vargem Nossa Senhora Aparecida e Caramonas.

INTRODUÇÃO

De acordo com o inciso IV do art. 2º do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, o Documento de Formalização de Demanda (DFD) é o documento que fundamenta o plano de contratações anual, em que a área requisitante evidencia e detalha a necessidade de contratação

Adicionalmente, o art. 8º do Decreto nº 10.947, de 2022 e § 1º do art. 10 da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022, especificam as informações mínimas requeridas ao preenchimento do DFD no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC), as quais serão detalhadas nos tópicos a seguir.

1- INFORMAÇÕES GERAIS

1.1- Data prevista para conclusão do processo

31 de julho de 2026 para a conclusão da contratação, a fim de não gerar prejuízos ou descontinuidade das atividades do órgão.

1.2- Descrição sucinta do objeto

Aquisição de material de construção (itens julgados deserto e fracassados) para construção da Ponte do Zeca na estrada que liga a sede do município de Dores do Turvo MG as comunidades da Vargem Nossa Senhora Aparecida e Caramonas.

2- JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem por finalidade a aquisição de materiais de construção destinados à continuidade da obra da Ponte do Zeca, localizada na estrada vicinal que interliga a sede do Município de Dores do Turvo às comunidades da Vargem Nossa Senhora Aparecida e Caramonas.

A necessidade da contratação decorre do fato de que determinados itens previstos no processo licitatório anterior foram julgados desertos e fracassados, impossibilitando a aquisição integral dos materiais necessários à execução da obra. Dessa forma, torna-se indispensável a realização de nova contratação para suprir os itens não adquiridos, garantindo a continuidade dos serviços e evitando a paralisação da construção da ponte.

A execução da referida obra é de extrema importância para o município, considerando que a estrada atende significativo fluxo de moradores, produtores rurais, transporte escolar, veículos de serviços públicos e escoamento da produção agrícola local. A atual situação da travessia compromete a segurança dos usuários e dificulta o acesso das comunidades rurais à sede do município, especialmente em

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls.: 05

períodos chuvosos, quando há aumento dos riscos de interrupção do tráfego.

A construção da Ponte do Zeca proporcionará melhores condições de mobilidade, segurança e acessibilidade à população das comunidades da Vargem Nossa Senhora Aparecida e Caramonas, promovendo maior integração entre a zona rural e a sede municipal. Além disso, contribuirá diretamente para o fortalecimento das atividades econômicas locais, especialmente do setor agropecuário, que depende da adequada infraestrutura viária para transporte de insumos e comercialização da produção.

Ressalta-se ainda que a não contratação dos materiais remanescentes poderá ocasionar atrasos na execução da obra, aumento de custos futuros, prejuízos à Administração Pública e manutenção das dificuldades enfrentadas pela população usuária da via.

Diante disso, a contratação pretendida mostra-se necessária e indispensável para assegurar a continuidade da obra pública, atender ao interesse coletivo e garantir melhores condições de trafegabilidade e segurança aos usuários da estrada rural.

3-MATERIAIS/SERVIÇOS

Nº Item	Descrição	UND	Quantidade
001	CIMENTO COMPOSTO CP II 32 50 KG	UN	1580
002	ESTACAS PRE-MOLDADAS DE CONCRETO 20X20 CM	M	324

4- IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA REQUISITANTE E RESPONSÁVEIS

Ernany Assis Marotta de Oliveira
SECRETARIO DE OBRAS

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO DORES DO TURVO
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 32 3478 0702

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls 06

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Aquisição de material de construção (itens julgados deserto e fracassados) para construção da Ponte do Zeca na estrada que liga a sede do município de Dores do Turvo MG as comunidades da Vargem Nossa Senhora Aparecida e Caramonas.

Data: 11 de maio de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 09

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

INTRODUÇÃO

O Estudo Técnico Preliminar – ETP é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação, que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução. Ele serve de base ao Termo de Referência a ser elaborado, caso se conclua pela viabilidade da contratação.

O ETP tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento de demanda registrada no Documento de Formalização da Demanda – DFD, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar a tomada de decisão e o prosseguimento do respectivo processo de contratação.

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Aquisição de material de construção (itens julgados deserto e fracassados) para construção da Ponte do Zeca na estrada que liga a sede do município de Dores do Turvo MG as comunidades da Vargem Nossa Senhora Aparecida e Caramonas.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A presente aquisição tem por finalidade suprir a necessidade de materiais de construção referentes aos itens julgados desertos e fracassados em procedimento licitatório anterior, destinados à execução da obra de construção da Ponte do Zeca, localizada na estrada vicinal que interliga a sede do município de Dores do Turvo às comunidades da Vargem Nossa Senhora Aparecida e Caramonas.

A construção da referida ponte é de fundamental importância para garantir condições adequadas de trafegabilidade e segurança aos usuários da via, considerando que a estrada é amplamente utilizada para o deslocamento de moradores, transporte escolar, escoamento da produção agrícola e acesso a serviços essenciais, contribuindo diretamente para o desenvolvimento econômico e social das comunidades rurais atendidas.

Dessa forma, a aquisição dos materiais remanescentes torna-se indispensável para assegurar a continuidade e conclusão da obra, evitando paralisações, prejuízos ao cronograma físico-financeiro e transtornos à população local. A contratação visa atender ao interesse público, proporcionando melhoria da infraestrutura viária municipal, maior segurança aos usuários e melhores condições de mobilidade rural.

3. ÁREA REQUISITANTE

SECRETARIA DE OBRAS

4. NECESSIDADE DE NEGÓCIO

A necessidade de negócio consiste em garantir a continuidade e conclusão da obra de construção da Ponte do Zeca, por meio da aquisição dos materiais de construção correspondentes aos itens julgados desertos e fracassados em processo licitatório anterior, assegurando a execução integral do empreendimento público.

A obra é estratégica para o município de Dores do Turvo, uma vez que a ponte integra importante via de acesso entre a sede municipal e as comunidades da Vargem Nossa Senhora Aparecida e Caramonas, sendo essencial para a mobilidade da população rural, transporte escolar, circulação de veículos, escoamento da produção agropecuária e acesso a serviços públicos essenciais.

Com a aquisição dos materiais remanescentes, busca-se evitar a paralisação da obra, minimizar riscos de aumento de custos decorrentes da interrupção dos serviços e garantir maior eficiência na aplicação dos recursos públicos. Além disso, a conclusão da ponte proporcionará melhorias na infraestrutura viária, segurança no tráfego, redução de dificuldades de deslocamento em períodos chuvosos e fortalecimento das atividades econômicas e sociais das comunidades atendidas.

5. ESTIMATIVA DA DEMANDA - QUANTIDADE DE BENS E SERVIÇOS

Item	Descrição	UND	Quantidade
001	CIMENTO COMPOSTO CP II 32 50 KG	UN	1580
002	ESTACAS PRE-MOLDADAS DE CONCRETO 20X20 CM	M	324

6. JUSTIFICATIVA TÉCNICA / ECONOMICA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

A presente contratação tem por objeto a aquisição de materiais de construção destinados à execução da obra da Ponte do Zeca, localizada na estrada vicinal que interliga a sede do Município de Dores do Turvo às comunidades da Vargem Nossa Senhora Aparecida e Caramonas, visando garantir condições adequadas de trafegabilidade, segurança e continuidade do transporte de pessoas, insumos agrícolas, veículos escolares e serviços essenciais.

A escolha pela aquisição dos materiais de construção decorre da necessidade de dar continuidade ao processo licitatório anterior, considerando que determinados itens foram declarados desertos e/ou fracassados, ocasionando a impossibilidade de conclusão regular da contratação inicialmente planejada. Dessa forma, torna-se imprescindível a realização de nova contratação para suprir os itens não adquiridos, evitando prejuízos à execução da obra e ao interesse público.

Sob o aspecto técnico, a solução mostra-se adequada e necessária, tendo em vista que os materiais pretendidos atendem às especificações estruturais e operacionais exigidas para a construção da ponte, observando critérios de resistência, durabilidade, segurança e compatibilidade com o projeto executivo elaborado pela Administração Municipal. A não aquisição dos itens comprometeria diretamente a

SECRETARIA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls 09

execução da estrutura, podendo ocasionar paralisação da obra, aumento de riscos à população e deterioração das condições de acesso das comunidades atendidas.

Do ponto de vista econômico, a aquisição dos materiais representa a alternativa mais vantajosa para a Administração Pública, uma vez que possibilita a continuidade da obra sem necessidade de revisão integral do projeto ou adoção de soluções alternativas mais onerosas. Ademais, a realização de novo procedimento para os itens desertos e fracassados preserva os princípios da economicidade, eficiência e interesse público, permitindo a obtenção de propostas compatíveis com os preços praticados no mercado e garantindo melhor aplicação dos recursos públicos.

Importa destacar que a execução da Ponte do Zeca possui relevante interesse social e econômico para o município, especialmente em razão da forte utilização da via por produtores rurais, transporte escolar, escoamento da produção agrícola e acesso da população aos serviços públicos essenciais. Assim, a continuidade da obra contribuirá significativamente para o desenvolvimento local, melhoria da mobilidade rural e segurança dos usuários da via.

Diante do exposto, conclui-se que a aquisição dos materiais de construção referentes aos itens desertos e fracassados constitui medida técnica e economicamente justificada, necessária à continuidade da obra pública e ao atendimento do interesse coletivo.

7. RESPONSÁVEIS

ERNANY ASSIS MAROTTA DE OLIVEIRA
SECRETARIA DE TRANSPORTE

8. APROVAÇÃO E DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Aprovo este Estudo Técnico Preliminar e atesto sua conformidade às disposições da Lei Federal 14.133/2021.

Dores do Turvo MG, 11 de maio de 2026

KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA:08600921600 Assinado de forma digital por KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA:08600921600

KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO
CNPJ: 18.128.249/0001-42
Endereço: RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55, CENTRO, DORES DO TURVO - MG
Telefone: (32) 3576-1275 E-mail: prefeitura@doresdoturvo.mg.gov.br

Menor Preço | Não Cotado

Mapa de Cotação de Preço Unificado

Informações Gerais da Cotação

Cotação: 0073/2026

Data: 19/05/2026 **Validade:** 30/08/2026

Tipo Processo: RP - Registro de Preço

Responsável pela Pesquisa: JOSE ATAUL COELHO

Justificativa: AQUISIÇÃO DE ITENS JULGADOS DESERTO NO PROCESSO Nº 187/2025 REFERENTE A CONSTRUÇÃO DA "PONTE DO ZECA" NA ESTRADA QUE LIGA A SEDE DO MUNICÍPIO ÀS COMUNIDADES DE VARGEM NOSSA SENHORA APARECIDA E CARAMONAS.

Valor de Referência: Preço menor e Val. Unitário em: 2 casas decimais

					Valor Ref.: Preço menor	
Nº Item	Cód.	Descrição	UND	Quantidade	Val. Unitário	Val. Total
001	7127	CIMENTO COMPOSTO CP II 32 50 KG	UN	1580	32,81	51.839,80
002	134153384	ESTACAS PRE-MOLDADAS DE CONCRETO 20X20 CM	M	324	175,35	56.813,40
					Total ===>	108.653,20

Fornecedores

FERRAZ ENGENHARIA LTDA - CNPJ: 22.226.566/0001-79

Nº Item	Cód.	Descrição	UND	Quantidade	Val. Unitário	Val. Total
001	7127	CIMENTO COMPOSTO CP II 32 50 KG	UN	1580	0,00	0,00
002	134153384	ESTACAS PRE-MOLDADAS DE CONCRETO 20X20 CM	M	324	194,13	62.898,12
					Total ===>	62.898,12

METRON-CONSTRUCOES E LOCACAO LTDA - CNPJ: 43.869.294/0001-03

Nº Item	Cód.	Descrição	UND	Quantidade	Val. Unitário	Val. Total
001	7127	CIMENTO COMPOSTO CP II 32 50 KG	UN	1580	0,00	0,00
002	134153384	ESTACAS PRE-MOLDADAS DE CONCRETO 20X20 CM	M	324	175,35	56.813,40
					Total ===>	56.813,40

PROJETIS PROJETOS DE ENGENHARIA LTDA - CNPJ: 31.600.348/0001-43

Nº Item	Cód.	Descrição	UND	Quantidade	Val. Unitário	Val. Total
001	7127	CIMENTO COMPOSTO CP II 32 50 KG	UN	1580	0,00	0,00
002	134153384	ESTACAS PRE-MOLDADAS DE CONCRETO 20X20 CM	M	324	256,20	83.008,80
					Total ===>	83.008,80

Menor Preço | Não Cotado

CLENIS MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA - CNPJ: 54.665.810/0001-96

Nº Item	Cód.	Descrição	UND	Quantidade	Val. Unitário	Val. Total
001	7127	CIMENTO COMPOSTO CP II 32 50 KG	UN	1580	40,00	63.200,00
002	134153384	ESTACAS PRE-MOLDADAS DE CONCRETO 20X20 CM	M	324	0,00	0,00
					Total ===>	63.200,00

64.557.211 ANA PAULA DA SILVA HORA - CNPJ: 64.557.211/0001-02

Nº Item	Cód.	Descrição	UND	Quantidade	Val. Unitário	Val. Total
001	7127	CIMENTO COMPOSTO CP II 32 50 KG	UN	1580	32,81	51.839,80
002	134153384	ESTACAS PRE-MOLDADAS DE CONCRETO 20X20 CM	M	324	0,00	0,00
					Total ===>	51.839,80

FREITAS MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA - CNPJ: 10.680.984/0001-52

Nº Item	Cód.	Descrição	UND	Quantidade	Val. Unitário	Val. Total
001	7127	CIMENTO COMPOSTO CP II 32 50 KG	UN	1580	38,50	60.830,00
002	134153384	ESTACAS PRE-MOLDADAS DE CONCRETO 20X20 CM	M	324	0,00	0,00
					Total ===>	60.830,00

IVAN REZENDE DE PADUA - CPF: 737.753.556-34 - CNPJ: 01.664.860/0001-92

Nº Item	Cód.	Descrição	UND	Quantidade	Val. Unitário	Val. Total
001	7127	CIMENTO COMPOSTO CP II 32 50 KG	UN	1580	43,95	69.441,00
002	134153384	ESTACAS PRE-MOLDADAS DE CONCRETO 20X20 CM	M	324	0,00	0,00
					Total ===>	69.441,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO
CNPJ: 18.129.249/0001-42
Endereço: RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55, CENTRO, DORES DO TURVO - MG
Telefone: (32) 3576-1275 E-mail: prefeitura@doresdoturvo.mg.gov.br

Apuração

Informações Gerais da Cotação

Cotação: 0073/2026

Data: 19/05/2026 **Validade:** 30/08/2026

Tipo Processo: RP - Registro de Preço

Responsável pela Pesquisa: JOSE ATAUL COELHO

Justicativa: AQUISIÇÃO DE ITENS JULGADOS DESERTO NO PROCESSO Nº 167/2025 REFERENTE A CONSTRUÇÃO DA "PONTE DO ZECA" NA ESTRADA QUE LIGA A SEDE DO MUNICÍPIO ÀS COMUNIDADES DE VARGEM NOSSA SENHORA APARECIDA E CARAMONAS.

Itens

Nº Item	Cód.	Descrição	UND	Quantidade	Val. Unitário	Val. Total
1	134153384	ESTACAS PRE-MOLDADAS DE CONCRETO 20X20 CM	M	324.00	175.35	56,813.40
Fornecedor		**CPF/CNPJ**		-	-	-
METRON-CONSTRUCOES E LOCACAO LTDA		43.869.294/0001-03		324.00	175.35	56,813.40
FERRAZ ENGENHARIA LTDA		22.226.566/0001-79		324.00	194.13	62,898.12
PROJETIS PROJETOS DE ENGENHARIA LTDA		31.600.348/0001-43		324.00	258.20	83,656.80
Nº Item	**Cód.**	**Descrição**	**UND**	**Quantidade**	**Val. Unitário**	**Val. Total**
2	7127	CIMENTO COMPOSTO CP II 32 50 KG	UN	1,580.00	32.81	51,839.80
Fornecedor		**CPF/CNPJ**		-	-	-
64.557.211 ANA PAULA DA SILVA HORA		64.557.211/0001-02		1,580.00	32.81	51,839.80
FREITAS MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA		10.880.984/0001-52		1,580.00	38.50	60,830.00
CLENIS MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA		54.665.810/0001-66		1,580.00	40.00	63,200.00
IVAN REZENDE DE PADUA - CPF: 737.753.556-34		01.664.850/0001-92		1,580.00	43.95	69,441.00

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG

CIMENTO CP II

Pesquise iniciada no dia 27/05/2026 13:31
IP: 186.232.212.155

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls: 13

Prefeitura Municipal de Dores do Turvo - MG
CNPJ: 18.128.249/0001-47
Responsável: José Ataul Coelho
Matrícula: -

Método matemático aplicado: Média Aritmética dos preços obtidos
Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133), no Artigo 5º: "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC I: Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

Item 1	Preços	Valor Unit.	Quantidade	Total
AQUISIÇÃO DE CIMENTO CP II	4	R$ 38,82	1580,0000 / UNIDADE	R$ 61.335,60

Órgão/Empresa/Site: MUNICIPIO DE AGUA COMPRIDA
Razão Social do Fornecedor — **CNPJ**
1 ELENIS MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA — 54.665.[illegible]/0001-06

Fonte	Identificação	Quant.	Data	Preço
PNCP	...428953000[illegible]7185202	2500,00	31/03/2026	R$ 40,00

Órgão/Empresa/Site: COMANDO DO EXERCITO
Razão Social do Fornecedor — **CNPJ**
2 64.557.211 ANA PAULA DA SILVA HORA — 64.557.211/0001-40

Fonte	Identificação	Quant.	Data	Preço
PNCP	...00000394452000101001831923051	56,00	19/02/2026	R$ 32,81

Órgão/Empresa/Site: MUNICIPIO DE SANTANA DO MANHUACU
Razão Social do Fornecedor — **CNPJ**
3 FREITAS MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA — 10.680.984/0001-52

Fonte	Identificação	Quant.	Data	Preço
PNCP	...00018385145000164100104202554	1500,00	03/12/2025	R$ 38,50

Órgão/Empresa/Site: MUNICIPIO DE SAO TOMAS DE AQUINO
Razão Social do Fornecedor — **CNPJ**
4 IVAN REZENDE DE PADUA - CPF: 757.053.556-34 — 01.664.850/0001-40

Fonte	Identificação	Quant.	Data	Preço
PNCP	...00018241354000129100053302633	1500,00	19/03/2026	R$ 43,93

Média Aritmética dos preços obtidos: R$ 38,82

Valor Total da Cotação: R$ 61.335,60

DETALHAMENTO DOS ITENS

Item 1: AQUISIÇÃO DE CIMENTO CP II

Quantidade: 1580,0000 UNIDADE
Descrição:
[LICITANET] - Registro de preços para futura e eventual aquisição de material de construção para manutenção dos prédios públicos
Justificativas: -

Preço (PNCP)[1] **R$ 40,00**

Órgão
MUNICIPIO DE AGUA COMPRIDA
Objeto
[LICITANET] - Registro de preços para futura e eventual aquisição de material de construção para manutenção dos prédios públicos
Descrição
[LICITANET] - Registro de preços para futura e eventual aquisição de material de construção para manutenção dos prédios públicos / CIMENTO CP II F 32 SACO 50 KG

Dados

Data de homologação: 31/03/2026 - 00:00:00 **Modalidade:** Pregão Eletrônico **SRP:** SIM
Fonte: PNCP **Código do item:** - **Lote/Item:** 7185202
Identificação: 00018428953000110100001520267185202
Quantidade: 2500,00 **Unidade:** UNIDADE **UF:** MG
Ajuste de frete: Não se aplica **Valor do frete:** R$ 0,00

Prefeitura Municipal de Dores do Turvo - MG
CNPJ: 18.138.249/0001-42
Responsável: José Maul Coelho
Matrícula: -

Fabricante: PNCP Não disponibiliza essa informação.
Marca: - **Modelo:** -
Registro ANVISA: -

Fornecedor

Razão Social: CLENIS MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA
CNPJ: 54.665.810/0001-96 **Porte:**
UF: MG

Preço (PNCP)[2] **R$ 32,81**

Órgão
COMANDO DO EXERCITO

UASG
160111

Objeto
A presente aquisição visa atender à necessidade de aquisição de material de construção para a continuidade da manutenção da infraestrutura do Campo de Instrução de Juiz de Fora/Centro de Educação Ambiental e Cultura.

Descrição
A presente aquisição visa atender à necessidade de aquisição de material de construção para a continuidade da manutenção da infraestrutura do Campo de Instrução de Juiz de Fora/Centro de Educação Ambiental e Cultura. / Cimento Portland material: dinker, tipo: cp iii Cimento CP3

Dados

Data de homologação: 19/02/2026 - 00:00:00 **Modalidade:** Dispensa de Licitação **SRP:** NÃO
Fonte: PNCP **Código do Item:** - **Lote/Item:** 1
Identificação: 00000000000039445200010310018392026I
Quantidade: 56.00 **Unidade:** Unidade **UF:** MG
Ajuste de frete: Não se aplica **Valor do frete:** R$ 0,00
Fabricante: PNCP Não disponibiliza essa informação.
Marca: - **Modelo:** -
Registro ANVISA: -

Fornecedor

Razão Social: 64.557.211 ANA PAULA DA SILVA HORA
CNPJ: 64.557.211/0001-02 **Porte:** ME
UF: MG

Preço (PNCP)[3] **R$ 38,50**

Órgão
MUNICIPIO DE SANTANA DO MANHUACU

Objeto
REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATACAO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO, ELETRICO, HIDRAULICO, EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS E AFINS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MANHUACU/MG, CONFORME CONDICOES, QUANTIDADES E EXIGENCIAS ESTABELECIDAS NO ESTUDO TECNICO PRELIMINAR

Descrição
REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATACAO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO, ELETRICO, HIDRAULICO, EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS E AFINS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MANHUACU/MG. CO / CIMENTO CP II/50KG

Dados

Data de homologação: 09/10/2025 - 00:00:00 **Modalidade:** Pregão Presencial **SRP:** NÃO
Fonte: PNCP **Código do Item:** - **Lote/Item:** 54
Identificação: 00000000183851460001681000104202554
Quantidade: 1500.00 **Unidade:** Unidade **UF:** MG
Ajuste de frete: Não se aplica **Valor do frete:** R$ 0,00
Fabricante: PNCP Não disponibiliza essa informação.
Marca: - **Modelo:** -
Registro ANVISA: -

CIMENTO CP II

Pesquisa iniciada no dia 27/05/2026 13:31
IP: 186.232.212.155

FONTE DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 15

Prefeitura Municipal de Dores do Turvo - MG
CNPJ: 18.128.349/0001-42
Responsável: José Ataul Coelho
Matrícula: -

Fornecedor

Razão Social: FREITAS MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA
CNPJ: 10.680.984/0001-52 **Porte:** ME
UF: MG

Preço (PNCP][4] **R$ 43,95**

Órgão
MUNICIPIO DE SAO TOMAS DE AQUINO

Objeto
Registro de Preços para futuras Aquisições de Materiais de Construção para a Prefeitura Municipal de São Tomás de Aquino

Descrição
Registro de Preços para futuras Aquisições de Materiais de Construção para a Prefeitura Municipal de São Tomás de Aquino / CIMENTO CP II 320 50KG
CIMENTO CP II 320 50KG

Dados

Data de homologação: 13/03/2026 - 00:00:00 **Modalidade:** Pregão Eletrônico **SRP:** SIM
Fonte: PNCP **Código do item:** - **Lote/Item:** 33
Identificação: 00000000018241364000129100005320263 3
Quantidade: 1800.00 **Unidade:** SC **UF:** MG
Ajuste de frete: Não se aplica **Valor do frete:** R$ 0,00
Fabricante: PNCP Não disponibiliza essa informação.
Marca: - **Modelo:** -
Registro ANVISA: -

Fornecedor

Razão Social: IVAN REZENDE DE PADUA - CPF: 737.753.556-34
CNPJ: 01.664.860/0001-92 **Porte:** EPP
UF: MG

Observações Gerais da Cotação

Sem Observações

Laudo da Cotação

Importante - O Fonte de preços é uma solução tecnológica que reúne diversas fontes, entre elas fontes governamentais, fontes complementares e sites de domínio amplo. O sistema atende aos parâmetros de pesquisa de acordo com as leis vigentes, Instruções normativas, regulamentos, acórdãos, portarias e decretos, desta forma afirmamos que as fontes são meios facilitadores de pesquisas ágeis, seguras e eficazes para a administração pública, sendo o servidor responsável pelo uso e seleção dos preços.

CIMENTO CP II
Pesquisa iniciada no dia 27/05/2026 13:31
IP: 186.232.212.155

FONTE DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 16

Prefeitura Municipal de Dores do Turvo - MG
CNPJ: 18.128.249/0001-47
Responsável: José Ataul Coelho
Matrícula: -

INFORMAÇÕES DOS FORNECEDORES

64.557.211 ANA PAULA DA SILVA HORA

CNPJ:	64.557.211/0001-02
EMAIL:	solucoesmarana@gmail.com
TELEFONE:	(32) 9997-7173
ENDEREÇO:	Não Informado

CLENIS MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA

CNPJ:	54.665.810/0001-96
EMAIL:	Não Informado
TELEFONE:	Não Informado
ENDEREÇO:	Não Informado

FREITAS MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA

CNPJ:	10.680.984/0001-52
EMAIL:	rolicont@ltnet.com.br
TELEFONE:	(33) 3373-1166 / (33) 3373-1166
ENDEREÇO:	Não Informado

IVAN REZENDE DE PADUA - CPF: 737.753.556-34

CNPJ:	01.664.860/0001-92
EMAIL:	pedroso@univelox.com.br
TELEFONE:	(35) 3558-1040/ (35) 3558-1765
ENDEREÇO:	Não Informado

ESTACAS PRE MOLDADAS PARA PONTES

Pesquisa iniciada no dia 15/05/2026 09:47
IP: 186.232.212.155

Prefeitura Municipal de Dores do Turvo - MG
CNPJ: 18.128.349/0001-42
Responsável: José Ataul Coelho
Matrícula: -

Método matemático aplicado: Média Aritmética dos preços obtidos
Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133), no Artigo 3º: "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC I: Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

Item 1	Preços	Valor Unit.	Quantidade	Total
ESTACAS PRE-MOLDADAS DE CIMENTO	3	R$ 209,23	324,00 / M	R$ 67.790,52

Órgão/Empresa/Site: MUNICIPIO DE TEOFILO OTONI
Razão Social do Fornecedor — **CNPJ**
1 FERRAZ ENGENHARIA LTDA — 22.225.565/0001-79

Fonte	Identificação	Quant.	Data	Preço
PNCP	...0001840478000109100006120251	1202,00	08/01/2026	R$ 194,13

Órgão/Empresa/Site: MUNICIPIO DE RAUL SOARES
Razão Social do Fornecedor — **CNPJ**
2 METRON CONSTRUCOES E LOCACAO LTDA — 48.859.294/0001-03

Fonte	Identificação	Quant.	Data	Preço
PNCP	...0001847696400018410000322026 12	420,00	13/05/2026	R$ 175,35

Órgão/Empresa/Site: MUNICIPIO DE BUENOPOLIS
Razão Social do Fornecedor — **CNPJ**
3 PROJETIS PROJETOS DE ENGENHARIA LTDA — 31.600.348/0001-44

Fonte	Identificação	Quant.	Data	Preço
PNCP	...0017694852000129100012202519	900,00	27/10/2025	R$ 258,20

Média Aritmética dos preços obtidos: R$ 209,23

Valor Total da Cotação: R$ 67.790,52

DETALHAMENTO DOS ITENS

Item 1: ESTACAS PRE-MOLDADAS DE CIMENTO

Quantidade: 324,0000 M

Descrição:
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS COM CONSTRUÇÃO DE PONTES EM DIVERSAS COMUNIDADES RURAIS ATRAVÉS DO CONTRATO DE REPASSE Nº 946662/2023.

Justificativas: -

Preço (PNCP][1] **R$ 194,13**

Órgão
MUNICIPIO DE TEOFILO OTONI

Objeto
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS COM CONSTRUÇÃO DE PONTES EM DIVERSAS COMUNIDADES RURAIS ATRAVÉS DO CONTRATO DE REPASSE Nº 946662/2023.

Descrição
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS COM CONSTRUÇÃO DE PONTES EM DIVERSAS COMUNIDADES RURAIS ATRAVÉS DO CONTRATO DE REPASSE Nº 946662/2023. / ESTACA PRÉ-MOLDADA DE CONCRETO SEÇÃO QUADRADA, CAPACIDADE DE 50 TONELADAS, INCLUSO EMENDA (EXCLUSIVE MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO). AF_12/2019

Dados

Data de homologação: 08/01/2026 - 00:00:00 **Modalidade:** Outras Modalidades **SRP:** NÃO
Fonte: PNCP **Código do item:** - **Lote/Item:** 17
Identificação: 00000000018404780000109100006120251 7
Quantidade: 1202,00 **Unidade:** MT **UF:** MG
Ajuste de frete: Não se aplica **Valor do frete:** R$ 0,00
Fabricante: PNCP Não disponibiliza essa informação.
Marca: - **Modelo:** -

FONTE DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
FLS 18

Prefeitura Municipal de Dores do Turvo - MG
CNPJ: 18.128.249/0001-42
Responsável: José Ataul Coelho
Matrícula: -

Registro ANVISA: -

Fornecedor

Razão Social: FERRAZ ENGENHARIA LTDA
CNPJ: 22.226.566/0001-79 **Porte:** ME
UF: MG

Preço (PNCP)[2] **R$ 175,35**

Órgão
MUNICIPIO DE RAUL SOARES

UASG
14556

Objeto
construção de ponte mista de concreto com recursos oriundos da Defesa Civil, na localidade de Córrego de Ubá de Cima, coordenadas 20°0930s 42°2659, conforme plano de trabalho REC-MG 3154002-20250814-02/META 01 (referência: próximo a propriedade SR. José Lopes), município de Raul Soares/MG, conforme processo junto a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil

Descrição
construção de ponte mista de concreto com recursos oriundos da Defesa Civil, na localidade de Córrego de Ubá de Cima, coordenadas 20°0930s 42°2659, conforme plano de trabalho REC-MG 3154002-20250814-02/META 01 (referência: próximo a propriedade SR. Jo / ESTACA PRÉ-MOLDADA DE CONCRETO SEÇÃO QUADRADA, CAPACIDADE DE 50 TONEL

Dados

Data de homologação: 13/05/2026 - 00:00:00 **Modalidade:** Concorrência **SRP:** NÃO
Fonte: PNCP **Código do item:** - **Lote/Item:** 12
Identificação: 00000000188369650001841000032202612
Quantidade: 420,00 **Unidade:** MT **UF:** MG
Ajuste de frete: Não se aplica **Valor do frete:** R$ 0,00
Fabricante: PNCP Não disponibiliza essa informação.
Marca: - **Modelo:** -
Registro ANVISA: -

Fornecedor

Razão Social: METRON-CONSTRUCOES E LOCACAO LTDA
CNPJ: 43.869.294/0001-03 **Porte:** ME
UF: MG

Preço (PNCP)[3] **R$ 258,20**

Órgão
MUNICIPIO DE BUENOPOLIS

Objeto
[Portal de Compras Públicas] - Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de blocos de concreto pré-moldado de encaixe, execução de contenções e pontes mistas em aço e concreto, a serem executadas no Município de Buenópolis/MG.

Descrição
[Portal de Compras Públicas] - Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de blocos de concreto pré-moldado de encaixe, execução de contenções e pontes mistas em aço e concreto, a serem executados no Município de Bu / Lote 1 - 6.2 - CRAVACAO DE ESTACA PRE-MOLDADA DE CONCRETO,DIMENSAO (20X20)CM, COMPRESSAO ADMISSIVEL DE 50T,INCLUSIVE FORNECIMENTO DE ESTACA, EXCLUSIVE EMENDA(20250929):

Dados

Data de homologação: 27/10/2025 - 00:00:00 **Modalidade:** Outras Modalidades **SRP:** SIM
Fonte: PNCP **Código do item:** - **Lote/Item:** 19
Identificação: 00000000176948520001291000122202519
Quantidade: 600,00 **Unidade:** Metro **UF:** MG
Ajuste de frete: Não se aplica **Valor do frete:** R$ 0,00
Fabricante: PNCP Não disponibiliza essa informação.
Marca: - **Modelo:** -
Registro ANVISA: -

ESTACAS PRE MOLDADAS PARA PONTES

Pesquisa iniciada no dia 15/05/2026 09:47
IP: 186.232.212.155

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
FLS 19

Prefeitura Municipal de Dores do Turvo - MG
CNPJ: 18.528.249/0001-47
Responsável: José Ataul Coelho
Matrícula: -

Fornecedor

Razão Social: PROJETES PROJETOS DE ENGENHARIA LTDA
CNPJ: 31.600.348/0001-43 **Porte:** ME
UF: MG

Observações Gerais da Cotação

Sem Observações

Laudo da Cotação

Importante - O Fonte de preços é uma solução tecnológica que reúne diversas fontes, entre elas fontes governamentais, fontes complementares e sites de domínio amplo. O sistema atende aos parâmetros de pesquisa de acordo com as leis vigentes, Instruções normativas, regulamentos, acórdãos, portarias e decretos, desta forma afirmamos que as fontes são meios facilitadores de pesquisas ágeis, seguras e eficazes para a administração pública, sendo o servidor responsável pelo uso e seleção dos preços.

ESTACAS PRE MOLDADAS PARA PONTES

Pesquisa iniciada no dia 15/05/2026 09:47
IP: 186.232.212.155

Prefeitura Municipal de Dores do Turvo - MG
CNPJ: 18.178.749/0001-42
Responsável: José Ataul Coelho
Matrícula: -

INFORMAÇÕES DOS FORNECEDORES

FERRAZ ENGENHARIA LTDA

CNPJ:	22.226.566/0001-79
EMAIL:	ferrazengenharia15@gmail.com
TELEFONE:	(33) 3641-2045
ENDEREÇO:	Não Informado

METRON-CONSTRUCOES E LOCACAO LTDA

CNPJ:	43.859.294/0001-03
EMAIL:	metronconstrucoes@gmail.com
TELEFONE:	(31) 3619-0079
ENDEREÇO:	Não Informado

PROJETIS PROJETOS DE ENGENHARIA LTDA

CNPJ:	31.600.348/0001-43
EMAIL:	wesleyca.el@hotmail.com
TELEFONE:	(33) 8845-4553
ENDEREÇO:	Não Informado

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 32 3478 0702

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls 21

MEMORANDO INTERNO.
De: Setor de Licitações.
Para: Serviço Municipal da Fazenda e Contabilidade.

Para continuar os trâmites legais de instauração do processo licitatório, cujo objetivo refere-se ao Registro de Preço para Aquisição de material de construção (itens julgados desertos e fracassados) para construção da Ponte do Zeca na estrada que liga a sede do município de Dores do Turvo MG as comunidades da Vargem Nossa Senhora Aparecida e Caramonas, no valor estimado de R$ 108.653,20 (cento e oito mil, seiscentos e cinquenta e tres reais e vinte centavos), conforme pesquisa de mercado e planilha de cotação às fls. retro, solicito a realização de bloqueio orçamentário, bem como o estudo de impacto orçamentário-financeiro da referida despesa para o exercício de 2026.

Município de Dores do Turvo/MG, 27 de maio de 2026.

Samuel Abraão Pires
Pregoeiro Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO
CNPJ: 18.128.249/0001-42
Endereço: RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55, CENTRO, DORES DO TURVO - MG
Telefone: (32) 3578-1275 E-mail: prefeitura@doresdoturvo.mg.gov.br

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

Declaro a existência de dotação orçamentária para contratação dos objetos da cotação número 073, conforme dotação(ões) abaixo:

SECRETARIA DE OBRAS - ESTRADAS VICINAIS

Dotação	Fonte	Descrição	Valor
4.4.90.51.00.2.10.01.15.451.0007.1.0002	1.713.000	CONS E MELHORAMENTOS EM VIAS URBANAS MUNICIPAIS	R$ 108.653,20
		TOTAL	**R$ 108.653,20**

Coloco-me à disposição para eventuais esclarecimentos, se necessário for.
Atenciosamente.

Dores do Turvo, 27/05/2026

DOUGLAS VIEIRA DA SILVA
CONTADOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO
CNPJ: 18.128.249/0001-42
Endereço: RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55, CENTRO, DORES DO TURVO - MG
Telefone: (32) 3576-1275 E-mail: prefeitura@doresdoturvo.mg.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 23

DECLARAÇÃO DE PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

Declaro que há previsão de arrecadação de receita no orçamento do corrente ano e que os pagamentos poderão ser estabelecidos de acordo com a Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores.

Objeto: AQUISIÇÃO DE ITENS JULGADOS DESERTO NO PROCESSO Nº 167/2025 REFERENTE A CONSTRUÇÃO DA "PONTE DO ZECA" NA ESTRADA QUE LIGA A SEDE DO MUNICÍPIO ÀS COMUNIDADES DE VARGEM NOSSA SENHORA APARECIDA E CARAMONAS.

Dores do Turvo, 27 de Maio de 2026.

Marcelo Lana Goulart
TESOUREIRO(A)

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 32 3478 0702

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 26

Gabinete do Prefeito Municipal

DESPACHO:

Face o pleito exposto, na qualidade de Prefeito Municipal de Dores do Turvo/MG e na forma da Lei, defiro a abertura do Processo Licitatório para Registro de Preço para Aquisição de material de construção (itens julgados desertos e fracassados) para construção da Ponte do Zeca na estrada que liga a sede do município de Dores do Turvo MG as comunidades da Vargem Nossa Senhora Aparecida e Caramonas, condicionando-o à existência de Crédito Orçamentário e Disponibilidade Financeira, bem como, ainda, declaro para todos os efeitos legais, que a despesa objeto da abertura deste Processo Licitatório atende ao disposto nos artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000, tendo adequação orçamentária e financeira com a LOA e compatibilidade com o PPA e a LDO.

Dores do Turvo, 02 de junho de 2026.

KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA:08600921600
Assinado de forma digital por KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA:08600921600

Kallil Dahier Moreira Cunha

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
CNPJ:18.128.219/0001-42 - tel. 0800 032 3040

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls.: 25

PORTARIA Nº 002 DE 05 DE JANEIRO DE 2026.

"NOMEIA PREGOEIRO E COMISSÃO DE APOIO AO PREGÃO PARA ATUAÇÃO NA FUNÇÃO NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2025".

O Prefeito Municipal de Dores do Turvo/MG, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e, diante da determinação contida na Lei Federal nº 14.133/2021;

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam nomeados como Pregoeiro do Município de Dores do Turvo/MG e membros de apoio ao pregão, respectivamente, os seguintes servidores:

Pregoeiro: Samuel Abraão Pires, portador do CPF nº 095.330.036-69 e RG nº MG 16.074.618.

Membro: Edmar Antônio Venâncio, portador do CPF nº 112.550.456-04 e RG nº MG-16859551.

Membro: Maria Andréa de Souza, portador do CPF nº 090.171.696-05 e RG nº MG 15.405.527.

SUPLENTE

Membro Suplente: Mauro Lucio Marques da Cruz, portador do CPF 957.198.306-34 e RG nº MG 6872866;

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Dores do Turvo/MG, 05 de janeiro de 2026.

KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA:08600921600

KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 32 3478 0702

AUTUAÇÃO

Aos dois dias do mês de junho de dois mil e vinte e seis, na sede da Prefeitura do Município de Dores do Turvo, Estado de Minas Gerais, na Rua Paulo Fernandes de Faria, Nº 55 nesta cidade, autuo os documentos que adiante seguem. Para constar, foi feita a presente autuação e procedeu-se a abertura do Processo Licitatório. Eu, Samuel Abraão Pires, Pregoeiro subscrevi.

Samuel Abraão Pires
Pregoeiro Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 082/2026.
MODALIDADE: PREGÃO ELETRONICO Nº 031/2026
REGISTRO DE PREÇO
TIPO MENOR PREÇO POR ITEM
FUNDAMENTO LEGAL: ART 28 inciso I Lei Federal 14.133/21

OBJETO DA LICITAÇÃO: Registro de Preço para Aquisição de material de construção (itens julgados desertos e fracassados) para construção da Ponte do Zeca na estrada que liga a sede do município de Dores do Turvo MG as comunidades da Vargem Nossa Senhora Aparecida e Caramonas.

Valor total estimado: R$ 108.653,20 (cento e oito mil, seiscentos e cinquenta e tres reais e vinte centavos).

Dotações orçamentárias:

4.4.90.51.00.2.10.01.15.451.0007.1.0002

Ordenador das despesas: Prefeito Municipal.

Trata – se de Município com 4.987 habitantes conforme censo IBGE e 2022.

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55 - CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 32 3478 0702

Edital

Processo nº 082/2026 Pregão Eletrônico 031/2026

OBJETO
Registro de Preços para Aquisição de material de construção (itens julgados desertos e fracassados) para construção da Ponte do Zeca na estrada que liga a sede do município de Dores do Turvo MG as comunidades da Vargem Nossa Senhora Aparecida e Caramonas.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R$ 108.653,20 (cento e oito mil, seiscentos e cinquenta e tres reais e vinte centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Dia 22 de junho de 2026 as 12:00 **(horário de Brasília)**

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
Menor Preço por Item

MODO DE DISPUTA:
Aberto Fechado

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
NÃO

PLATAFORMA ELETRONICA
ammlicita.org.br

Horário funcionamento Prefeitura Municipal:
Segunda a Sexta feira de 07:00 as 11:00 horas e de 12:00 as 16:00 horas.

Caso o certame não acabe no dia agendado, será marcado a continuação do certame pela plataforma eletrônica AMM LICITA/ LICITAR DIGITAL.

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 32 3478 0702

Processo nº 082/2026 Pregão Eletrônico 031/2026

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Dores do Turvo MG sediada na Rua Paulo Fernandes de Faria nº 55, Centro. Dores do Turvo MG, por meio do Pregoeiro Samuel Abraão Pires, Pregoeiro responsável nomeado pela Portaria 002/2026, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é o Registro de Preços para Aquisição de material de construção (itens julgados desertos e fracassados) para construção da Ponte do Zeca na estrada que liga a sede do município de Dores do Turvo MG as comunidades da Vargem Nossa Senhora Aparecida e Caramonas conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2. CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO

2.1. – Poderão participar deste Pregão as empresas legalmente constituídas e que comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos neste Edital e seus documentos complementares.

2.2. Não poderão disputar esta licitação:

2.2.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.2.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.2.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.2.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.2.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.2.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.2.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.2.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.2.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.2.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.2.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.3. O impedimento será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.4. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.5. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.6. O disposto a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.7. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.8. A vedação de que trata o item 2.2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto neste edital.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1° e no inciso III do art. 5° da Constituição Federal;

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1° ao 3° do art. 4°, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade

promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. *Valor Unitário e Valor Total do Item*

4.1.2. *Quantidade cotada,*

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1. *O licitante [NÃO] poderá* oferecer *proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.*

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
FLS 32

4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R$ 0,01 (um centavos).

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado de disputa "aberto fechado"

5.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até cinco minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.10.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.10.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.10.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.10.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.11. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.11.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

5.11.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.11.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.11.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.11.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.11.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.12. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.1 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis); e

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens.

6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o

6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.6.1. contiver vícios insanáveis;

6.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.8. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.9. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.10. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.11. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.12. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.

7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

> Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.10. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4°):

7.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.12. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo

7.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4° do Decreto n° 8.538/2015).

8. DO CONTRATO

8.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o contratos, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei n° 14.133, de 2021.

8.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

8.3. O contrato será assinado por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema .

8.4. Serão formalizadas tantos Contratos quantas forem necessárias para todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

8.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência do contrato.

8.6. A existência de preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

8.7. Na hipótese de o convocado não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na

ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 30 (trinta) minutos.

9.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sitio eletrônico ammlicita.org.br.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 38

10.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

10.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

10.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

10.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

10.1.5. fraudar a licitação

10.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

10.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

10.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

10.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1. advertência;

10.2.2. multa;

10.2.3. impedimento de licitar e contratar e

10.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

10.3.2. as peculiaridades do caso concreto

10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 **(dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls 39

10.4.1. Para as infrações previstas a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado conforme art 156 da lei 14133.

10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações bem como pelas infrações administrativas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO – MG
FLS. 409

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pela plataforma ammlicita.org.br

11.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no site oficial da Prefeitura Municipal www.doresdoturvo.mg.gov.br e na plataforma ammlicita.org.br.

12.10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 32 3478 0702

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
FLS. 41

Apêndice do Anexo _ Modelo Proposta

ANEXO II– Minuta de Ata de Registro de Preços

Dores do Turvo MG, 03 de junho de 2026.

Kallil Dahier Moreira Cunha
Prefeito

KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA:08600921600

Assinado de forma digital por KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA:08600921600

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 32 3478 0702

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls 43

ANEXO I - TERMO DE REFERENCIA

Processo nº 082/2026
Pregão Eletrônico 031/2026
Menor Preço por item

OBJETO: Registro de Preço para Aquisição de material de construção (itens julgados desertos e fracassados) para construção da Ponte do Zeca na estrada que liga a sede do município de Dores do Turvo MG as comunidades da Vargem Nossa Senhora Aparecida e Caramonas.

Justificativa Abertura Processo 082/2026. Justifica – se a abertura do processo 082/2026 devido itens desertos, fracassados processo 167/2025.

Justificativa:

A presente contratação tem por finalidade a aquisição de materiais de construção destinados à continuidade da obra da Ponte do Zeca, localizada na estrada vicinal que interliga a sede do Município de Dores do Turvo às comunidades da Vargem Nossa Senhora Aparecida e Caramonas.

A necessidade da contratação decorre do fato de que determinados itens previstos no processo licitatório anterior foram julgados desertos e fracassados, impossibilitando a aquisição integral dos materiais necessários à execução da obra. Dessa forma, torna-se indispensável a realização de nova contratação para suprir os itens não adquiridos, garantindo a continuidade dos serviços e evitando a paralisação da construção da ponte.

A execução da referida obra é de extrema importância para o município, considerando que a estrada atende significativo fluxo de moradores, produtores rurais, transporte escolar, veículos de serviços públicos e escoamento da produção agrícola local. A atual situação da travessia compromete a segurança dos usuários e dificulta o acesso das comunidades rurais à sede do município, especialmente em períodos chuvosos, quando há aumento dos riscos de interrupção do tráfego.

A construção da Ponte do Zeca proporcionará melhores condições de mobilidade, segurança e acessibilidade à população das comunidades da Vargem Nossa Senhora Aparecida e Caramonas, promovendo maior integração entre a zona rural e a sede municipal. Além disso, contribuirá diretamente para o fortalecimento das atividades econômicas locais, especialmente do setor agropecuário, que depende da adequada infraestrutura viária para transporte de insumos e comercialização da produção.

Ressalta-se ainda que a não contratação dos materiais remanescentes poderá ocasionar atrasos na execução da obra, aumento de custos futuros, prejuízos à Administração Pública e manutenção das dificuldades enfrentadas pela população usuária da via.

Diante disso, a contratação pretendida mostra-se necessária e indispensável para assegurar a continuidade da obra pública, atender ao interesse coletivo e garantir melhores condições de trafegabilidade e segurança aos usuários da estrada rural.

Objeto e ser licitado:

Nº Item	Descrição	UND	Quantidade	Val. Unitário Medio	Val. Total
001	CIMENTO COMPOSTO CP II 32 50 KG	UN	1580	32,81	51.839,80
002	ESTACAS PRE-MOLDADAS DE CONCRETO 20X20 CM	M	324	175,35	56.813,40

Entrega:

O produto deverá ser entregue em plenas condições de uso. O produto que eventualmente apresentar indícios de adulteração sujeitará a empresa responsável a responder por sanções administrativas, cíveis e criminais previstas na Lei Federal nº 14133/2021.

A entrega dos produtos deverá ocorrer de acordo com as autorizações de compras emitidas e em qualquer quantidade, sem nenhum custo para o Município de Dores do Turvo.

Após emissão da Autorização de Compra a empresa terá o prazo de 10 (dez) dias uteis para entrega dos produtos no local e horário a ser indicado na ordem de fornecimento podendo ser zona urbana e rural (no local da obra - Comunidade Vargem Nossa Senhora Aparecida). Prazo este, em conformidade com o TCEMG.

A Prefeitura Municipal não dispõe de servidores para auxiliar no descarregamento dos veículos de entrega, sendo essa atividade de responsabilidade exclusiva da Contratada.

No ato da entrega das mercadorias, serão requeridos 3 (três) dias úteis para conferência/assinatura da nota fiscal.

Pedido será de forma parcelada tendo em visto que a prefeitura municipal não possui local para armazenamento;

Despesas com transporte, hospedagem e alimentação para entrega e possíveis trocas por conta do contratado.

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo

Caso não seja possível a prestação de serviços na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade: Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021): Não será indicado marcas.

Da exigência de amostra: Caso a Comissão ou secretaria requisitante achar necessário, após o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar, será marcado data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

Subcontratação: Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Garantia, manutenção e assistência técnica

Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21

Notificação: A empresa que não atender a ordem de fornecimento /serviço no prazo estimado, será notificada.

Uma vez notificado, o Contratado realizará a substituição que apresentarem vício ou estragos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir da data notificação.

O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO
FLS 46

faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

Entrega no prazo;

Verificação dos itens quanto a validade;

Qualidade do item;

Gestor do Contrato

O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e

aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

O secretario requisitante pela prestação de serviços é o responsável pelo recebimento e conferencia.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

A prestação de serviço /entrega serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

o prazo de validade;

a data da emissão;

os dados do contrato e do órgão contratante;

o período respectivo de execução do contrato;

o valor a pagar; e

eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da entrega.

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO
Fls. 48

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributaria prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

Não haverá antecipação de pagamentos

Cessão de crédito

É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do contratante.

A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE REALIZAÇÃO DA ENTREGA

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

Forma de realização da Entrega

A Entrega será de forma parcelada.

Rodada de lances:

O licitante deverá ter atenção ao digitar os lances. Após o encerramento do certame fase de habilitação, não será mais aceito pedido de desclassificação de itens. Isso justifica – se devido ao fato que após o encerramento do certame com a homologação e formalização do contrato / ata registro de preço, a licitação é importada da plataforma para o sistema de gestão com transmissão ao TCEMG para envio Sicom não sendo possivel fazer alterações.

Exigências de habilitação

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

1. registro comercial no caso de firma individual;
2. ato constitutivo, estatuto ou contrato social e última alteração (se houver) em vigor, devidamente registrado, **onde se possa identificar o administrador**, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos que comprovem a eleição de seus administradores;
3. comprovante de inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da composição da diretoria em exercício;
4. decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
5. RG e CPF de todos os socios da empresa.

- DA REGULARIDADE FISCAL, TRABALHISTA, ECONÔMICO- FINANCEIRA E TÉCNICA

1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoal Jurídica, através do cartão do **CNPJ**, que também servirá para fins de comprovação do enquadramento como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte;

I- Regularidade Fiscal

a) prova de regularidade para com a **Fazenda Federal relativa a Tributos Federais e à dívida Ativa da União e prova de regularização perante o instituto Nacional de Seguridade Social – INSS,** através de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, conforme Portarias MF 358 e 443/2014;
b) prova de **regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Estadual da sede da licitante;**
c) prova de regularidade fiscal para com a **Fazenda Pública Municipal** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;
d) prova de regularidade fiscal perante ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço **(CRF - FGTS),** demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituidos por Lei;

II-RegularidadeTrabalhista

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO
Fls. 50

a) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas **(CNDT)** e/ou, no caso de estarem os débitos garantidos por penhora suficiente ou com a exigibilidade suspensa, será aceita a Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, que tenha os mesmos efeitos da **CNDT;**

III-RegularidadeEconômico/Financeira

a) Certidão negativa de falência ou em Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitida em data não superior a 90 (noventa) dias da data da sessão do pregão, se outro prazo não constar no documento.

> É admitida a participação de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório – Acórdão TCU 1201/2020 Plenário. (Representação, Relator Ministro Vital do Rêgo).

Nota 01 - A verificação pelo órgão ou entidade promotora do certame nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

Nota 02 - As certidões que não tenham o prazo de validade expresso no documento, ter-se-ão como válidas por 90 (noventa) dias a partir da data de sua emissão.

Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

VALOR ESTIMADO

Valor total estimado consta na tabela acima.

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 32 3478 0702

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO
FLS. 51

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

4.4.90.51.00.2.10.01.15.451.0007.1.0002

Dores do Turvo 03 de junho de 2026.

Ernany Assis Marotta de Oliveira
Secretário de Obras

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 32 3478 0702

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
FLS 52

MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º .....
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 Processo nº 082/2026

O Municipio de Dores do Turvo MG, pessoa jurídica de direito Público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 18.128.249/0001-42, com sede na Rua Paulo Fernandes de Faria, nº 55. Centro. Dores do Turvo MG. CEP: 36.513-000, através de seu Prefeito Municipal, SRº Kallil Dahier Moreira Cunha, portador CPF nº xxxxxxxx residente na cidade de Dores do Turvo-MG doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a Empresa_, inscrita no CNPJ sob o nº_____, com sede na_, bairro _____, cidade de_____ neste ato representada pelo Sr._____.brasileiro,_____, portador RG nº _____ e CPF nº _____, doravante denominada CONTRATADA, tendo em vista o resultado do **Processo Licitatório Pregão Eletrônico nº** cujo resultado foi homologado na data de _____, resolvem celebrar o presente CONTRATO, que se regerá pela Lei Federal 14.133/21, em consonância com as normas e condições fixadas no ato convocatório do referido processo de licitação, e seus anexos, com os termos da proposta vencedora, e de acordo com as condições e cláusulas seguintes:

1. DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para Aquisição de material de construção (itens julgados desertos e fracassados) para construção da Ponte do Zeca na estrada que liga a sede do municipio de Dores do Turvo MG as comunidades da Vargem Nossa Senhora Aparecida e Caramonas.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

(Anexar tabela)

2. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

2.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

2.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

2.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

2.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

2.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

2.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

2.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita

pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

2.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado.

Dos limites para as adesões

2.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

2.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

2.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

2.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

2.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

3. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

3.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

3.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

3.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.2.1. O instrumento contratual deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

3.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;

3.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

3.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

3.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

3.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

3.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

3.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

3.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 3.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

3.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital;* e

3.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.

3.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

3.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

3.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

3.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

3.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 3.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

3.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 35

3.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

3.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

3.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

4. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

4.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

4.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

4.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

4.2. Os pedidos de reajuste de preço não serão aceitos caso a empresa encaminhar o pedido para Prefeitura Municipal após o recebimento da ordem de fornecimento para entrega. Isso justifica- se que não tem como depois de enviado a ordem de fornecimento, alterar valores na ordens e empenhos.

4.3. Pedidos de reajuste de preço será analisado somente mediante correio ou email do setor de licitações (licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br).

5. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

5.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

5.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 56

5.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

5.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

5.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

5.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 7.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

5.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

5.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 7.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

5.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 5.2 e no item 5.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

5.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

6.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

6.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

6.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

6.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

6.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

6.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

6.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

6.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 6.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

7.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

7.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

7.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

7.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

7.4.1. Por razão de interesse público;

7.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

7.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

8. DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

8.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

8.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

8.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E PAGAMENTOS

As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentaria:

4.4.90.51.00.2.10.01.15.451.0007.1.0002

Prazo de pagamento

O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias após a entrega.

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento: Não haverá antecipação de pagamentos

ENTREGA

O produto deverá ser entregue em plenas condições de uso. O produto que eventualmente apresentar indícios de adulteração sujeitará a empresa responsável a responder por sanções administrativas, cíveis e criminais previstas na Lei Federal nº 14133/2021.

A entrega dos produtos deverá ocorrer de acordo com as autorizações de compras emitidas e em qualquer quantidade, sem nenhum custo para o Município de Dores do Turvo.

Após emissão da Autorização de Compra a empresa terá o prazo de 10 (dez) dias uteis para entrega dos produtos no local e horário a ser indicado na ordem de fornecimento podendo ser zona urbana e rural (no local da obra - Comunidade Vargem Nossa Senhora Aparecida). Prazo este, em conformidade com o TCEMG.

A Prefeitura Municipal não dispõe de servidores para auxiliar no descarregamento dos veículos de entrega, sendo essa atividade de responsabilidade exclusiva da Contratada.

No ato da entrega das mercadorias, serão requeridos 3 (três) dias úteis para conferência/assinatura da nota fiscal.

Pedido será de forma parcelada tendo em visto que a prefeitura municipal não possui local para armazenamento;

Despesas com transporte, hospedagem e alimentação para entrega e possíveis trocas por conta do contratado.

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo

Caso não seja possível a prestação de serviços na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

O pagamento será efetuado ate 30 (trinta) dias após a entrega, mediante depósito/transferência em conta de titularidade da CONTRATADA.

Todo pagamento será efetuado após emissão de competente nota fiscal, devidamente preenchida, não podendo conter erros ou rasuras.

O quantitativo estimado na planilha será de forma parcelada sob o modo registro de preço;

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados a partir da data de assinatura

Não será aceito entrega de itens divergente ao que foi licitado.

10. CONDIÇÕES GERAIS

Gestor do Contrato: Secretario Requisitante da Prestação de Serviços

As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Fica eleito o Foro da Comarca de Senador Firmino/MG, com exclusão de qualquer outro para dirimir quaisquer dúvidas referentes a este Contrato.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Local e data
Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

FLS 60

CONTRATO DE AQUISIÇÃO QUE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO E _____.

Processo nº 082/2026
Pregão eletrônico nº 031/2026
CONTRATO Nº /2026

O MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO/MG, com sede na Rua Paulo Fernandes de Faria, nº 55, centro, Estado de Minas Gerais, com CNPJ nº18.128.249/0001-42, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado neste município de Dores do Turvo/MG, que este subscreve, daqui para frente denominado simplesmente **CONTRATANTE** e de outro lado _____, com sede na Rua _____,_____, Estado de _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, neste ato representado pelo Sr. _____, portador da Carteira de Identidade nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____, residente e domiciliado à _____, _____, cidade de _____, Estado de _____, que também subscreve, doravante denominada de **CONTRATADA**, têm entre si justo e contratado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO

Constitui objeto deste a Aquisição de material de construção (itens julgados desertos e fracassados) para construção da Ponte do Zeca na estrada que liga a sede do município de Dores do Turvo MG as comunidades da Vargem Nossa Senhora Aparecida e Caramonas, conforme tabela exposta abaixo:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1.O presente contrato terá seu valor total de R$ _____(valor por extenso).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

3.1. O pagamento será efetuado ate 30 (trinta) dias após a entrega mediante depósito/transferência em conta em conta específica do CNPJ da empresa.

3.2.Todo pagamento será efetuado após emissão de competente nota fiscal, devidamente preenchida, não podendo conter erros ou rasuras.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1.Os recursos necessários ao atendimento das despesas correrão por conta das dotações orçamentárias do exercício de 2026, sendo:
4.4.90.51.00.2.10.01.15.451.0007.1.0002

CLÁUSULA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO

5.1.A Prefeitura Municipal de Dores do Turvo/MG, através de representante fará fiscalização no presente contrato e registrará todas e quaisquer ocorrências que por ventura venham a ocorrer.

CLÁSULA SEXTA – DA ENTREGA

O produto deverá ser entregue em plenas condições de uso. O produto que eventualmente apresentar indícios de adulteração sujeitará a empresa responsável a responder por sanções administrativas, cíveis e criminais previstas na Lei Federal nº 14133/2021.

A entrega dos produtos deverá ocorrer de acordo com as autorizações de compras emitidas e em qualquer quantidade, sem nenhum custo para o Município de Dores do Turvo.

Após emissão da Autorização de Compra a empresa terá o prazo de 10 (dez) dias uteis para entrega dos produtos no local e horário a ser indicado na ordem de fornecimento podendo ser zona urbana e rural (no local da obra - Comunidade Vargem Nossa Senhora Aparecida). Prazo este, em conformidade com o TCEMG.

A Prefeitura Municipal não dispõe de servidores para auxiliar no descarregamento dos veículos de entrega, sendo essa atividade de responsabilidade exclusiva da Contratada.

No ato da entrega das mercadorias, serão requeridos 3 (três) dias úteis para conferência/assinatura da nota fiscal.

Pedido será de forma parcelada tendo em visto que a prefeitura municipal não possui local para armazenamento;

Despesas com transporte, hospedagem e alimentação para entrega e possiveis trocas por conta do contratado.

- O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo

Caso não seja possível a prestação de serviços na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES

7.1. **A CONTRATANTE** obriga-se a efetuar o pagamento estipulado neste instrumento de contrato pelos produtos que forem fornecidos pela CONTRATADA.

7.2. **A CONTRATADA** obriga-se a efetuar a entrega do objeto à CONTRATANTE, de acordo com as condições previstas neste instrumento e fixadas no edital da licitação.

7.3. O recebimento e conferencia do objeto licitado será responsabilidade do requisitante.

CLÁUSULA OITAVA – DA ALTERAÇÃO E PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

8.1. Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, de acordo com o que dispõe o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

- 8.2. A Proponente que vier a ser vencedora, ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessárias até 25% (vinte e cinco por cento) do valor estimado do contrato.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1 - Pela inexecução total ou parcial da obrigação assumida, o Município, poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções, isolada ou cumulativamente:
I - Advertência por escrito;
II- Multa diária no valor de 0,5% (meio por cento) do valor do total estimado contratado, pela falta de fornecimento;
III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Dores do Turvo/MG, por prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;
IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição.

9.2. As sanções previstas nos incisos do item anterior poderão ser aplicadas juntamente com a multa, nos termos do artigo 156, inc. II da Lei 14.133/2021.

9.3. As penalidades previstas neste certame poderão deixar de ser aplicadas, total ou parcialmente, a critério do Prefeito Municipal, se entender a justificativa apresentada pela CONTRATADA como relevante.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

10.1. A inexecução total ou parcial deste Contrato, além de ocasionar a aplicação das penalidades anteriormente enunciadas, poderá ensejar, também, a sua rescisão, de acordo com a Lei nº 14.133/2021.

10.2. Se a rescisão da avença se der por qualquer das causas previstas nos incisos I a XII, do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA sujeitar-se-á, ainda, ao pagamento de multa equivalente a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

CLAÚSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

11.1. O prazo de vigência do presente contrato é até 31 (trinta e um) de dezembro de 2026 contados a partir da data da assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

12.1. Aplicam-se ao presente Contrato normas da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁSUSULA DÉCIMA TERCEIRA - REEQUILÍBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO

13.1. Os valores constantes da referida contratação poderão ser revistos mediante solicitação da **CONTRATADA** e desde que sejam satisfatoriamente apresentados elementos que demonstrem a necessidade de readequação, com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

13.2. As solicitações referidas no item 13.1 deverão vir acompanhadas de comprovação da superveniência do fato imprevisível ou previsível, se for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1. Elegem as partes contratantes o foro da comarca de Senador Firmino/MG, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas.

Dores do Turvo/MG,_____ de 2026.

_____ _____

Município de Dores do Turvo - Contratante
Kallil Dahier Moreira Cunha
Prefeito Municipal – Contratada

Testemunhas:
Nome:_____ Nome:_____
CPF-_____ CPF-_____

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 32 3478-0702

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 63

ANEXO III - PROPOSTA

Processo nº 082/2026 Pregão Eletrônico 031/2026

Julgamento menor preço por item.

Razão Social: _____

Endereço_____

CNPJ_____

Tel_____email_____

(Anexar junto com a habilitação na plataforma)

Item	Descrição	Quantitativo	Marca	Valor Unitario	Valor Total

Valor da Proposta: R$ xxxxxxx (valor por extenso)

Validade da Proposta: de acordo com o Edital do processo em epígrafe.

Condições de Pagamento: de acordo com o Edital do processo em epígrafe.

Prazos e local: de acordo com o Edital do processo em epígrafe.

DECLARO estarciente e de acordo com todas as normas e condições estabelecidas no edital do processo em epígrafe, e que os preços indicados nesta proposta estão computados todos os custos básicos diretos, bem como encargos sociais e trabalhistas e quaisquer outros custos ou despesas que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamentesobre o objeto do certame, tais como frete, combustível, embalagens e demais concernentes à plena e total entrega do objeto.

Local/ Data: Assinatura:

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 32 3478 0702

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls 64

Documento de Formalização de Demanda

Dores do Turvo MG, 11 de maio de 2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DE DORES DO TURVO, MG.

Aquisição de material de construção (itens julgados deserto e fracassados) para construção da Ponte do Zeca na estrada que liga a sede do município de Dores do Turvo MG as comunidades da Vargem Nossa Senhora Aparecida e Caramonas.

INTRODUÇÃO

De acordo com o inciso IV do art. 2º do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, o Documento de Formalização de Demanda (DFD) é o documento que fundamenta o plano de contratações anual, em que a área requisitante evidencia e detalha a necessidade de contratação

Adicionalmente, o art. 8º do Decreto nº 10.947, de 2022 e § 1º do art. 10 da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022, especificam as informações mínimas requeridas ao preenchimento do DFD no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC), as quais serão detalhadas nos tópicos a seguir.

1- INFORMAÇÕES GERAIS

1.1- Data prevista para conclusão do processo

31 de julho de 2026 para a conclusão da contratação, a fim de não gerar prejuízos ou descontinuidade das atividades do órgão.

1.2- Descrição sucinta do objeto

Aquisição de material de construção (itens julgados deserto e fracassados) para construção da Ponte do Zeca na estrada que liga a sede do município de Dores do Turvo MG as comunidades da Vargem Nossa Senhora Aparecida e Caramonas.

2- JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem por finalidade a aquisição de materiais de construção destinados à continuidade da obra da Ponte do Zeca, localizada na estrada vicinal que interliga a sede do Município de Dores do Turvo às comunidades da Vargem Nossa Senhora Aparecida e Caramonas.

A necessidade da contratação decorre do fato de que determinados itens previstos no processo licitatório anterior foram julgados desertos e fracassados, impossibilitando a aquisição integral dos materiais necessários à execução da obra. Dessa forma, torna-se indispensável a realização de nova contratação para suprir os itens não adquiridos, garantindo a continuidade dos serviços e evitando a paralisação da construção da ponte.

A execução da referida obra é de extrema importância para o município, considerando que a estrada atende significativo fluxo de moradores, produtores rurais, transporte escolar, veículos de serviços públicos e escoamento da produção agrícola local. A atual situação da travessia compromete a segurança dos usuários e dificulta o acesso das comunidades rurais à sede do município, especialmente em

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO
Fls. 66

períodos chuvosos, quando há aumento dos riscos de interrupção do tráfego.

A construção da Ponte do Zeca proporcionará melhores condições de mobilidade, segurança e acessibilidade à população das comunidades da Vargem Nossa Senhora Aparecida e Caramonas, promovendo maior integração entre a zona rural e a sede municipal. Além disso, contribuirá diretamente para o fortalecimento das atividades econômicas locais, especialmente do setor agropecuário, que depende da adequada infraestrutura viária para transporte de insumos e comercialização da produção.

Ressalta-se ainda que a não contratação dos materiais remanescentes poderá ocasionar atrasos na execução da obra, aumento de custos futuros, prejuízos à Administração Pública e manutenção das dificuldades enfrentadas pela população usuária da via.

Diante disso, a contratação pretendida mostra-se necessária e indispensável para assegurar a continuidade da obra pública, atender ao interesse coletivo e garantir melhores condições de trafegabilidade e segurança aos usuários da estrada rural.

3-MATERIAIS/SERVIÇOS

Nº Item	Descrição	UND	Quantidade
001	CIMENTO COMPOSTO CP II 32 50 KG	UN	1580
002	ESTACAS PRE-MOLDADAS DE CONCRETO 20X20 CM	M	324

4- IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA REQUISITANTE E RESPONSÁVEIS

Ernany Assis Marotta de Oliveira
SECRETARIO DE OBRAS

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE TARIA, 55- CENTRO DORES DO TURVO
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 32 3478 0702

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Aquisição de material de construção (itens julgados deserto e fracassados) para construção da Ponte do Zeca na estrada que liga a sede do município de Dores do Turvo MG as comunidades da Vargem Nossa Senhora Aparecida e Caramonas.

Data: 11 de maio de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 68

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

INTRODUÇÃO

O Estudo Técnico Preliminar – ETP é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação, que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução. Ele serve de base ao Termo de Referência a ser elaborado, caso se conclua pela viabilidade da contratação.

O ETP tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento de demanda registrada no Documento de Formalização da Demanda – DFD, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar a tomada de decisão e o prosseguimento do respectivo processo de contratação.

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Aquisição de material de construção (itens julgados deserto e fracassados) para construção da Ponte do Zeca na estrada que liga a sede do município de Dores do Turvo MG as comunidades da Vargem Nossa Senhora Aparecida e Caramonas.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A presente aquisição tem por finalidade suprir a necessidade de materiais de construção referentes aos itens julgados desertos e fracassados em procedimento licitatório anterior, destinados à execução da obra de construção da Ponte do Zeca, localizada na estrada vicinal que interliga a sede do município de Dores do Turvo às comunidades da Vargem Nossa Senhora Aparecida e Caramonas.

A construção da referida ponte é de fundamental importância para garantir condições adequadas de trafegabilidade e segurança aos usuários da via, considerando que a estrada é amplamente utilizada para o deslocamento de moradores, transporte escolar, escoamento da produção agrícola e acesso a serviços essenciais, contribuindo diretamente para o desenvolvimento econômico e social das comunidades rurais atendidas.

Dessa forma, a aquisição dos materiais remanescentes torna-se indispensável para assegurar a continuidade e conclusão da obra, evitando paralisações, prejuízos ao cronograma físico-financeiro e transtornos à população local. A contratação visa atender ao interesse público, proporcionando melhoria da infraestrutura viária municipal, maior segurança aos usuários e melhores condições de mobilidade rural.

3. ÁREA REQUISITANTE

SECRETARIA DE OBRAS

4. NECESSIDADE DE NEGÓCIO

A necessidade de negócio consiste em garantir a continuidade e conclusão da obra de construção da Ponte do Zeca, por meio da aquisição dos materiais de construção correspondentes aos itens julgados desertos e fracassados em processo licitatório anterior, assegurando a execução integral do empreendimento público.

A obra é estratégica para o município de Dores do Turvo, uma vez que a ponte integra importante via de acesso entre a sede municipal e as comunidades da Vargem Nossa Senhora Aparecida e Caramonas, sendo essencial para a mobilidade da população rural, transporte escolar, circulação de veículos, escoamento da produção agropecuária e acesso a serviços públicos essenciais.

Com a aquisição dos materiais remanescentes, busca-se evitar a paralisação da obra, minimizar riscos de aumento de custos decorrentes da interrupção dos serviços e garantir maior eficiência na aplicação dos recursos públicos. Além disso, a conclusão da ponte proporcionará melhorias na infraestrutura viária, segurança no tráfego, redução de dificuldades de deslocamento em períodos chuvosos e fortalecimento das atividades econômicas e sociais das comunidades atendidas.

5. ESTIMATIVA DA DEMANDA - QUANTIDADE DE BENS E SERVIÇOS

Item	Descrição	UND	Quantidade
001	CIMENTO COMPOSTO CP II 32 50 KG	UN	1580
002	ESTACAS PRE-MOLDADAS DE CONCRETO 20X20 CM	M	324

6. JUSTIFICATIVA TÉCNICA / ECONOMICA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

A presente contratação tem por objeto a aquisição de materiais de construção destinados à execução da obra da Ponte do Zeca, localizada na estrada vicinal que interliga a sede do Município de Dores do Turvo às comunidades da Vargem Nossa Senhora Aparecida e Caramonas, visando garantir condições adequadas de trafegabilidade, segurança e continuidade do transporte de pessoas, insumos agrícolas, veículos escolares e serviços essenciais.

A escolha pela aquisição dos materiais de construção decorre da necessidade de dar continuidade ao processo licitatório anterior, considerando que determinados itens foram declarados desertos e/ou fracassados, ocasionando a impossibilidade de conclusão regular da contratação inicialmente planejada. Dessa forma, torna-se imprescindível a realização de nova contratação para suprir os itens não adquiridos, evitando prejuízos à execução da obra e ao interesse público.

Sob o aspecto técnico, a solução mostra-se adequada e necessária, tendo em vista que os materiais pretendidos atendem às especificações estruturais e operacionais exigidas para a construção da ponte, observando critérios de resistência, durabilidade, segurança e compatibilidade com o projeto executivo elaborado pela Administração Municipal. A não aquisição dos itens comprometeria diretamente a

execução da estrutura, podendo ocasionar paralisação da obra, aumento de riscos à população e deterioração das condições de acesso das comunidades atendidas.

Do ponto de vista econômico, a aquisição dos materiais representa a alternativa mais vantajosa para a Administração Pública, uma vez que possibilita a continuidade da obra sem necessidade de revisão integral do projeto ou adoção de soluções alternativas mais onerosas. Ademais, a realização de novo procedimento para os itens desertos e fracassados preserva os princípios da economicidade, eficiência e interesse público, permitindo a obtenção de propostas compatíveis com os preços praticados no mercado e garantindo melhor aplicação dos recursos públicos.

Importa destacar que a execução da Ponte do Zeca possui relevante interesse social e econômico para o município, especialmente em razão da forte utilização da via por produtores rurais, transporte escolar, escoamento da produção agrícola e acesso da população aos serviços públicos essenciais. Assim, a continuidade da obra contribuirá significativamente para o desenvolvimento local, melhoria da mobilidade rural e segurança dos usuários da via.

Diante do exposto, conclui-se que a aquisição dos materiais de construção referentes aos itens desertos e fracassados constitui medida técnica e economicamente justificada, necessária à continuidade da obra pública e ao atendimento do interesse coletivo.

7. RESPONSÁVEIS

ERNANY ASSIS MAROTTA DE OLIVEIRA
SECRETARIA DE TRANSPORTE

8. APROVAÇÃO E DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Aprovo este Estudo Técnico Preliminar e atesto sua conformidade às disposições da Lei Federal 14.133/2021.

Dores do Turvo MG, 11 de maio de 2026

KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA:08600921600 Assinado de forma digital por KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA:08600921600

KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 32 3478 0702

Encaminhamento para parecer jurídico:

Encaminhamos a presente Licitação Processo nº. 082/2026, na modalidade Pregão Eletrônico nº 031/2026, tipo menor preço por item, para apreciação e emissão de Parecer quanto à continuação do Processo.

Município de Dores do Turvo, 03 de junho de 2026.

Kallil Dahier Moreira Cunha
Prefeito

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 0800 032 3040

PARECER JURÍDICO PRELIMINAR

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 082/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026
FUNDAMENTO LEGAL: ART. 28, I, LEI FEDERAL Nº 14.133/2021
OBJETO: Aquisição de material de construção, correspondente aos itens julgados desertos e fracassados em certame anterior, destinados à construção da Ponte do Zeca, localizada na estrada que liga a sede do Município de Dores do Turvo às Comunidades da Vargem Nossa Senhora Aparecida e Caramonas.

I. RELATÓRIO

Trata-se de solicitação de análise jurídica prévia da fase preparatória de procedimento licitatório destinado à aquisição de material de construção, correspondente aos itens julgados desertos e fracassados em procedimento anteriormente realizado, visando atender à necessidade de construção da Ponte do Zeca, localizada na estrada que interliga a sede do Município de Dores do Turvo às Comunidades da Vargem Nossa Senhora Aparecida e Caramonas.

Conforme documentação encaminhada para análise, o procedimento será realizado por meio da modalidade Pregão, na forma eletrônica, adotando-se como critério de julgamento o menor preço por item, nos termos do artigo 28, inciso I, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Constam dos autos os seguintes documentos integrantes da fase preparatória: Documento de Formalização da Demanda; Estudo Técnico Preliminar; Termo de Referência; Pesquisa de Preços; Minuta do Edital; Anexos pertinentes ao certame.

A pesquisa de preços foi realizada mediante consulta eletrônica especializada por intermédio da plataforma Fonte de Preços, resultando nos seguintes valores estimados:

Item 01 – Cimento Composto CP II 32, embalagem de 50 kg: R$ 32,81 por unidade;

Item 02 – Estacas pré-moldadas de concreto 20 x 20 cm: R$ 175,35 por metro.

É o relatório. Passo à fundamentação.

II. FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre destacar que a presente manifestação jurídica possui natureza estritamente opinativa, destinando-se à análise da regularidade formal dos atos integrantes da fase preparatória da licitação, sem adentrar em aspectos técnicos, operacionais, contábeis, orçamentários ou de conveniência administrativa, cuja responsabilidade compete aos agentes públicos tecnicamente habilitados e às autoridades competentes.

O assessor jurídico, ao emitir parecer em procedimentos licitatórios, exerce atividade de controle prévio de juridicidade, verificando a compatibilidade dos atos administrativos com o ordenamento jurídico vigente, especialmente os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público, planejamento, transparência e segurança jurídica.

Nos termos do artigo 53 da Lei Federal nº 14.133/2021, o controle prévio de legalidade será realizado mediante análise jurídica da contratação, objetivando conferir conformidade aos atos praticados durante a fase preparatória do certame.

A Constituição da República, em seu artigo 37, inciso XXI, estabelece que as obras, serviços, compras e alienações da Administração Pública devem ser contratadas mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, observadas as hipóteses legalmente previstas.

No caso em exame, verifica-se que a Administração optou pela modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, destinada à aquisição de bens comuns, em conformidade com o disposto no artigo 6º, inciso XLI, e artigo 28, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

O objeto pretendido consiste na aquisição de materiais de construção cujas especificações são usuais no mercado e podem ser objetivamente definidas por meio de especificações técnicas padronizadas, enquadrando-se, portanto, no conceito legal de bens comuns, circunstância que legitima a utilização da modalidade escolhida.

Observa-se ainda que a fase preparatória encontra respaldo no artigo 18 da Lei Federal nº 14.133/2021, tendo sido instruída com os documentos essenciais exigidos pela legislação.

O Documento de Formalização da Demanda demonstra a necessidade administrativa da contratação e a adequação da solução pretendida ao interesse público. O Estudo Técnico Preliminar evidencia a caracterização da necessidade administrativa, a análise das alternativas disponíveis e a justificativa da solução escolhida, atendendo às disposições legais aplicáveis.

O Termo de Referência apresenta os elementos necessários à adequada caracterização do objeto, contendo especificações suficientes para orientar os licitantes e garantir a futura execução contratual, observando as exigências do artigo 6º, inciso XXIII, e do artigo 40 da Lei Federal nº 14.133/2021. No tocante à estimativa de preços, verifica-se que a Administração realizou pesquisa de mercado por meio de ferramenta especializada de consulta eletrônica, qual seja, a plataforma Fonte de Preços, em consonância com os parâmetros estabelecidos pelo artigo 23 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Os valores estimados para os itens licitados mostram-se compatíveis com os preços praticados no mercado, não sendo identificados indícios de sobrepreço ou quaisquer irregularidades aparentes que comprometam a economicidade da futura contratação. Quanto à minuta do edital, constata-se que esta contempla os requisitos essenciais previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, contendo regras de participação, critérios de julgamento, requisitos de habilitação, sanções administrativas, condições de contratação e demais disposições necessárias à condução regular do certame.

Verifica-se ainda que a adoção do critério de julgamento pelo menor preço por item revela-se adequada ao objeto licitado, favorecendo a ampliação da competitividade e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, em consonância

com os princípios da economicidade e da seleção da proposta apta a gerar o resultado mais vantajoso para o interesse público.

Importante ressaltar que a presente contratação possui relevante interesse público, considerando que os materiais serão empregados na construção de ponte destinada à melhoria da infraestrutura viária municipal, garantindo melhores condições de mobilidade, segurança e acesso às comunidades rurais beneficiadas.

Dessa forma, sob o aspecto jurídico-formal, verifica-se que a fase preparatória foi regularmente instruída, atendendo aos requisitos previstos na legislação vigente.

III. CONCLUSÃO

Ante o exposto, esta Assessoria Jurídica manifesta-se favoravelmente ao prosseguimento do presente procedimento licitatório. Considerando que os autos se encontram devidamente instruídos não se verificam óbices jurídicos ao prosseguimento da contratação pretendida, opina-se pela aprovação da fase preparatória do certame.

Por conseguinte, recomenda-se o encaminhamento dos autos à autoridade competente para aprovação dos documentos que instruem o procedimento e autorização da publicação do edital de Pregão Eletrônico, com critério de julgamento pelo menor preço por item, destinado à aquisição dos materiais de construção descritos nos autos.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Dores do Turvo/MG, 08 de junho de 2026.

Washington Luiz Sudré Silva Júnior
OAB/MG 213.207
Assessor Jurídico

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 32 3478 0702

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO
Fls. 16

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 082/2026.
MODALIDADE: PREGÃO ELETRONICO Nº 031/2026.
REGISTRO DE PREÇO
TIPO MENOR PREÇO POR ITEM
FUNDAMENTO LEGAL: ART 28 inciso I Lei Federal 14.133/21

OBJETO DA LICITAÇÃO: Registro de Preço para Aquisição de material de construção (itens julgados desertos e fracassados) para construção da Ponte do Zeca na estrada que liga a sede do município de Dores do Turvo MG as comunidades da Vargem Nossa Senhora Aparecida e Caramonas.

O MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO torna público que às 12h00min (doze horas) do dia 22 (vinte e dois) de junho de 2026, em sessão pública, na forma da Lei Federal nº 14133/21, promoverá abertura de Licitação na modalidade PREGAO ELETRONICO para Registro de Preço para Aquisição de material de construção (itens julgados desertos e fracassados) para construção da Ponte do Zeca na estrada que liga a sede do municipio de Dores do Turvo MG as comunidades da Vargem Nossa Senhora Aparecida e Caramonas.

O Edital completo poderá ser examinado e solicitado na Prefeitura de Dores do Turvo. Mais informações pelo telefone 0800 032 3040 a partir das 10h00min ou pelo e-mail: licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br

Dores do Turvo, 09 de junho de 2026.

Samuel Abraão Pires
Pregoeiro Municipal

- CERTIDÃO -

Certifico e dou fé que o instrumento convocatório referente ao Processo nº 082/2026, modalidade Pregão Eletrônico nº 031/2026, foi publicado e afixado na integra no Quadro de Avisos do Município, nesta data. Por ser verdade firmo a presente.

Dores do Turvo, 09 de junho de 2026.

Edmar Antônio Venâncio
Membro Apoio

Edital nº 31/2026

Última atualização: 09/06/2026

Acessar Contratação

Local: Dores do Turvo/MG **Órgão:** MUNICIPIO DE DORES DO TURVO **Unidade compradora:** 198 - Unidade Única

Modalidade da contratação: Pregão - Eletrônico **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 28, I **Tipo:** Edital

Modo de disputa: Aberto-Fechado **Registro de preço:** Sim

Fonte orçamentária: Não informada

Data de divulgação no PNCP: 09/06/2026 **Situação:** Divulgada no PNCP

Data de inicio de recebimento de propostas: 09/06/2026 18:00 (horário de Brasília)

Data fim de recebimento de propostas: 22/06/2026 12:00 (horário de Brasília)

Id contratação PNCP: 18126249000142-1-000062/2026 **Fonte:** Licitar Digital - Plataforma de Licitações Online

Objeto:

Registro de Preços para Aquisição de material de construção (itens julgados desertos e fracassados) para construção da Ponte do Zeca na estrada que liga a sede do município de Dores do Turvo MG as comunidades da Vargem Nossa Senhora Aparecida e Caramonas

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA	VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA
R$ 108.653,20	R$ 0,00

Itens | Arquivos | Atas de Registro de Preço | Contratos/Empenhos | Histórico

Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário
1	CIMENTO COMPOSTO CP II 32 50 KG	1590	R$ 32,51
2	ESTACAS PRE-MOLDADAS DE CONCRETO 20X20 CM	324	R$ 175,35

Exibir 5 | 1-2 de 2 itens | Página 1

Voltar

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e correitude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizados no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

https://portaldeservicos.gestao.gov.br

0800 978 9001

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS

Texto disponibilizado à edição de informações em atualização | licença de uso.

Diário Oficial Eletrônico

Município de Dores do Turvo – Minas Gerais

(Lei Municipal nº 950, de 09/11/2017)

Diário Oficial da PM de Dores do Turvo – Nº 1394 terça-feira, 9 de junho de 2026

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO CONTRATO Nº: 48/2026 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO CONTRATADO: MARIA DAS DORES DE OLIVEIRA, brasileira, portadora do CPF 027.502.866-62 residente na cidade de DORES DO TURVO MG, doravante denominado simplesmente de CONTRATADO (A). Considerando os termos do Edital de Processo Simplificado 01/2026. OBJETO: PROFESSOR PI. VALOR TOTAL: 3.042,36 (TRES MIL E QUARENTA E DOIS REAIS E TRINTA E SEIS CENTAVOS) TERMO INICIAL: 23/03/2026 TERMO FINAL: 31/12/2026

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO CONTRATO Nº: 49/2026 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO CONTRATADO: ELENIR DE FATIMA LANA, brasileira, portadora do CPF 289.532.488-33 residente na cidade de DORES DO TURVO MG, doravante denominado simplesmente de CONTRATADO (A). Considerando os termos do Edital de Processo Simplificado 01/2026. OBJETO: ASSISTENTE DE APOIO. VALOR TOTAL: 1.621,00 (UM MIL E SEISCENTOS E VINTE E UM REAIS) TERMO INICIAL: 08/04/2026 TERMO FINAL: 31/12/2026

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO CONTRATO Nº: 50/2026 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO CONTRATADO: FLAVIA APARECIDA FERNANDES DE FARIA, brasileira, portadora do CPF 041.759.606-51 residente na cidade de DORES DO TURVO MG, doravante denominado simplesmente de CONTRATADO (A). Considerando os termos do Edital de Processo Simplificado 01/2026.OBJETO: PROFESSOR PI VALOR TOTAL: 3.042,36 (TRES MIL E QUARENTA E DOIS REAIS E TRINTA E SEIS CENTAVOS)TERMO INICIAL: 19/05/2026 TERMO FINAL: 31/12/2026

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO CONTRATO Nº: 51/2026 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO CONTRATADO: MARCOS ROBERTO DA SILVA VIEIRA, brasileira, portadora do CPF 053.694.146-70 residente na cidade de DORES DO TURVO MG, doravante denominado simplesmente de CONTRATADO (A). Considerando os termos do Edital de Processo Simplificado 01/2026. OBJETO: AUXILIAR DE SERVIÇOS PUBLICOS. VALOR TOTAL: 1.621,00 (UM MIL E SEISCENTOS E VINTE E UM REAIS) TERMO INICIAL: 18/05/2026 TERMO FINAL: 31/12/2026

PREFEITURA DE DORES DO TURVO, Processo licitatório nº 082/2026 Pregão Eletrônico nº 031/2026, Licitação dia 22/06/2026, as 12:00 horas Plataforma AMM LICITA Tipo Menor Preço por Item. Objeto: Registro de Preços para Aquisição de material de construção (itens julgados desertos e fracassados) para construção da Ponte do Zeca na estrada que liga a sede do municipio de Dores do Turvo MG as comunidades da Vargem Nossa Senhora Aparecida e Caramonas. O edital esta no site oficial Municipio (www.doresdoturvo.mg.gov.br); plataforma eletrônica (www.ammlicita.org.br), PNCP e sala licitação. Inf. Nº: 032 3478 0702 e-mail: licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br. Dores do Turvo, 09/06/2026. Samuel Abraão Pires - Pregoeiro

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS
RUA PAULO FERNANDES FARIA, Nº 55
DORES DO TURVO - MG - CEP:36-513.000
CNPJ: 18.128.249/0001-42

Ao

Setor de Licitações da Prefeitura Municipal De Dores do Turvo/MG

O setor de Compras e Cotação da Prefeitura Municipal de Dores do Turvo, vem, mui respeitosamente se dirigir a este setor solicitar a substituição do produto originalmente lançado na Cotação nº 73, referente ao processo de compras nº 70, com base nas seguintes justificativas:

- ✓ Item cotado anteriormente – cimento CP II 32 sacos de 50 KG
- ✓ Motivo da alteração – o produto ser alterado atende melhor às necessidades da obra ora proposta, uma vez que a secagem é mais rápida, conforme orientação do setor de engenharia, além do produto ser mais barato, trazendo além do ganho de tempo mais economia para a administração pública;
- ✓ Produto proposto – cimento CP III 40 sacos de 50 KG.

Informamos ainda que a substituição não acarretará qualquer aumento no preço final.

Certo de vossa compreensão, colocamo-nos à inteira disposição para eventuais esclarecimentos e aguardamos a aprovação para o prosseguimento do certame.

Dores do Turvo, 15 de junho de 2026.

Mauro Lúcio Marques da Cruz
Chefe do Serviço de Compras

ESTACAS PRE MOLDADAS PARA PONTES

Pesquisa iniciada no dia 15/05/2026 09:47
IP: 186.232.212.155

Prefeitura Municipal de Dores do Turvo - MG
CNPJ: 18.128.249/0001-42
Responsável: José Ataul Coelho
Matrícula: -

Método matemático aplicado: Média Aritmética dos preços obtidos
Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133), no Artigo 3º: "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC I: Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

Item 1	Preços	Valor Unit.	Quantidade	Total
ESTACAS PRE-MOLDADAS DE CIMENTO	3	R$ 209,23	324.00 / M	R$ 67.790,52

Órgão/Empresa/Site: MUNICIPIO DE TEOFILO OTONI
Razão Social do Fornecedor — **CNPJ**
1 TERRAZ ENGENHARIA LTDA — 22.226.566/0001-79

Fonte	Identificação	Quant.	Data	Preço
PNCP	.../18404780000109/2025/000061	1202.00	08/01/2026	R$ 194,13

Órgão/Empresa/Site: MUNICIPIO DE RAUL SOARES
Razão Social do Fornecedor — **CNPJ**
2 METRON CONSTRUCOES E LOCACAO LTDA — 43.896.294/0001-48

Fonte	Identificação	Quant.	Data	Preço
PNCP	.../18816565000184/2026/000032	420.00	13/05/2026	R$ 175,35

Órgão/Empresa/Site: MUNICIPIO DE BUENOPOLIS
Razão Social do Fornecedor — **CNPJ**
3 PROJETIS PROJETOS DE ENGENHARIA LTDA — 31.600.348/0001-43

Fonte	Identificação	Quant.	Data	Preço
PNCP	.../76948520001 29/2025/000123	600.00	27/10/2025	R$ 258,20

Média Aritmética dos preços obtidos: R$ 209,23

Valor Total da Cotação: R$ 67.790,52

DETALHAMENTO DOS ITENS

Item 1: ESTACAS PRE-MOLDADAS DE CIMENTO

Quantidade: 324.0000 M

Descrição:
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS COM CONSTRUÇÃO DE PONTES EM DIVERSAS COMUNIDADES RURAIS ATRAVÉS DO CONTRATO DE REPASSE Nº 946662/2023.

Justificativas: -

Preço (PNCP)[1] **R$ 194,13**

Órgão
MUNICIPIO DE TEOFILO OTONI

Objeto
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS COM CONSTRUÇÃO DE PONTES EM DIVERSAS COMUNIDADES RURAIS ATRAVÉS DO CONTRATO DE REPASSE Nº 946662/2023.

Descrição
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS COM CONSTRUÇÃO DE PONTES EM DIVERSAS COMUNIDADES RURAIS ATRAVÉS DO CONTRATO DE REPASSE Nº 946662/2023. / ESTACA PRÉ-MOLDADA DE CONCRETO SEÇÃO QUADRADA, CAPACIDADE DE 50 TONELADAS, INCLUSO EMENDA (EXCLUSIVE MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO). AF_12/2019

Dados

Data de homologação: 08/01/2026 - 00:00:00 **Modalidade:** Outras Modalidades **SRP:** NÃO
Fonte: PNCP **Código do item:** - **Lote/Item:** 17
Identificação: https://pncp.gov.br/app/editais/18404780000109/2025/000061
Quantidade: 1202.00 **Unidade:** M1 **UF:** MG
Ajuste de frete: Não se aplica **Valor do frete:** R$ 0,00
Fabricante: PNCP Não disponibiliza essa informação.
Marca: - **Modelo:** -

Prefeitura Municipal de Dores do Turvo - MG
CNPJ: 18.128.249/0001-42
Responsável: José Raul Coelho
Matrícula: -

Registro ANVISA: -

Fornecedor

Razão Social: FERRAZ ENGENHARIA LTDA
CNPJ: 22.226.566/0001-79 **Porte:** ME
UF: MG

Preço (PNCP)[2] **R$ 175,35**

Órgão
MUNICIPIO DE RAUL SOARES

UASG
14556

Objeto
construção de ponte mista de concreto com recursos oriundos da Defesa Civil, na localidade de Córrego de Ubá de Cima, coordenadas 20°0930s 42°2659, conforme plano de trabalho REC-MG 3154002-20250814-02/META 01 (referência: próximo a propriedade SR. José Lopes), município de Raul Soares/MG, conforme processo junto a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil

Descrição
construção de ponte mista de concreto com recursos oriundos da Defesa Civil, na localidade de Córrego de Ubá de Cima, coordenadas 20°0930s 42°2659, conforme plano de trabalho REC-MG 3154002-20250814-02/META 01 (referência: próximo a propriedade SR. Jo / ESTACA PRÉ-MOLDADA DE CONCRETO SEÇÃO QUADRADA, CAPACIDADE DE 50 TONEL

Dados

Data de homologação: 13/05/2026 - 00:00:00 **Modalidade:** Concorrência **SRP:** NÃO
Fonte: PNCP **Código do item:** - **Lote/Item:** 12
Identificação: https://pncp.gov.br/app/editais/18830965000184/2026/000032
Quantidade: 420,00 **Unidade:** MT **UF:** MG
Ajuste de frete: Não se aplica **Valor do frete:** R$ 0,00
Fabricante: PNCP Não disponibiliza essa informação.
Marca: - **Modelo:** -
Registro ANVISA: -

Fornecedor

Razão Social: METRON-CONSTRUCOES E LOCACAO LTDA
CNPJ: 43.869.294/0001-03 **Porte:** ME
UF: MG

Preço (PNCP)[3] **R$ 258,20**

Órgão
MUNICIPIO DE BUENOPOLIS

Objeto
[Portal de Compras Públicas] - Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de blocos de concreto pré-moldado de encaixe, execução de contenções e pontes mistas em aço e concreto, a serem executados no Município de Buenópolis/MG.

Descrição
[Portal de Compras Públicas] - Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de blocos de concreto pré-moldado de encaixe, execução de contenções e pontes mistas em aço e concreto, a serem executados no Município de Bu / Lote 1 - 6.2 - CRAVACAO DE ESTACA PRE-MOLDADA DE CONCRETO,DIMENSAO (20X20)CM, COMPRESSAO ADMISSIVEL DE 50T,INCLUSIVE FORNECIMENTO DE ESTACA, EXCLUSIVE EMENDA(20250929):

Dados

Data de homologação: 27/10/2025 - 00:00:00 **Modalidade:** Outras Modalidades **SRP:** SIM
Fonte: PNCP **Código do item:** - **Lote/Item:** 19
Identificação: https://pncp.gov.br/app/editais/17694852000129/2025/000122
Quantidade: 600,00 **Unidade:** Metro **UF:** MG
Ajuste de frete: Não se aplica **Valor do frete:** R$ 0,00
Fabricante: PNCP Não disponibiliza essa informação.
Marca: - **Modelo:** -
Registro ANVISA: -

ESTACAS PRE MOLDADAS PARA PONTES
Pesquisa iniciada no dia 15/05/2026 09:47
IP: 186.232.212.155

FONTE DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DORES DO TURVO - MG
FLS. 83

Prefeitura Municipal de Dores do Turvo - MG
CNPJ: 18.128.249/0001-42
Responsável: José Maul Coelho
Matrícula: -

Fornecedor

Razão Social: PROJETTIS PROJETOS DE ENGENHARIA LTDA
CNPJ: 31.600.348/0001-43 **Porte:** ME
UF: MG

Observações Gerais da Cotação

Sem Observações

Laudo da Cotação

Importante - O Fonte de preços é uma solução tecnológica que reúne diversas fontes, entre elas fontes governamentais, fontes complementares e sites de domínio amplo. O sistema atende aos parâmetros de pesquisa de acordo com as leis vigentes, Instruções normativas, regulamentos, acórdãos, portarias e decretos, desta forma afirmamos que as fontes são meios facilitadores de pesquisas ágeis, seguras e eficazes para a administração pública, sendo o servidor responsável pelo uso e seleção dos preços.

ESTACAS PRE MOLDADAS PARA PONTES

Pesquisa iniciada no dia 15/05/2026 09:47
IP: 186.232.212.155

Prefeitura Municipal de Dores do Turvo - MG
CNPJ: 18.128.249/0001-42
Responsável: José Ataul Coelho
Matrícula: -

INFORMAÇÕES DOS FORNECEDORES

FERRAZ ENGENHARIA LTDA

CNPJ:	22.226.566/0001-79
EMAIL:	ferrazengenharia15@gmail.com
TELEFONE:	(33) 3641-2045
ENDEREÇO:	Não Informado

METRON-CONSTRUCOES E LOCACAO LTDA

CNPJ:	43.869.294/0001-03
EMAIL:	metronconstrucoes@gmail.com
TELEFONE:	(31) 3619-0079
ENDEREÇO:	Não Informado

PROJETIS PROJETOS DE ENGENHARIA LTDA

CNPJ:	31.600.348/0001-43
EMAIL:	wesleyca.al@hotmail.com
TELEFONE:	(33) 8845-4553
ENDEREÇO:	Não Informado

CIMENTO CP III

Pesquisa iniciada no dia 27/05/2026 13:31
IP: 186.232.212.155

FONTE DE PREÇOS

Prefeitura Municipal de Dores do Turvo - MG
CNPJ: 18.128.249/0001-42
Responsável: José Maul Coelho
Matrícula: -

Método matemático aplicado: Média Aritmética dos preços obtidos
Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de julho de 2021 (Lei nº 14.133), no Artigo 3º: "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC I: Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

Item 1	Preços	Valor Unit.	Quantidade	Total
AQUISIÇÃO DE CIMENTO CP III	5	R$ 36,85	1580,00 / UNIDADE	R$ 58.223,00

	Órgão/Empresa/Site	Razão Social do Fornecedor	CNPJ	Fonte	Identificação	Quant.	Data	Preço
1	COMANDO DO EXERCITO	64.557.211 ANA PAULA DA SILVA HORA	64.557.211/0001-40	PNCP	.../cfs/00394453000105/2026/001849	56,00	19/02/2026	R$ 32,81
2	MUNICIPIO DE ANDRADAS	JOAO PAULO TEIXEIRA SANTOS	24.299.367/0001-93	PNCP	.../cfs/17688412000134/2026/000219	50,00	06/03/2026	R$ 39,00
3	MUNICIPIO DE MESQUITA	NTG SERVICE LTDA	61.131.088/0001-79	PNCP	.../cfs/17112000100143/2026/000002	2250,00	13/03/2026	R$ 36,55
4	MUNICIPIO DE SALINAS	CASA ALCANTARA MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	03.597.635/0001-21	PNCP	.../cfs/24389383000170/2026/000038	3500,00	09/04/2026	R$ 38,09
5	MUNICIPIO DE DORES DE GUANHAES	COMERCIAL ZE RUSSO LTDA	02.078.605/0001-02	PNCP	.../cfs/18307413000189/2026/000004	3500,00	19/02/2026	R$ 36,20

Média Aritmética dos preços obtidos: R$ 36,85

Valor Total da Cotação: R$ 58.223,00

DETALHAMENTO DOS ITENS

Item 1: AQUISIÇÃO DE CIMENTO CP III

Quantidade: 1580,0000 UNIDADE

Descrição:
[LICITANET] - Registro de preços para futura e evertual aquisição de material de construção para manutenção dos prédios públicos

Justificativas: -

Preço (PNCP)[1] **R$ 32,81**

Órgão
COMANDO DO EXERCITO

UASG
160111

Objeto
A presente aquisição visa atender à necessidade de aquisição de material de construção para a continuidade da manutenção da infraestrutura do Campo de Instrução de Juiz de Fora/Centro de Educação Ambiental e Cultura.

Descrição

Prefeitura Municipal de Dores do Turvo - MG
CNPJ: 18.128.749/0001-42
Responsável: José Ataul Coelho
Matrícula: -

A presente aquisição visa atender à necessidade de aquisição de material de construção para a continuidade da manutenção da infraestrutura do Campo de Instrução de Juiz de Fora/Centro de Educação Ambiental e Cultura. / Cimento Portland material: clinker, tipo: cp ii Cimento CP3

Dados

Data de homologação: 19/02/2026 - 00:00:00 **Modalidade:** Dispensa de Licitação **SRP:** NÃO
Fonte: PNCP **Código do item:** - **Lote/Item:** 1
Identificação: https://pncp.gov.br/app/editais/00394452000103/2026/001839
Quantidade: 56,00 **Unidade:** Unidade **UF:** MG
Ajuste de frete: Não se aplica **Valor do frete:** R$ 0,00
Fabricante: PNCP Não disponibiliza essa informação.
Marca: - **Modelo:** -
Registro ANVISA: -

Fornecedor

Razão Social: 64.557.211 ANA PAULA DA SILVA HORA
CNPJ: 64.557.211/0001-02 **Porte:** ME
UF: MG

Preço (PNCP)[2] **R$ 39,00**

Órgão
MUNICIPIO DE ANDRADAS

UASG
33479

Objeto
AQUISICAO DE CIMENTO CP III 50KG (50 SACOS) DESTINADO A MANUTENÇÃO DOS PRÉDIOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS.FONTE: 500 - C.O 1001

Descrição
AQUISICAO DE CIMENTO CP III 50KG (50 SACOS) DESTINADO A MANUTENÇÃO DOS PRÉDIOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS.FONTE: 500 - C.O 1001 / CIMENTO CP III

Dados

Data de homologação: 06/03/2026 - 00:00:00 **Modalidade:** Dispensa **SRP:** NÃO
Fonte: PNCP **Código do item:** - **Lote/Item:** 1
Identificação: https://pncp.gov.br/app/editais/17884412000134/2026/000219
Quantidade: 50,00 **Unidade:** SC **UF:** MG
Ajuste de frete: Não se aplica **Valor do frete:** R$ 0,00
Fabricante: PNCP Não disponibiliza essa informação.
Marca: - **Modelo:** -
Registro ANVISA: -

Fornecedor

Razão Social: JOAO PAULO TEIXEIRA SANTOS
CNPJ: 24.299.362/0001-93 **Porte:** ME
UF: MG

Preço (PNCP)[3] **R$ 36,56**

Órgão
MUNICIPIO DE MESQUITA

Objeto
REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FUTURA E EVENTUAL FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL, PARA ATENDER AS DEMANDAS DE SERVIÇOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE MESQUITA/MG, A SEREM ADQUIRIDOS CONFORME A NECESSIDADE, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

Descrição
REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FUTURA E EVENTUAL FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL PARA ATENDER AS DEMANDAS DE SERVIÇOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE MESQUITA/MG, A SEREM ADQUIRIDOS CONFORME A NE / CIMENTO 50 KG CP III 32 RS

Dados

Data de homologação: 13/03/2026 - 00:00:00 **Modalidade:** Pregão Eletrônico **SRP:** SIM

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 87

Prefeitura Municipal de Dores do Turvo - MG
CNPJ: 18.178.249/0001-42
Responsável: José Maul Coelho
Matrícula: -

Fonte: PNCP **Código do item:** - **Lote/Item:** 171
Identificação: https://pncp.gov.br/app/editais/17112061000143/2026/000002
Quantidade: 2250.00 **Unidade:** UN **UF:** MG
Ajuste de frete: Não se aplica **Valor do frete:** R$ 0,00
Fabricante: PNCP Não disponibiliza essa informação.
Marca: - **Modelo:** -
Registro ANVISA: -

Fornecedor

Razão Social: NTG SERVICE LTDA
CNPJ: 61.131.698/0001-79 **Porte:** EPP
UF: MG

Preço (PNCP)[4] **R$ 38,99**

Órgão
MUNICIPIO DE SALINAS
Objeto
[Portal de Compras Públicas] - Registro de Preços para eventual e futura aquisição de materiais de construção
Descrição
[Portal de Compras Públicas] - Registro de Preços para eventual e futura aquisição de materiais de construção / Cimento CP III 32, saco com 50 kg.

Dados

Data de homologação: 06/04/2026 - 00:00:00 **Modalidade:** Pregão Eletrônico **SRP:** SIM
Fonte: PNCP **Código do item:** - **Lote/Item:** 5
Identificação: https://pncp.gov.br/app/editais/24359333000170/2026/000038
Quantidade: 3500.00 **Unidade:** Unidade **UF:** MG
Ajuste de frete: Não se aplica **Valor do frete:** R$ 0,00
Fabricante: PNCP Não disponibiliza essa informação.
Marca: - **Modelo:** -
Registro ANVISA: -

Fornecedor

Razão Social: CASA ALCANTARA MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA
CNPJ: 03.807.635/0001-21 **Porte:** EPP
UF: MG

Preço (PNCP)[5] **R$ 36,90**

Órgão
MUNICIPIO DE DORES DE GUANHAES
Objeto
[LICITANET] - REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAL CIVIL PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO, TRANSPORTE E URBANISMO E AS DEMAIS SECRETARIAS.
Descrição
[LICITANET] - REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAL CIVIL PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO, TRANSPORTE E URBANISMO E AS DEMAIS SECRETARIAS. / CIMENTO CP III 40 - RS, SACO 50 KG

Dados

Data de homologação: 19/02/2026 - 00:00:00 **Modalidade:** Pregão Eletrônico **SRP:** SIM
Fonte: PNCP **Código do item:** - **Lote/Item:** 6975405
Identificação: https://pncp.gov.br/app/editais/18307413000189/2026/000004
Quantidade: 3500.00 **Unidade:** UNID **UF:** MG
Ajuste de frete: Não se aplica **Valor do frete:** R$ 0,00
Fabricante: PNCP Não disponibiliza essa informação.
Marca: - **Modelo:** -
Registro ANVISA: -

Fornecedor

Razão Social: COMERCIAL ZE RUSSO LTDA

CIMENTO CP III

Pesquisa iniciada no dia 27/05/2026 13:31
IP: 186.232.212.155

Fls. 88

Prefeitura Municipal de Dores do Turvo - MG
CNPJ: 18.428.249/0001-42
Responsável: José Ataul Coelho
Matrícula: -

CNPJ: 02.078.696/0001-02 **Porte:** ME
UF: MG

Observações Gerais da Cotação

Sem Observações

Laudo da Cotação

Importante - O Fonte de preços é uma solução tecnológica que reúne diversas fontes, entre elas fontes governamentais, fontes complementares e sites de domínio amplo. O sistema atende aos parâmetros de pesquisa de acordo com as leis vigentes, Instruções normativas, regulamentos, acórdãos, portarias e decretos, desta forma afirmamos que as fontes são meios facilitadores de pesquisas ágeis, seguras e eficazes para a administração pública, sendo o servidor responsável pelo uso e seleção dos preços.

Preço estimado dos itens calculado pela fórmula Média Aritmética dos preços obtidos:

Item 1 - AQUISIÇÃO DE CIMENTO CP III

- 1 preço via PNCP, coletado no dia 19/02/2026 - 00:00:00.
- 1 preço via PNCP, coletado no dia 06/03/2026 - 00:00:00.
- 1 preço via PNCP, coletado no dia 13/03/2026 - 00:00:00.
- 1 preço via PNCP, coletado no dia 08/04/2026 - 00:00:00, calculado pela fórmula proposta_fornecedor_vencedor.
- 1 preço via PNCP, coletado no dia 19/02/2026 - 00:00:00.

Descrição das fórmulas utilizadas

CIMENTO CP III

Pesquisa iniciada no dia 27/05/2026 13:31
IP: 186.232.212.155

Prefeitura Municipal de Dores do Turvo - MG
CNPJ: 18.138.249/0001-42
Responsável: José Maul Coelho
Matrícula: -

INFORMAÇÕES DOS FORNECEDORES

64.557.211 ANA PAULA DA SILVA HORA

CNPJ:	64.557.211/0001-02
EMAIL:	solucoesmarana@gmail.com
TELEFONE:	(32) 9997-7173
ENDEREÇO:	Não Informado

CASA ALCANTARA MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA

CNPJ:	03.897.635/0001-21
EMAIL:	Não Informado
TELEFONE:	Não Informado
ENDEREÇO:	Não Informado

COMERCIAL ZE RUSSO LTDA

CNPJ:	02.078.696/0001-02
EMAIL:	comercialzerusso@hotmail.com
TELEFONE:	(33) 3426-1247
ENDEREÇO:	Não Informado

JOAO PAULO TEIXEIRA SANTOS

CNPJ:	24.299.362/0001-93
EMAIL:	vitalgs1@hotmail.com
TELEFONE:	(35) 3731-1825 / (35) 3731-3558
ENDEREÇO:	Não Informado

NTG SERVICE LTDA

CNPJ:	61.131.698/0001-79
EMAIL:	fiscal.ntg@gmail.com
TELEFONE:	(31) 8467-2538
ENDEREÇO:	Não Informado

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO
CNPJ: 18.128.249/0001-42
Endereço: RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55, CENTRO, DORES DO TURVO - MG
Telefone: (32) 3576-1275 E-mail: prefeitura@doresdoturvo.mg.gov.br

Menor Preço | Não Cotado

Mapa de Cotação de Preço Unificado

Informações Gerais da Cotação

Cotação: 0073/2026

Data: 19/05/2026 **Validade:** 30/08/2026

Tipo Processo: RP - Registro de Preço

Responsável pela Pesquisa: JOSE ATAUL COELHO

Justificativa: AQUISIÇÃO DE ITENS JULGADOS DESERTO NO PROCESSO Nº 167/2025 REFERENTE A CONSTRUÇÃO DA "PONTE DO ZECA" NA ESTRADA QUE LIGA A SEDE DO MUNICÍPIO ÀS COMUNIDADES DE VARGEM NOSSA SENHORA APARECIDA E CARAMONAS.

Valor de Referência: Preço médio e Val. Unitário em: 2 casas decimais

Nº Item	Cód.	Descrição	UND	Quantidade	Valor Ref.: Preço médio	
					Val. Unitário	Val. Total
001	7127	CIMENTO CP - III 40 - SACO DE 50 KG CIMENTO PORTLANDCOMPOSTO COM FILERCALCÁREO EM TEOR ENTRE 6 A 10 % CLASSE CP III F32 COR CINZA	UN	1580	36,85	58.223,00
002	134153384	ESTACAS PRE-MOLDADAS DE CONCRETO 20X20 CM	M	324	209,23	67.790,52
					Total ===>	126.013,52

Fornecedores

FERRAZ ENGENHARIA LTDA - CNPJ: 22.226.586/0001-79

Nº Item	Cód.	Descrição	UND	Quantidade	Val. Unitário	Val. Total
001	7127	CIMENTO CP - III 40 - SACO DE 50 KG CIMENTO PORTLANDCOMPOSTO COM FILERCALCÁREO EM TEOR ENTRE 6 A 10 % CLASSE CP III F32 COR CINZA	UN	1580	0,00	0,00
002	134153384	ESTACAS PRE-MOLDADAS DE CONCRETO 20X20 CM	M	324	194,13	62.898,12
					Total ===>	62.898,12

METRON-CONSTRUCOES E LOCACAO LTDA - CNPJ: 43.869.294/0001-03

Nº Item	Cód.	Descrição	UND	Quantidade	Val. Unitário	Val. Total
001	7127	CIMENTO CP - III 40 - SACO DE 50 KG CIMENTO PORTLANDCOMPOSTO COM FILERCALCÁREO EM TEOR ENTRE 6 A 10 % CLASSE CP III F32 COR CINZA	UN	1580	0,00	0,00
002	134153384	ESTACAS PRE-MOLDADAS DE CONCRETO 20X20 CM	M	324	175,35	56.813,40
					Total ===>	56.813,40

PROJETIS PROJETOS DE ENGENHARIA LTDA - CNPJ: 31.600.348/0001-43

Nº Item	Cód.	Descrição	UND	Quantidade	Val. Unitário	Val. Total
001	7127	CIMENTO CP - III 40 - SACO DE 50 KG CIMENTO PORTLANDCOMPOSTO COM FILERCALCÁREO EM TEOR ENTRE 6 A 10 % CLASSE CP III F32 COR CINZA	UN	1580	0,00	0,00
002	134153384	ESTACAS PRE-MOLDADAS DE CONCRETO 20X20 CM	M	324	258,20	83.656,80
					Total ===>	83.656,80

CLENIS MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA - CNPJ: 54.665.810/0001-95

N° Item	Cód.	Descrição	UND	Quantidade	Val. Unitário	Val. Total
001	7127	CIMENTO CP - III 40 - SACO DE 50 KG CIMENTO PORTLANDCOMPOSTO COM FILERCALCÁREO EM TEOR ENTRE 6 A 10 % CLASSE CP III F32 COR CINZA	UN	1580	0,00	0,00
002	134153384	ESTACAS PRE-MOLDADAS DE CONCRETO 20X20 CM	M	324	0,00	0,00
					Total ===>	0,00

64.557.211 ANA PAULA DA SILVA HORA - CNPJ: 64.557.211/0001-02

N° Item	Cód.	Descrição	UND	Quantidade	Val. Unitário	Val. Total
001	7127	CIMENTO CP - III 40 - SACO DE 50 KG CIMENTO PORTLANDCOMPOSTO COM FILERCALCÁREO EM TEOR ENTRE 6 A 10 % CLASSE CP III F32 COR CINZA	UN	1580	32,81	51.839,80
002	134153384	ESTACAS PRE-MOLDADAS DE CONCRETO 20X20 CM	M	324	0,00	0,00
					Total ===>	51.839,80

FREITAS MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA - CNPJ: 10.680.984/0001-52

N° Item	Cód.	Descrição	UND	Quantidade	Val. Unitário	Val. Total
001	7127	CIMENTO CP - III 40 - SACO DE 50 KG CIMENTO PORTLANDCOMPOSTO COM FILERCALCÁREO EM TEOR ENTRE 6 A 10 % CLASSE CP III F32 COR CINZA	UN	1580	0,00	0,00
002	134153384	ESTACAS PRE-MOLDADAS DE CONCRETO 20X20 CM	M	324	0,00	0,00
					Total ===>	0,00

IVAN REZENDE DE PADUA - CPF: 737.753.556-34 - CNPJ: 01.664.860/0001-92

N° Item	Cód.	Descrição	UND	Quantidade	Val. Unitário	Val. Total
001	7127	CIMENTO CP - III 40 - SACO DE 50 KG CIMENTO PORTLANDCOMPOSTO COM FILERCALCÁREO EM TEOR ENTRE 6 A 10 % CLASSE CP III F32 COR CINZA	UN	1580	0,00	0,00
002	134153384	ESTACAS PRE-MOLDADAS DE CONCRETO 20X20 CM	M	324	0,00	0,00
					Total ===>	0,00

JOAO PAULO TEIXEIRA SANTOS - CNPJ: 24.299.362/0001-93

N° Item	Cód.	Descrição	UND	Quantidade	Val. Unitário	Val. Total
001	7127	CIMENTO CP - III 40 - SACO DE 50 KG CIMENTO PORTLANDCOMPOSTO COM FILERCALCÁREO EM TEOR ENTRE 6 A 10 % CLASSE CP III F32 COR CINZA	UN	1580	39,00	61.620,00
002	134153384	ESTACAS PRE-MOLDADAS DE CONCRETO 20X20 CM	M	324	0,00	0,00
					Total ===>	61.620,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG

Menor Preço | Não Cotado

NTG SERVICE LTDA - CNPJ: 61.131.698/0001-79

Nº Item	Cód.	Descrição	UND	Quantidade	Vel. Unitário	Vel. Total
001	7127	CIMENTO CP - III 40 - SACO DE 50 KG CIMENTO PORTLANDCOMPOSTO COM FILERCALCÁREO EM TEOR ENTRE 6 A 10 % CLASSE CP III F32 COR CINZA	UN	1580	36,55	57.764,80
002	134153384	ESTACAS PRE-MOLDADAS DE CONCRETO 20X20 CM	M	324	0,00	0,00
					Total ===>	57.764,80

CASA ALCANTARA MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - CNPJ: 03.897.635/0001-21

Nº Item	Cód.	Descrição	UND	Quantidade	Vel. Unitário	Vel. Total
001	7127	CIMENTO CP - III 40 - SACO DE 50 KG CIMENTO PORTLANDCOMPOSTO COM FILERCALCÁREO EM TEOR ENTRE 6 A 10 % CLASSE CP III F32 COR CINZA	UN	1580	38,99	61.604,20
002	134153384	ESTACAS PRE-MOLDADAS DE CONCRETO 20X20 CM	M	324	0,00	0,00
					Total ===>	61.604,20

COMERCIAL ZE RUSSO LTDA - CNPJ: 02.078.696/0001-02

Nº Item	Cód.	Descrição	UND	Quantidade	Vel. Unitário	Vel. Total
001	7127	CIMENTO CP - III 40 - SACO DE 50 KG CIMENTO PORTLANDCOMPOSTO COM FILERCALCÁREO EM TEOR ENTRE 6 A 10 % CLASSE CP III F32 COR CINZA	UN	1580	36,90	58.302,00
002	134153384	ESTACAS PRE-MOLDADAS DE CONCRETO 20X20 CM	M	324	0,00	0,00
					Total ===>	58.302,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO
CNPJ: 18.128.249/0001-42
Endereço: RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55, CENTRO, DORES DO TURVO - MG
Telefone: (32) 3576-1275 E-mail: prefeitura@doresdoturvo.mg.gov.br

Apuração

Informações Gerais da Cotação

Cotação: 0073/2026

Data: 19/05/2026 **Validade:** 30/09/2026

Tipo Processo: RP - Registro de Preço

Responsável pela Pesquisa: JOSE ATAUL COELHO

Justicativa: AQUISIÇÃO DE ITENS JULGADOS DESERTO NO PROCESSO Nº 167/2025 REFERENTE A CONSTRUÇÃO DA "PONTE DO ZECA" NA ESTRADA QUE LIGA A SEDE DO MUNICÍPIO ÁS COMUNIDADES DE VARGEM NOSSA SENHORA APARECIDA E CARAMONAS.

Itens

Nº Item	Cód.	Descrição	UND	Quantidade	Val. Unitário	Val. Total
1	134153384	ESTACAS PRE-MOLDADAS DE CONCRETO 20X20 CM	M	324.00	209.23	67,790.52
Fornecedor		**CPF/CNPJ**		-	-	-
METRON-CONSTRUCOES E LOCACAO LTDA		43.869.294/0001-03		324.00	175.35	56,813.40
FERRAZ ENGENHARIA LTDA		22.226.566/0001-79		324.00	194.13	62,898.12
PROJETIS PROJETOS DE ENGENHARIA LTDA		31.600.348/0001-43		324.00	258.20	83,656.80
Nº Item	**Cód.**	**Descrição**	**UND**	**Quantidade**	**Val. Unitário**	**Val. Total**
2	7127	CIMENTO CP - III 40 - SACO DE 50 KG CIMENTO PORTLANDCOMPOSTO COM FILERCALCÁREO EM TEOR ENTRE 6 A 10 % CLASSE CP III F32 COR	UN	1,580.00	36.85	58,223.00
Fornecedor		**CPF/CNPJ**		-	-	-
64.557.211 ANA PAULA DA SILVA HORA		64.557.211/0001-02		1,580.00	32.81	51,839.80
NTG SERVICE LTDA		61.131.688/0001-79		1,580.00	36.56	57,764.80
COMERCIAL ZE RUSSO LTDA		02.078.696/0001-02		1,580.00	36.90	58,302.00
CASA ALCANTARA MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA		03.897.636/0001-21		1,580.00	38.99	61,604.20
JOAO PAULO TEIXEIRA SANTOS		24.299.362/0001-93		1,580.00	39.00	61,620.00

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

Declaro a existência de dotação orçamentária para contratação dos objetos da cotação número 073, conforme dotação(ões) abaixo:

SECRETARIA DE OBRAS - ESTRADAS VICINAIS

Dotação	Fonte	Descrição	Valor
4.4.90.51.00.2.10.01.15.451.0007.1.0002	1.710.000	CONS E MELHORAMENTOS EM VIAS URBANAS MUNICIPAIS	R$ 126.013,52
		TOTAL	**R$ 126.013,52**

Coloco-me à disposição para eventuais esclarecimentos, se necessário for.
Atenciosamente.

Dores do Turvo, 17/06/2026

DOUGLAS VIEIRA DA SILVA
CONTADOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG

DECLARAÇÃO DE PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

Declaro que há previsão de arrecadação de receita no orçamento do corrente ano e que os pagamentos poderão ser estabelecidos de acordo com a Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores.

Objeto: AQUISIÇÃO DE ITENS JULGADOS DESERTO NO PROCESSO Nº 167/2025 REFERENTE A CONSTRUÇÃO DA "PONTE DO ZECA" NA ESTRADA QUE LIGA A SEDE DO MUNICÍPIO ÀS COMUNIDADES DE VARGEM NOSSA SENHORA APARECIDA E CARAMONAS.

Dores do Turvo, 17 de Junho de 2026.

Marcelo Lana Goulart
TESOUREIRO(A)

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 0800 032 3040

RETIFICAÇÃO EDITAL DE LICITAÇÃO

Processo nº 082/2026
Pregão Eletrônico 031/2026
Menor Preço por item

OBJETO: Registro de Preço para Aquisição de material de construção (itens julgados desertos e fracassados) para construção da Ponte do Zeca na estrada que liga a sede do município de Dores do Turvo MG as comunidades da Vargem Nossa Senhora Aparecida e Caramonas.

O MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO / MG, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ: 18.128.249/0001-42, através da Comissão de Licitação torna público **RETIFICAÇÃO DO EDITAL** para Processo nº 082/2026 Pregão Eletrônico 031/2026.

OBJETO: Registro de Preço para Aquisição de material de construção (itens julgados desertos e fracassados) para construção da Ponte do Zeca na estrada que liga a sede do município de Dores do Turvo MG as comunidades da Vargem Nossa Senhora Aparecida e Caramonas **com certame a ser realizado no dia 02 de julho de 2026 as 08:00 horas na sede da Prefeitura Municipal.**

1 – CLAUSULA PRIMEIRA – RETIFICAÇÃO OBJETO:

Onde se le:

Nº Item	Descrição	UND	Quantidade	Val. Unitário Medio	Val. Total
001	CIMENTO COMPOSTO CP II 32 50 KG	UN	1580	32.81	51.839,80
002	ESTACAS PRE-MOLDADAS DE CONCRETO 20X20 CM	M	324	175.35	56.813,40

Leia – se:

Nº Item	Descrição	UND	Quantidade	Val. Unitário Medio	Val. Total
001	CIMENTO CP - III 40 - SACO DE 50 KG CIMENTO PORTLANDCOMPOSTO COM FILERCALCÁRIO EM TEOR ENTRE 6 A 10 % CLASSE CP III E32 COR CINZA	UN	1580	36.85	58.223,00
002	ESTACAS PRE-MOLDADAS DE CONCRETO 20X20 CM	M	324	209.23	67.790,52
				Total ——>	126.013,52

2 – DEMAIS CLAUSULAS – EDITAL / TERMO DE REFERENCIA

2.1. Permanece inalteradas as demais clausulas do edital.

2.2. As empresas poderão obter pelo site (www.doresdoturvo.mg.gov.br) por e-mail(licitação@doresdoturvo.mg.gov.br) ou pelo PNCP.

Dores do Turvo, 17 de junho de 2026. KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA:08600921600 Assinado de forma digital por KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA:08600921600

Kallil Dahier Moreira Cunha
Prefeito Municipal

Edital nº 31/2026

Última atualização 17/06/2026

Acessar Contratação

Local: Dores do Turvo/MG **Órgão:** MUNICIPIO DE DORES DO TURVO **Unidade compradora:** 198 - Unidade Única

Modalidade da contratação: Pregão - Eletrônico **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 28, I **Tipo:** Edital

Modo de disputa: Aberto-Fechado **Registro de preço:** Sim

Fonte orçamentária: Não informada

Data de divulgação no PNCP: 17/06/2026 **Situação:** Divulgada no PNCP

Data de inicio de recebimento de propostas: 09/06/2026 16:00 (horário de Brasília)

Data fim de recebimento de propostas: 02/07/2026 08:00 (horário de Brasília)

Id contratação PNCP: 18128249000142-1-000068/2026 **Fonte:** Licitar Digital - Plataforma de Licitações Online

Objeto:

Registro de Preços para Aquisição de material de construção (itens julgados desertos e fracassados) para construção da Ponte do Zeca na estrada que liga a sede do município de Dores do Turvo MG as comunidades da Vargem Nossa Senhora Aparecida e Caramonas

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA	VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA
R$ 126.013,52	R$ 0,00

Itens | Arquivos | Atas de Registro de Preço | Contratos/Empenhos | Histórico

Numero	Descrição	Quantidade	Valor unitário
1	CIMENTO CP - III 40 - SACO DE 50 KG CIMENTO PORTLANDCOMPOSTO COM FILERCALCÁREO EM TEOR ENTRE 6 A 10 % CLASSE CP III F32 COR CINZA	1680	R$ 36,85
2	ESTACAS PRE-MOLDADAS DE CONCRETO 20X20 CM	324	R$ 209,23

Exibir 5 | 1-2 de 2 itens | Página 1

Voltar

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e correlude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.



https://portaldeservicos.gestao.gov.br

0800 978 5001

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS

Enap
Escola Nacional de Administração Pública

Serpro

Texto destinado à exibição de informações relacionadas à licença de uso.

KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA

Prefeito do Município de Dores do Turvo

Estado de Minas Gerais

PORTARIA nº 147 DE 17 DE JUNHO DE 2026.

"CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A MARIA CAROLINA PEREIRA DE OLIVEIRA MOREIRA".

O MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO, através de seu Prefeito **KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA**, no uso das atribuições de seu cargo, em conformidade com as leis em vigor e a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedido férias regulamentares a servidora MARIA CAROLINA PEREIRA DE OLIVEIRA MOREIRA, ocupante do cargo efetivo de Tec. De Nível Superior Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração, no intervalo de 22 de julho de 2026 a 31 de julho de 2026, referente ao período aquisitivo do ano de 2025/2026.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de 22 de julho de 2026.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Dores do Turvo/MG, 17 de junho de 2026.

KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA

Prefeito do Município de Dores do Turvo

Estado de Minas Gerais

PREFEITURA DE DORES DO TURVO, RETIFICAÇÃO EDITAL. Processo nº 082/2026 Pregão Eletronico 031/2026 Tipo: Menor Preço por Item. OBJETO: Registro de Preços para Aquisição de material de construção (itens julgados desertos e fracassados) para construção da Ponte do Zeca na estrada que liga a sede do município de Dores do Turvo MG as comunidades da Vargem Nossa Senhora Aparecida e

Diário Oficial Eletrônico

Município de Dores do Turvo – Minas Gerais

(Lei Municipal n° 950, de 09/11/2017)

Diário Oficial da PM de Dores do Turvo – N° 1399 quarta-feira, 17 de junho de 2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG Fls 100

Caramonas.Nova data licitação: 02/07/2026 as 08:00 horas. A retificação esta no site oficial do Município (www.doresdoturvo.mg.gov.br); PNCP, Plataforma AMM LICITA e sala de licitação da Prefeitura Rua Paulo F. de Faria, nº 55, centro. Inf. Nº: (32) 3478-0702 e-mail: licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br . Dores do Turvo, 17/06/2026. Samuel A. Pires – Pregoeiro

MUNICIPIO DE DORES DO TURVO:18128249000142

Assinado de forma digital por MUNICIPIO DE DORES DO TURVO:18128249000142
Dados: 2026.06.17 17:12:23 -03'00'

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS - CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: (032) 3576-1130

FLS 101

Proposta Readequada

Dados Gerais

Ente Público	Nº Processo	Nº Pregão
PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO	82/2026	31/2026

Dados do Fornecedor

CNPJ	Razão Social	Nome Fantasia
71.057.848/0001-03	sefir comercio, transporte, serviços e industria ltda	sefir

CEP	Endereço
36540-000	rua antonio bras, 609 loja

Bairro	Cidade / UF
centro	Senador Firmino / MG

Nome Representante	Cargo	E-mail	Telefone
VANESSA DE BARROS CUNHA	socia administradora	vanessa@sefir.com.br	(32) 98460-2258

ME/EPP/COOP	Envio da Proposta
Sim	

Documentos

Link
CARTAO_CNPJ
cdt_71057848000103_13-05-2026
CERTIDAO_FEDERAL
Certidao_Simplificada
CERTIDAO_TRABALHISTA
CERTIDAO_FALENCIA_CONCORDATA_34021184
CND_MUNICIPAL
crch_jefferson
crch_vanessa
comprovante_de_insc_municipal
COMPROVANTE_DE_INSCRICAO_ESTADUAL
Consulta_Regularidade_do_Empregador
contrato_social
Alteracao_19_Aprovada
Consulta_Regularidade_do_Empregador_1_

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls 102

Lotes e Itens

Lote 1 - CIMENTO CP - III 40 - SACO DE 50 KG CIMENTO PORTLANDCOMPOSTO COM FILERCALCÁREO EM TEOR ENTRE 6 A 10 % CLASSE CP III F32 COR CINZA -			
Item - Descrição	**Quantidade**	**Unitário Referência**	**Unitário Final**
1 - CIMENTO CP - III 40 - SACO DE 50 KG CIMENTO PORTLANDCOMPOSTO COM FILERCALCÁREO EM TEOR ENTRE 6 A 10 % CLASSE CP III F32 COR CINZA	1.580,00	36,85	R$ 35,50
Marca: votoran	**Fabricante:** votoran	**Modelo:** cimento cp3	
Valor Total			Rs 56.090,00

Valor Total do Fornecedor (R$ 56.090,00)

Declarações

- Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.
- Declaro para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei nº 14.133/21, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.
- Declaro que estou ciente do edital e concordo com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21;
- Declaro que minha proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21.
- Declaro que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.
- Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21.
- Declaro que atendo aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21.
- Declaro que não incorro nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21.
- Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como **MEI/ME/EPP**, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência, observado também o disposto nos §§ 1º ao 3º do artigo 4º da Lei Federal n. 14.133/2021. Em caso de **cooperativa**, marque a opção ao qual se equipara ao seu faturamento.

Declarações do artigo 60 da Lei 14.133/2021:

- Declaro que possuo em minha empresa políticas para promoção ações de **equidade entre homens e mulheres** no ambiente de trabalho, nos termos do art. 60, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21 c/c Decreto nº 11.430/2023 do Governo Federal.
- Declaro que possuo em minha organização/empresa/pessoa jurídica, **programa de integridade**, conforme orientações dos órgãos de controle, nos termos do art. 60, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21;
- Declaro que, os **bens e serviços prestados** por minha organização/empresa/pessoa jurídica **foram produzidos e ou são prestados no território do Estado** do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize, nos termos do art. 60, §1º, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21;
- Declaro que os **bens e serviços prestados** por minha organização/empresa/pessoa jurídica foram **produzidos e ou são prestados por Empresa Brasileira**, nos termos do art. 60, §1º, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21;

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS - CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: (032) 3576-1130

- Declaro que os **bens e serviços prestados** por minha organização/empresa/pessoa jurídica foram **produzidos e ou são prestados por empresa que investe em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País**, nos termos do art. 60, §1º, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/21;
- Declaro que minha organização/empresa/pessoa jurídica empresas possui **processos de mitigação**, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009 e art. 60, §1º, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21;

Dores do Turvo / MG

Impressão: 02/07/2026 08:51:22

Ciente

Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional do Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

Fls. 104

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
31204126164	2062	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: SEFIR COMERCIO TRANSPORTE SERVICOS E INDUSTRIA LTDA
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP
MGN2676454885

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
		025	1	EXTINCAO DE FILIAL NA UF DA SEDE
		024	1	ALTERACAO DE FILIAL NA UF DA SEDE
		2247	1	ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL

SENADOR FIRMINO
Local

28 ABRIL 2026
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM ☐ SIM

☐ NÃO ___/___/___ _____ ☐ NÃO ___/___/___ _____
Data Responsável Data Responsável

Processo em Ordem
À decisão

___/___/___
Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

___/___/___ _____
Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

___/___/___ _____ Vogal _____ Vogal _____ Vogal
Data

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 13919216 em 31/05/2026 da Empresa SEFIR COMERCIO TRANSPORTE SERVICOS E INDUSTRIA LTDA, Nire 31204126164 e protocolo 263097358 - 26/05/2026. Status do registro: 26/05/2026. Autenticação: EBA42AAE411D80B97F59EB9C5DA9F4E6613686F. Marinely de Paula Bomfim - Secretária Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/339.735-8 e o código de segurança 0Mw Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/06/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária Geral.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
26/309.735-8	MGN2678454865	30/04/2026

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
005.094.169-53	JEFFERSON RIBEIRO STOPATTO
097.689.496-35	VANESSA DE BARROS CUNHA

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 13919216 em 01/06/2026 da Empresa SEFIR COMERCIO TRANSPORTE SERVICOS E INDUSTRIA LTDA, NIRE 3120414261 64 e protocolo 263097358 - 26/05/2026. Efeitos do registro: 26/05/2026. Autenticação: EBA42AAE411D60697F50EB9C5DA9F4E9613686F. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/309.735-8 e o código de segurança 1XMw Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/06/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 106

DECIMA NONA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE: "SEFIR COMERCIO, TRANSPORTE, SERVIÇOS E INDUSTRIA LTDA"

JEFFERSON RIBEIRO STOPATTO, brasileiro, casado sob regime de comunhao universal de bens, engenheiro civil, nascido em 27/04/1946, na cidade de Juiz de Fora- MG, portador do documento de identidade n. 0.244.560.306, expedida pelo ME/MG e inscrito no **CPF 005.094.189-53,** residente e domiciliado na Rua Padre Jacinto, nº. 56, Bairro Centro, CEP 36 540-000, em Senador Firmino - MG;e

VANESSA DE BARROS CUNHA, brasileira, empresana, casada sob o regime de comunhao parcial de bens, nascida em 08/10/1988, na cidade de Senador Firmino - MG, portadora do documento de identidade n MG-17.101.194, expedida pela SSP/MG, inscrita no CPF n. **097.689.496-35,** residente e domiciliada na Avenida João Policarpo de Miranda, n. 441, bairro centro, CEP 36540-000, em Senador Firmino - MG.

Unicos sócios componentes da sociedade empresaria limitada denominada **"SEFIR COMERCIO, TRANSPORTE, SERVICOS E INDUSTRIA LTDA",** estabelecida Rua Antonio Bras, n. 609, Bairro Centro, CEP 36.540-000, em Senador Firmino - MG, inscrita no **CNPJ sob o n. 71.057.848/0001-03,** tendo seus atos constitutivos devidamente arquivados na Meritissima Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, sob o **NIRE** n. **3120412616-4,** em 25/05/1993, resolvem nesta data, proceder a presente alteração contratual mediante clausulas e condicoes abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA

A sociedade gira sob a denominação de "**SEFIR COMERCIO, TRANSPORTE, SERVIÇOS E INDUSTRIA LTDA**" e sua sede fica a Rua Antonio Bras, n. 609 Bairro Centro – Senador Firmino – MG – CEP : 36.540-000.

CLAUSULA SEGUNDA

Nesta data sociedade transfere a **Filial 2** que funcionava na Praça São Vicente, n. 06 – Bairro Centro – muinicipio de Bras Pires – CEP : 36.542-000 - inscrita no CNPJ n. 71.057.848/0004-48 e NIRE n. 3190238503-3 para a Rua Domingos Rivelli, n. 124 – Bairro Centro – Bras Pires – MG – CEP.: 36.542-000.

CLAUSLA TERCEIRA

Nesta data a sociedade decide em encerrar as atividades, por excinção voluntária da **Filial 3,** que funcionava a Rua José Colombo Rivelli, n. 05 – Bairro Centro – no municipio de Bras Pires – MG. CEP. 36.542-000 – inscrita no CNPJ n. 71.057.848/0005-29 e NIRE n. 3190266237-1 – que funcionava como Depósito fechado.

CLAUSULA QUARTA

O Capital Social, é de R$ 100.000,00 (Cem mil reais) dividido em 100.000 cuotas de R$ 1,00 (Um real) cada quota, já totalmente subscrito e integralizado, que nesta data o sócio JEFFERSON RIBEIRO STOPATTO, cede por meio de vendas 120 quotas do capital social a sócia VANESSA DE BARROS CUNHA, passando o Capital Social ser distriuido entre os sócios da seguinte forma:

Sócios	Quotas	Valor	%
JEFFERSON RIBEIRO STOPATTO	85.000	R$ 85.000,00	85%
VANESSA DE BARROS CUNHA	15.000	R$ 15.000,00	15%
Total	100.000	R$ 100.000,00	100

PARAGRAFO PRIMEIRO: A responsabilidade de cada socio é restrita ao valor de suas cotas, mas ambos respondem solidariamente pela integralização do capital.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 13919216 em 01/06/2026 da Empresa SEFIR COMERCIO TRANSPORTE SERVICOS E INDUSTRIA LTDA, Nire 3120412616-4 e protocolo 263097358 - 26/05/2026. Efeitos do registro: 26/05/2026. Autenticação: EBAA2AAE411D60B97F59EB9C5DA9F4E9613686F. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/309.735-8 e o código de segurança fXMw Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/06/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 101

DECIMA NONA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE: "SEFIR COMERCIO, TRANSPORTE, SERVICOS E INDUSTRIA LTDA"

PARAGRAFO SEGUNDO: Os sócios declaram, sob as penas da lei, de nao estarem impedidos de exercerem o comercio ou a administração da sociedade, por lei especial, e nem foram condenados ou se encontram sob efeitos de condenação à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos publicos, ou por crimes falimentar de prevaricação, peita ou suborno, concussao, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrencia, contra as relações de consumo, a fe publica ou a propriedade, nos termos do art. 1.011, §1º do GG/2002.

PARAGRAFO TERCEIRO: As quotas sao indivisiveis em relagao à sociedade e cada uma delas da direito a um voto nas deliberações sociais.

PARAGRAFO QUARTO: Integralizadas as quotas, pode o capital ser aumentado ou reduzido, com a correspondente alteração contratual.

PARAGRAFO QUINTO: Ate trinta dias apos a deliberação da administração de elevar o capital, os socios terao preferancia para participar do aumento, na proporção das quotas. Decorrido o prazo de preferencia e assumida pelos socios ou por terceiros a totalidade do aumento, havera reuniao ou assembleia de socios, para que seja aprovada a modificação do contrato ou sera firmado pelos socios documento contendo a deliberação nesse sentido.

CLAUSULA QUINTA:

O objeto social é o comércio varejista de mercadoria, com predominância de matérias de construção; comércio varejista de produtos alimenticios - supermercado, comércio varejista de produtos de padaria, laticínios, de frios, de eletrodomésticos, de artigos e alimentos para animais de estimação, de adubos e insumos agropecuários, de artigos de papelaria, de artigos de cama, banho e de roupas; prestação de serviços de cobrança, de contas de serviço público e de títulos diversos; o agenciamento, corretagem e intermediação de serviços e negócios, prestação de serviços de eletricista, de encanador e de pedreiro; fabricação de artefatos de cimento para uso na construção; e transporte rodoviário de cargas.

CLAUSULA SEXTA:

A sociedade mantem as seguintes filiais:

- **FILIAL 1: Em Senador Firmino - MG, na Rua Minervina Flores Cota, n.º77, Bairro Centro, CEP 36.540-000**, inscrita no **CNPJ sob n.º 71.057.848/0003-67** e na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o **NIRE n.º 3190238502-5** e seu objeto social e a Fabricação de Pre-Moldados em Concreto e o Depósito Fechado.

- **FILIAL 2: Em Bras Pires - MG, a Rua Domingos Rivelli, n. 124, Bairro Centro, CEP 36.542-000,** inscrita no **CNPJ sob o n. 71.057.848/0004-48** e na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o **NIRE** n. **3190238503-3** e seu objeto social e o Comercio Varejista de Mercadorias, com predominancia de materiais de construção em geral; Comercio Varejista de produtos alimenticios - Supermercado, Comercio Varejista de produtos de padaria, de laticinios, de frios, de eletrodomesticos, de artigos e alimentos para animais de estimação, de adubos e insumos agropecuarios, de artigos de papelaria em geral, de artigos de cama, mesa, banho e de roupas; Prestação de Servigos de cobrança, de contas de servigo publico e de titulos diversos; Prestação de Servigos de eletricista, de encanador e de pedreiro; Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção; e Transporte Rodoviario de Cargas.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 13919216 em 01/06/2026 da Empresa SEFIR COMERCIO TRANSPORTE SERVICOS E INDUSTRIA LTDA, Nire 3120412616 4 e protocolo 263097358 - 26/05/2026. Efeitos do registro: 26/05/2026. Autenticação: EBA42AAE411D68B97F59EB8C5DA9F4E8613686F. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/309.735-3 e o código de segurança fXMw Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/06/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária Geral.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 108

DECIMA NONA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE: "SEFIR COMERCIO, TRANSPORTE, SERVIÇOS E INDUSTRIA LTDA"

- **FILIAL 4: Em Bras Pires - MG, no Sitio Corrego das Almas, na MG-124, *s/n*, trecho Bras Pires a Senador Firmino, Bairro Zona Rural, CEP 36.642-000** e seu objeto social e a Fabricação de Pre-Moldados em Concreto e o Depósito Fechado.

- **FILIAL 5: Em Senador Firmino - MG, no Sitio Sobreira, na Estrada Municipal Senador Firmino a Sobreira, s/n, Bairro Zona Rural, CEP 36.540-000** e seu objeto social é a Fabricação de Pre-Moldados em Concreto e o Depósito Fechado.

CLAUSULA SETIMA:

A sócia **VANESSA DE BARROS CUNHA** será a Administradora responsavel pela gestao da sociedade como um todo, podendo praticar todos os atos pertinentes ao desenvolvimento do objeto social, inclusive o uso do nome empresarial, contudo, sendo VEDADO, (i) o uso em atividades estranhas e as que exorbitem ao interesse social;(ii) a assunção de obrigações, quer sejam em favor de qualquer dos quotistas, bem como em favor de terceiros e, ainda, (iii) a oneração e a alienação de bens imoveis da sociedade, sem autorização de todos os socios. A referida administradora representara a sociedade ativa e passivamente. Sera a responsavel pela administração e o planejamento estrategico da atividade fiscal da Sociedade, podendo representa-la administrativamente perante a Receita Federal do Brasil (RFB), Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), Caixa Econômica Federal (CEF), Prefeitura do Municipio de Senador Firmino MG, Instituto Nacional de Previdencia Social (INSS), Orgaos Ambientais com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), Instituto Estadual de Florestas (IEF), dentre outros e demais orgaos publicos Municipais, Estaduais e Federais, podendo efetuar cadastramento/inscrição e alteração de dados, solicitar, assinar e retirar certidões, firmar acordos e parcelamentos em processos administrativos, obter alvara de funcionamento, levantamento e verificação de debitos, prestar informações e declarações a orgaos publicos fiscalizadores, retificar informações e declarações, e tambem gerenciara as relações interpessoais dos colaboradores. Na matriz e nas filiais, dentre outras atividades a serem desempenhadas, supervisionara a fixação das matas de vendas (semanal, mensal, semestral e anual), entregas e devoluções de mercadorias, captação e fidelização de clientes, marketing dos produtos e dos serviços, composição do *layout* do salao de vendas, exposição dos produtos, treinamento da equipe de vendas, concessao de descontos, telemarketing, pos-venda, controle dos estoques e compras. Representara a Sociedade perante instituições bancarias e instituições financeiras nao bancarias, podendo para tanto: abrir,encerrar e movimentar contas correntes de depositos à vista e de poupança, requisitar, emitir e endossar cheques; cadastrar e alterar senhas eletrônicas; cadastrar senhas dos cartões; fazer saques e retiradas mediante recibos; retirar cartões eletrônicos; fazer descontos de cheques e fazer descontos de tftulos.

PARAGRAFO PRIMEIRO: A sociedade podera ser administrada por administradores nao socios, sendo que o(s) administrador(es) sera(ao) designado(s) em ato separado, atraves de ata reuniao ou assembleia geral dos socios, com o respectivo termo de posse devidamente assinado, o qual sera averbado à margem da inscrição da sociedade, como tambem os atos que poderá(ao) praticar.

PARAGRAFO SEGUNDO: Os socios poderao, de comum acordo, fixar retiradas mensais, a tftulo de *pro labore*, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 13915216 em 01/06/2026 da Empresa SEFIR COMERCIO TRANSPORTE SERVICOS E INDUSTRIA LTDA. Nire 31204126164 e protocolo 263097358 - 28/05/2026. Efeitos do registro: 26/05/2026. Autenticação: EBA42AAE411D60B97F59EB9C5DA9F4E9613696F. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/309.735-8 e o código de segurança 1XMw Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/06/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária Geral.

OFICIAL DE ORES DO TRIÂNGULO MG
Fls. 109

DECIMA NONA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE: "SEFIR COMERCIO, TRANSPORTE, SERVICOS E INDUSTRIA LTDA"

PARAGRAFO TERCEIRO: As fianças e os avais, quando necessarios aos negocios do empreendimento serao prestados conjuntamente pelos socios **JEFFERSON RIBEIRO STOPATTO e VANESSA DE BARROS CUNHA.**

PARAGRAFO QUARTO: As decisões do socio administrador e/ou administrador nao socio obrigam todos os socios, respondendo por perdas e danos perante a sociedade aquele socio que, sabendo ou devendo saber, agiu em desacordo com as decisões da maioria.

PARAGRAFO QUINTO: Os socios declaram, neste ato, nao incorrer em qualquer uma das hipoteses elencadas no §1o do artigo 1.011 do Codigo Civil, podendo praticar todos os atos necessarios ao cumprimento dos seus respectivos misteres e tal encargo, ate ulterior alteração, conforme disposto no artigo 1.063 do Codigo Civil (Lei n. 10.406/02).

CLAUSULA OITAVA:

O exercicio social desta sociedade coincide com o ano civil e, ao final do seu curso, que se dara sempre em 31 de dezembro de cada ano, devera ser procedida pelos administradores a elaboração do inventario, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas cotas, os lucros ou perdas apuradas.

PARAGRAFO PRIMEIRO: Por deliberação dos sócios detentores de mais da metade do capital social, quando o resultado for positivo, poderao os lucros ser mantidos em conta de reserva para aumento do capital social; quando for negativo, poderao as perdas ser registradas em conta especifica para futura compensação.

PARAGRAFO SEGUNDO: Por deliberação dos sócios detentores de mais da metade do capital social, a sociedade podera levantar balanços ou balancetes patrimoniais em periodos inferiores a um ano, e o lucro apurado nestas demonstrações intermediarias podera ser distribuido mensalmente aos sócios, a titulo de antecipação, proporcionalmente as cotas de cada um.

PARAGRAFO TERCEIRO: Nos 4 (quatro) meses seguintes ao termino do exercicio social, os sócios deliberarao sobre as contas e designarao administradores quando for o caso.

PARAGRAFO QUARTO: Fica mantido o Fundo de Reserva para Investimentos, podendo os percentuais de investimento, atualmente de 60% dos lucros apurados, serem alterados por deliberação dos sócios detentores da maioria do capital social, desde que por escrito e devidamente e formalizado em reuniao de sócios ou assembleia.

PARAGRAFO QUINTO: Todo e qualquer adiantamento a sócio(s) devera ser previamente autorizado em reuniao especifica, devidamente convocada e, neste caso, a sociedade sera remunerada em juros de poupança.

CLAUSULA NONA:

Este instrumento contratual sera regido pela Lei 10.406/2002, tendo como regencia supletiva as normas regimentais da Sociedade Anonima - Lei 6.404/76, conforme dispoe o paragrafo (unico do artigo 1053 do Código Civil.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 13919218 em 01/06/2026 da Empresa SEF R COMERCIO TRANSPORTE SERVICOS E INDUSTRIA LTDA, Nire 31204126164 e protocolo 263097358 - 26/05/2026. Efeitos do registro: 26/05/2026. Autenticação: EDA42AAE411D60B97F59EB9C5DA8F4E8613686F. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/309.735-8 e o código de segurança 0Mw Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/06/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 110

DECIMA NONA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE: "SEFIR COMERCIO, TRANSPORTE, SERVICOS E INDUSTRIA LTDA"

CLAUSULA DÉCIMA:

Fica eleito o Foro da Comarca de Senador Firmino-MG, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

Assim contratados e para os seus devidos efeitos, firmam a presente alteração contratual, por si, seus herdeiros e sucessores.

Senador Firmino - MG, 26 de maio de 2026.

assinado digitalmente
JEFFERSON RIBEIRO STOPATTO

assinado digitalmente
VANESSA DE BARROS CUNHA

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 13919216 em 01/06/2026 da Empresa SEFIR COMERCIO TRANSPORTE SERVICOS E INDUSTRIA LTDA, Nire 31204126164 e protocolo 263097358 - 26/05/2026. Efeitos do registro: 26/05/2026. Autenticação: EBA42AAE411D63B97F59EB6C5DA9F4E96136667. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/308.735-8 e o código de segurança fXMw Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/06/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 111

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
26/309.735-6	MGN2676454885	30/04/2026

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
005.094.169-63	JEFFERSON RIBEIRO STOPATTO
097.689.496-35	VANESSA DE BARROS CUNHA

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 13918216 em 01/06/2026 da Empresa SEFIR COMERCIO TRANSPORTE SERVICOS E INDUSTRIA LTDA, Nire 31204126164 e protocolo 263097358 - 26/05/2026. Efeitos do registro: 26/05/2026. Autenticação EBA42AAE411D60B97F58ED9C6DA8F4E9613698F. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/309.735-6 e o código de segurança fXMw Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/06/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária Geral.

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa SEFIR COMERCIO TRANSPORTE SERVICOS E INDUSTRIA LTDA, de NIRE 3120412616-4 e protocolado sob o número 26/309.735-8 em 26/05/2026, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 13919216, em 01/06/2026. O ato foi deferido eletrônicamente pelo examinador Isaac Resende Seixas.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcessoViaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
005.094.169-53	JEFFERSON RIBEIRO STOPATTO
097.689.496-35	VANESSA DE BARROS CUNHA

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
005.094.169-53	JEFFERSON RIBEIRO STOPATTO
097.689.496-35	VANESSA DE BARROS CUNHA

Belo Horizonte, segunda-feira, 01 de junho de 2026

Documento assinado eletrônicamente por Isaac Resende Seixas, Servidor(a) Público(a), em 01/06/2026, às 12:33 conforme horário oficial de Brasília.

A autenticidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucemg informando o número do protocolo 26/309.735-8.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 13919216 em 01/06/2026 da Empresa SEFIR COMERCIO TRANSPORTE SERVICOS E INDUSTRIA LTDA, Nire 3120412616-4 e protocolo 263097358 - 26/05/2026. Efeitos do registro: 26/05/2026. Autenticação: EBA42AAE411D60B97F59EB9C5DA8F4E9613686F. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/309.735-8 e o código de segurança DMw Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/06/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

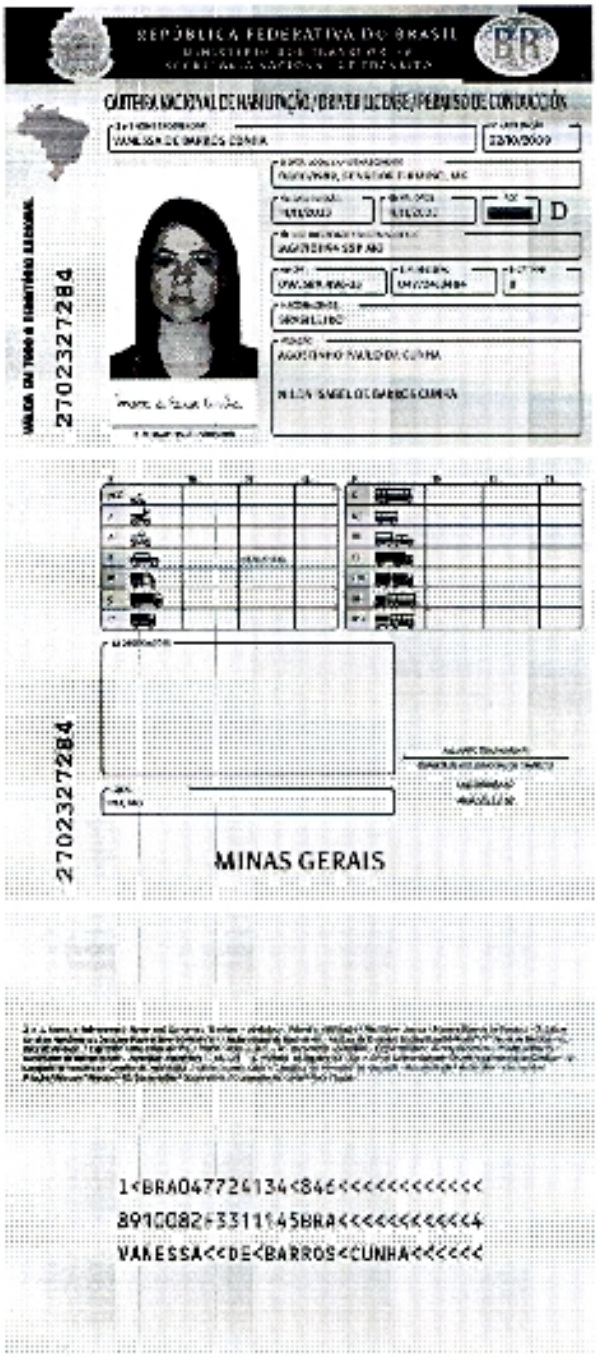
Fls. 113

o ato foi deferido pelo decisor singular/turma e chancelado mediante certificado digital pelo(a) Secretário(a) Geral:

Identificação do(s) Assinante(s)
Nome
MARINELY DE PAULA BOMFIM

Belo Horizonte, segunda-feira, 01 de junho de 2026

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 13919216 em 01/06/2026 da Empresa SEFIR COMERCIO TRANSPORTE SERVICOS E INDUSTRIA LTDA, Nire 31204126164 e protocolo 263097358 - 26/05/2026. Efeitos do registro: 26/05/2026. Autenticação: EBA42AAE411D60B87F59EB3C5DA9F4E96136B6F. Marinely de Paula Bomfim - Secretário Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 26/309.735-8 e o código de segurança fWw Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/06/2026 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.



QR-CODE

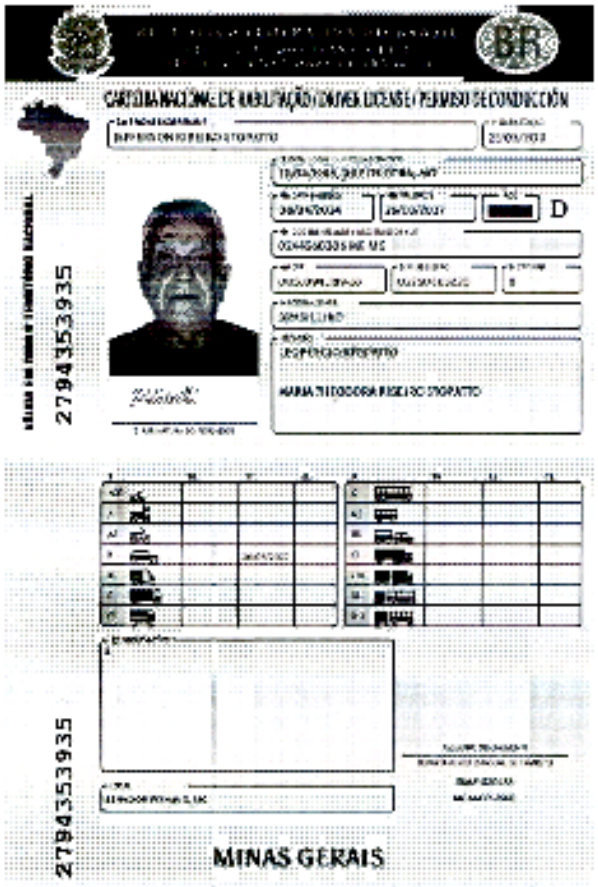
Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO/SENATRAN

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

gov.br



QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade pode ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital

SERPRO / SENATRAN

Fls 115

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls 116

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
71.057.948/0001-03 MATRIZ		25/05/1993

NOME EMPRESARIAL
SEFIR COMERCIO, TRANSPORTE, SERVICOS E INDUSTRIA LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
SEFIR, O FORTE DA CONSTRUCAO	EPP

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
23.30-3-02 - Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção
43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica
43.99-1-03 - Obras de alvenaria
47.11-3-02 - Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - supermercados
47.21-1-02 - Padaria e confeitaria com predominância de revenda
47.55-6-03 - Comércio varejista de artigos de cama, mesa e banho
47.61-0-03 - Comércio varejista de artigos de papelaria
49.30-2-01 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal.
66.19-3-02 - Correspondentes de instituições financeiras
74.90-1-04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R ANTONIO BRAS	608	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
36.540-000	CENTRO	SENADOR FIRMINO	MG

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
CNPJ.SL@GRUPOMURY.COM.BR	(32) 3536-1165

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	03/09/2005

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **12/05/2026** às **14:10:10** (data e hora de Brasília).

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 117

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: SEFIR COMERCIO, TRANSPORTE, SERVICOS E INDUSTRIA LTDA
CNPJ: 71.057.848/0001-03

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 02:19:03 do dia 08/05/2026 <hora e data de Brasília>.
Válida até 04/11/2026.
Código de controle da certidão: **3048.A02E.69C7.D5FE**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

Fls. 118

Certidão de Débitos Tributários

Negativa

Data de emissão 13/05/2026

Data de validade 11/08/2026

Razão Social
SEFIR COMERCIO, TRANSPORTE, SERVICOS E INDUSTRIA LTDA

CNPJ
71.057.848/0001-03

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

A autenticidade desta certidão pode ser confirmada no sítio da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, em: https://cdt.fazenda.mg.gov.br > Validar CDT

Código de controle de autenticidade
6DC0-4690-AE72-EF1A-7DEF-022B-3930-86B0

Prefeitura Municipal de
SENADOR FIRMINO-MG

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

CPF/CNPJ: 71.057.848/0001-03

Contribuinte: **SEFIR COMÉRCIO, TRANSPORTE, SERVIÇOS E INDÚSTRIA L**

Nome Fantasia: SEFIR, O FORTE DA CONSTRUÇÃO

Endereço: RUA ANTÔNIO BRAS, 609 COMERCIO

Bairro/Cidade/UF/CEP: CENTRO / SENADOR FIRMINO-MG / CEP: 36.540-000

Insc. Municipal: 5920.024 **Data Insc.:** **Insc. Estadual:**

Atividade:

CERTIDÃO

CERTIFICAMOS que em nome do requerente, não existe(m) débito(s) em aberto até a presente data.

Ressalvado à fazenda municipal, o direito de cobrar quaisquer débitos que venham a ser apurados após o fornecimento desta.

A presente Certidão é válida por 90(noventa) dias a contar da data abaixo descrita.

Data de Emissão: 30/04/2026 09:07:36

Atenção: Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

DANIEL ANDRADE DE SOUZA
Setor de Tributação, Arrecadação e Fiscalização

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO - MG
Fls. 130

Voltar Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 71.057.848/0001-03
Razão social: SEFIR COMERCIO, TRANSPORTE, SERVICOS E INDUSTRIA LTDA
Endereço: RUA ANTONIO BRAS 609 / CENTRO / SENADOR FIRMINO / MG / 36540-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 14/06/2026 a 13/07/2026

Certificação Número: 2026061402260486953344

Informação obtida em 17/06/2026 15:10:02

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

SENADOR FIRMINO

CERTIDÃO CÍVEL DE FALÊNCIA E CONCORDATA NEGATIVA

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA CÍVEL nesta comarca, até a presente data, nas ações específicas de Concordata Preventiva / Suspensiva, Falência de Empresários, Sociedades Empresáriais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, Recuperação Extrajudicial, Recuperação Judicial, NADA CONSTA em tramitação contra:

Nome: SEFIR COMERCIO, TRANSPORTE, SERVIÇOS E IND LTDA
CNPJ: 71.057.848/0001-03

Observações:

a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;

b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;

c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar a autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (http://www.tjmg.jus.br), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;

d) esta Certidão inclui os processos físicos e eletrônicos, onde houver sido implantado o Processo Judicial Eletrônico - PJe, o eproc, o Sistema CNJ (Ex-Projudi) e o SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Unificada, tendo a mesma validade da certidão emitida diretamente no Fórum e abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Turma Recursal apenas da comarca pesquisada, com exceção do SEEU, cujo sistema unificado abrange todas as comarcas do Estado;

e) A presente certidão não faz referência a período de anos, uma vez que somente se refere à existência de feitos judiciais em andamento (processos ativos) contra o nome pesquisado, conforme Provimento 355/2018 da Corregedoria Geral de Justiça.

A presente certidão NÃO EXCLUI a possibilidade da existência de outras ações de natureza diversa daquelas aqui mencionadas.

Certidão solicitada em 12 de Maio de 2026 às 16:07

SENADOR FIRMINO, 12 de Maio de 2026 às 16:07

Código de Autenticação: 2605-1216-0745-0368-0560

Para validar esta certidão, acesse o sítio do TJMG (www.tjmg.jus.br) em Certidão Judicial/AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO /AUTENTICAÇÃO 2 informando o código.

ATENÇÃO: Documento composto de 1 folhas(s). Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: SEFIR COMERCIO, TRANSPORTE, SERVICOS E INDUSTRIA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 71.057.848/0001-03
Certidão nº: 44864042/2026
Expedição: 29/04/2026, às 16:51:57
Validade: 26/10/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **SEFIR COMERCIO, TRANSPORTE, SERVICOS E INDUSTRIA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **71.057.848/0001-03**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS - CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: (032) 3576-1130

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls 123

Proposta Readequada

Dados Gerais

Ente Público	Nº Processo	Nº Pregão
PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO	82/2026	31/2026

Dados do Fornecedor

CNPJ	Razão Social	Nome Fantasia
19.788.965/0001-19	PEREIRA COMERCIO E CONSTRUCAO LTDA	PERCON

CEP	Endereço
36574-320	Avenida Gumercindo Iglesias, 2905 APT 203

Bairro	Cidade / UF
Vau Açu	Viçosa / MG

Nome Representante	Cargo	E-mail	Telefone
JULIANA SILVA PEREIRA	SÓCIO	velosopereira.licita@yahoo.com	(31) 97110-1617

ME/EPP/COOP	Envio da Proposta
Sim	

Documentos

Link
FALENCIA_PEREIRA_E_CUNHA_25.06.26
FGTS_PEREIRA_E_CUNHA_06.07.26
CND_ESTADUAL_PEREIRA_E_CUNHA_01.09.26
Atestado_de_Capacidade_Tecnica_Pereira
RECIBO_ECD_2025_-_PEREIRA_CUNHA_
DRE_2025_-_PEREIRA_CUNHA_
BALANCO_2025_-_PEREIRA_CUNHA_
CNPJ_PEREIRA_E_CUNHA_14.05.26
ALVARA_PEREIRA_E_CUNHA_COIMBRA_2026
CND_MUNICIPAL_PEREIRA_E_CUNHA_05.09.26
CND_FEDERAL_PEREIRA_E_CUNHA_03.08.26
CND_TRABALHISTA_03.08.26
INSC._ESTADUAL_PEREIRA_13.01.26
ATESTADO_BLOQUETE_MEIO_FIO_PERCON
DEMONSTRACAO_CONTABEIS_PERCON_2024

CONTRATO_DE_PRESTACAO_DE_SERVICO_PERCON
ATESTADO_DE_CAPACIDADE_TECNICA_PERCON_UBA
ATESTADO_DE_CAPACIDADE_TECNICA_VELOSO_PEREIRA_ATA_078-22
BALANCO_2024_PEREIRA - Registrado
LICENCIAMENTO_AMBIENTAL_MBC
CONSOLIDADA_PERCON_14.04
ATESTADO_PEREIRA_SG_ATA_078-22
BALANCO_2023_REGISTRADO_PEREIRA
ATESTADO_PERCON_VICOSA
LICENCA_AMBIENTAL_PEDREIRA_ORATORIOS
INDICE_DE_LIQUIDEZ_23_PERCON
BALANCO_23_PEREIRA_PERCON
ATESTADO_SG_PERCON
BALANCO_22_REGISTRATO_PERCON_2
BALANCO_22_REGISTRATO_PERCON
4_ALTERACAO_CONTRATUAL_PEREIRA_E_CUNHA
carteira_de_motorista_Juliana
carteira_de_motorista_Maura
Contrato_Social
REENQUADRAMENTO
SIMPLIFICADA_PERCON_10.04.26

Lotes e Itens

Lote 2 - ESTACAS PRE-MOLDADAS DE CONCRETO 20X20 CM			
Item - Descrição	**Quantidade**	**Unitário Referência**	**Unitário Final**
1 - ESTACAS PRE-MOLDADAS DE CONCRETO 20X20 CM	324,00	209,23	R$ 209,23
Marca: NACIONAL	**Fabricante:** NACIONAL	**Modelo:** NACIONAL	
Valor Total			R$ 67.790,52

Valor Total do Fornecedor (R$ 67.790,52)

Declarações

- Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.
- Declaro para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei nº 14.133/21, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em

trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.

- Declaro que estou ciente do edital e concordo com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21;
- Declaro que minha proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21.
- Declaro que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.
- Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21.
- Declaro que atendo aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21.
- Declaro que não incorro nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21.
- Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como **ME/MF/EPP**, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência, observado também o disposto nos §§ 1º ao 3º do artigo 4º da Lei Federal n. 14.133/2021. Em caso de **cooperativa**, marque a opção ao qual se equipara ao seu faturamento.

Declarações do artigo 60 da Lei 14.133/2021:

- Declaro que possuo em minha empresa políticas para promoção ações de **equidade entre homens e mulheres** no ambiente de trabalho, nos termos do art. 60, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21 c/c Decreto nº 11.430/2023 do Governo Federal.
- Declaro que possuo em minha organização/empresa/pessoa jurídica, **programa de integridade**, conforme orientações dos órgãos de controle, nos termos do art. 60, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21;
- Declaro que, os **bens e serviços prestados** por minha organização/empresa/pessoa jurídica **foram produzidos e ou são prestados no território do Estado** do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize, nos termos do art. 60, §1º, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21;
- Declaro que os **bens e serviços prestados** por minha organização/empresa/pessoa jurídica foram **produzidos e ou são prestados por Empresa Brasileira**, nos termos do art. 60, §1º, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21;
- Declaro que os **bens e serviços prestados** por minha organização/empresa/pessoa jurídica foram **produzidos e ou são prestados por empresa que investe em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País**, nos termos do art. 60, §1º, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/21;
- Declaro que minha organização/empresa/pessoa jurídica empresas possui **processos de mitigação**, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009 e art. 60, §1º, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21.

Dores do Turvo / MG

Impressão: 02/07/2026 09:00:12

Ciente

Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional do Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

136

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
31211772157	2062	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: PEREIRA & CUNHA PREMOLDADOS E CONSTRUCAO LTDA
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP
MGP2500398716

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
		020	1	ALTERACAO DE NOME EMPRESARIAL
		051	1	CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO
		2244	1	ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS)
		2209	1	ALTERACAO DE ENDERECO ENTRE MUNICIPIOS DENTRO DO MESMO ESTADO

COLOMBRA
Local

12 MAIO 2025
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM _____ ☐ SIM _____

☐ NÃO ___/___/___ _____ ☐ NÃO ___/___/___ _____
Data Responsável Data Responsável

Processo em Ordem
À decisão

___/___/___
Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

___/___/___ _____
Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

___/___/___
Data

_____ Vogal _____ Vogal _____ Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 12754871 em 22/05/2025 da Empresa PEREIRA & CUNHA PREMOLDADOS E CONSTRUCAO LTDA, Nire 31211772157 e protocolo 253071950 - 18/05/2025. Efeitos do registro: 12/05/2025. Autenticação: FBABDBFAA58BC1C5B044D47D89F0C52EFCFA33C. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/307.195-0 e o código de segurança bl/x Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/05/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
25/307.195-0	MGP2500399716	12/05/2025

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
051.902.776-07	JULIANA SILVA PEREIRA
810.081.636-00	MAURA LUCIA SILVA CUNHA

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 12754871 em 22/05/2025 da Empresa PEREIRA & CUNHA PREMOLDADOS E CONSTRUCAO LTDA, Nire 31211772157 e protocolo 253071950 - 18/05/2025. Efeitos do registro: 12/05/2025. Autenticação: FBABDBFA858BC1C5B344D47D89F0C52EFCFA33C. Marinely de Paula Bomfim - Secretaria-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/307.195-0 e o código de segurança biAx Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/05/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls 128

ALTERAÇÃO CONTRATUAL
PEREIRA LTDA

JULIANA SILVA PEREIRA, nacionalidade brasileira, divorciada, empresária, natural de Volta Redonda - RJ, nascida em 26/09/1982, Portadora da Carteira de Identidade nº.: MG-11.438.378, expedida em 02/09/1997, pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, CPF nº.: 051.902.776-07, residente à Rua dos Passos, 352, apartamento. 101, Bairro Centro, em Viçosa estado de Minas Gerais, CEP: 36.570-005.

Única sócia da empresa **PEREIRA LTDA**, tem sua sede na Avenida Gumercindo Iglesias, 2905, apartamento 203, Bairro Vau - Açu, em Viçosa estado de Minas Gerais, CEP: 36.574-320, registrada na JUCEMG sob o NIRE 31211772157 e CNPJ 19.788.965/0001-19, resolve alterar seu contrato social mediante as cláusulas e condições seguintes:

a) O nome empresarial que antes era **PEREIRA LTDA** passa a ser **PEREIRA & CUNHA PREMOLDADOS E CONSTRUCAO LTDA**.

b) A sócia **JULIANA SILVA PEREIRA,** cede e transfere 27.000 quotas no valor nominal de R$1,00, cada uma, totalizando R$27.000,00, para a nova sócia **MAURA LÚCIA DA SILVA CUNHA,** nacionalidade brasileira, empresária, casada sob o regime de comunhão total de bens, natural de Coimbra - MG, nascida em 15/04/1967, Portadora da identidade nº.: MG-5.984.655, expedida em 27/07/2015, pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, CPF nº.: 810.081.636-00, residente à Rua Antônio Romão Chumbinho, nº.: 124, Bairro Jardim Bom Clima em Coimbra estado de Minas Gerais, CEP: 36.550-000.

c) O endereço que antes era Avenida Gumercindo Iglesias, nº.: 2905, apartamento 203, Bairro Vau - Açu, em Viçosa, estado de Minas Gerais, CEP: 36.574-320, passa a ser Sítio Boa Vista, nº.: S/N, Bairro Zona Rural, em Coimbra, estado de Minas Gerais, CEP: 36.550-000.

d) O objeto social passa a ser comércio varejista de materiais de construção diversos, peças e acessórios novos para veículos automotores, tintas e materiais para pintura, material elétrico, ferragens e ferramentas, madeira e artefatos, materiais hidráulicos, cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas, especializado de equipamentos e suprimentos de informática, móveis, outros artigos de uso pessoal e doméstico, artigos de papelaria, artigos médicos e ortopédicos, plantas

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 12754871 em 22/05/2025 da Empresa PEREIRA & CUNHA PREMOLDADOS E CONSTRUCAO LTDA, Nire 31211772157 e protocolo 253071950 - 16/05/2025. Efeitos do registro: 12/05/2025. Autenticação: FBABDBFA358BC1C5B044D47D89F8C52EFCFA33C. Marinely de Paula Bomfim - Secretaria-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/307.195-0 e o código de segurança bIAx Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/05/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 129

e flores naturais, animais vivos e de artigos e alimentos para animais de estimação, produtos saneantes domissanitários, outros produtos. Comércio atacadista de materiais de construção diversos, peças e acessórios novos para veículos automotores, tintas, vernizes e similares, material elétrico, ferragens e ferramentas, madeira e produtos derivados, especializado de materiais de construção, equipamentos de informática, suprimentos para informática, móveis e artigos de colchoaria, outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico, artigos de escritório e de papelaria, próteses e artigos de ortopedia, sementes, flores, plantas e gramas, animais vivos, alimentos para animais, produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar, especializado em outros produtos intermediários, produtos siderúrgicos e metalúrgicos, exceto para construção, máquinas, equipamentos para terraplanagem, mineração e construção, partes e peças. Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos, automóveis, camionetas e utilitários usados. Comércio por atacado de automóveis, camionetas e utilitários novos e usados, caminhões novos e usados, reboques e semirreboques novos e usados, ônibus e micro-ônibus novos e usados. Atividades de limpeza. Atividades paisagísticas. Carga e descarga. Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes. Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras. Aluguel de andaimes. Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias. Fabricação de estruturas pré-moldadas de concreto armado, em série e sob encomenda. Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção. Fabricação de artefatos de fibrocimento para uso na construção. Fabricação de casas pré-moldadas de concreto. Preparação de massa de concreto e argamassa para construção. Fabricação de outros artefatos e produtos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes. Serviços especializados para construção. Serrarias com desdobramento de madeira em bruto. Serrarias sem desdobramento de madeira em bruto, resserragem. Serviço de tratamento de madeira realizado sob contrato.

Mediante as alterações realizadas, a sócia consolida o contrato social

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA
SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
PEREIRA & CUNHA PREMOLDADOS E CONSTRUCAO LTDA

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 1275487 em 22/05/2025 da Empresa PEREIRA & CUNHA PREMOLDADOS E CONSTRUCAO LTDA, Nire 31211772157 e protocolo 253071950 - 16/05/2025. Efeitos do registro: 12/05/2025. Autenticação: FBABDBFA858BC1C5B0440D47D89F0D52FEDFA33D. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/307.195-0 e o código de segurança bIAx. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/05/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

JULIANA SILVA PEREIRA, nacionalidade brasileira, divorciada, empresária, natural de Volta Redonda - RJ, nascida em 26/09/1982, Portadora da Carteira de Identidade nº.: MG-11.438.378, expedida em 02/09/1997, pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, CPF nº.: 051.902.776-07, residente à Rua dos Passos, 352, apartamento. 101, Bairro Centro, em Viçosa estado de Minas Gerais, CEP: 36.570-005,

MAURA LÚCIA DA SILVA CUNHA, nacionalidade brasileira, empresária, casada sob o regime de comunhão total de bens, natural de Coimbra - MG, nascida em 15/04/1967, Portadora da identidade nº.: MG-5.984.655, expedida em 27/07/2015, pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, CPF nº.: 810.081.636-00, residente à Rua Antônio Romão Chumbinho, nº.: 124, Bairro Jardim Bom Clima em Coimbra, estado de Minas Gerais, CEP: 36.550-000.

Únicas sócias componentes da empresa **PEREIRA & CUNHA PREMOLDADOS E CONSTRUCAO LTDA**, com sede no Sitio Boa Vista, nº.: S/N, Bairro Zona Rural, em Coimbra, estado de Minas Gerais, CEP: 36.550-000, registrada na JUCEMG sob o NIRE 31211772157 e CNPJ 19.788.965/0001-19, consolidam seu contrato social mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DENOMINAÇÃO E SEDE

1.1. A sociedade gira sob a denominação social de **PEREIRA & CUNHA PREMOLDADOS E CONSTRUCAO LTDA.**

1.2. A sociedade tem sua sede no Sítio Boa Vista, nº.: S/N, Bairro Zona Rural, em Coimbra, estado de Minas Gerais, CEP: 36.550-000.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO SOCIAL

2.1. O objeto social é comércio varejista de materiais de construção diversos, peças e acessórios novos para veículos automotores, tintas e materiais para pintura, material elétrico, ferragens e ferramentas, madeira e artefatos, materiais hidráulicos, cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas, especializado de equipamentos e suprimentos de informática, móveis, outros artigos de uso pessoal e doméstico, artigos de papelaria, artigos médicos e ortopédicos, plantas e flores naturais, animais vivos e de artigos e alimentos para animais de estimação, produtos saneantes domissanitários, outros produtos. Comércio atacadista de materiais de construção diversos, peças e acessórios novos para veículos automotores, tintas, vernizes e similares, material elétrico, ferragens e ferramentas, madeira e produtos derivados,

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 12754871 em 22/05/2025 da Empresa PEREIRA & CUNHA PREMOLDADOS E CONSTRUCAO LTDA, Nire 31211772157 e protocolo 253071950 - 16/05/2025. Efeitos do registro: 12/05/2025. Autenticação: FBABDBFA858BC1C5B044D47D89F0D52FECFA33C Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/007.195-8 e o código de segurança bIAx Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/05/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

especializado de materiais de construção, equipamentos de informática, suprimentos para informática, móveis e artigos de colchoaria, outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico, artigos de escritório e de papelaria, próteses e artigos de ortopedia, sementes, flores, plantas e gramas, animais vivos, alimentos para animais, produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar, especializado em outros produtos intermediários, produtos siderúrgicos e metalúrgicos, exceto para construção, máquinas, equipamentos para terraplanagem, mineração e construção, partes e peças. Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos, automóveis, camionetas e utilitários usados. Comércio por atacado de automóveis, camionetas e utilitários novos e usados, caminhões novos e usados, reboques e semirreboques novos e usados, ônibus e micro-ônibus novos e usados. Atividades de limpeza. Atividades paisagísticas. Carga e descarga. Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes. Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras. Aluguel de andaimes. Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias. Fabricação de estruturas pré-moldadas de concreto armado, em série e sob encomenda. Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção. Fabricação de artefatos de fibrocimento para uso na construção. Fabricação de casas pré-moldadas de concreto. Preparação de massa de concreto e argamassa para construção. Fabricação de outros artefatos e produtos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes. Serviços especializados para construção. Serrarias com desdobramento de madeira em bruto. Serrarias sem desdobramento de madeira em bruto, resserragem. Serviço de tratamento de madeira realizado sob contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE DURAÇÃO E INÍCIO DA SOCIEDADE

3.1. A sociedade possui como data de abertura 25/02/2014 e o prazo de duração da sociedade será por tempo indeterminado.

Parágrafo único – Esta sociedade poderá a qualquer tempo, abrir e encerrar filiais, agências e escritórios, em qualquer parte do território nacional ou no exterior mediante alteração contratual assinada pelas sócias.

CLÁUSULA QUARTA – DO CAPITAL SOCIAL

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 12754871 em 22/05/2025 da Empresa PEREIRA & CUNHA PREMOLDADOS E CONSTRUCAO LTDA, Nire 31211772157 e protocolo 253071950 - 16/05/2025. Efeitos do registro: 12/05/2025. Autenticação: FBABDBFA858BD1C5B044D47DB8F0052EFCFA33C. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/307.185-8 e o código de segurança bIAx Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/05/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

4.1. O capital social, totalmente integralizado, nos termos da cláusula 4.4, em moeda corrente nacional é de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), divididos em 60.000 (sessenta mil) quotas no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, assim distribuído entre as sócias:

SÓCIO	QUOTAS	VALOR
JULIANA SILVA PEREIRA	33.000 quotas	R$ 33.000,00
MAURA LÚCIA DA SILVA CUNHA	27.000 quotas	R$ 27.000,00
TOTAL	60.000 quotas	R$ 60.000,00

Parágrafo Primeiro – A responsabilidade das sócias é restrita ao valor de suas quotas, não havendo responsabilidade solidária pelas obrigações sociais, respondendo, no entanto, pela integralização do capital social.

Parágrafo Segundo – Sobre as quotas acima, pesa a cláusula restritiva de incomunicabilidade e impenhorabilidade.

4.2. As quotas sociais são indivisíveis e não poderão ser alienadas, gravadas, cedidas ou de qualquer outra maneira comprometida à terceiros sem a concordância expressa da maioria do capital social, sendo obrigatório o direito de preferência aos atuais sócios, aos quais serão oferecidas as quotas em igualdade de condições e preço, mediante comunicação expressa com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Parágrafo único – Cada sócia poderá exercer seu direito de preferência obedecendo a atual proporcionalidade de suas cotas na sociedade.

4.3. A sócia que desejar retirar-se da sociedade deve comunicar sua intenção com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sendo que a liquidação de suas cotas dar-se-á pelas regras previstas neste instrumento.

4.4. O valor integralizado em moeda corrente deste país no Capital Social da empresa, a ordem de R$60.000,00 (sessenta mil reais):

a. Dinheiro em moeda corrente deste país no valor de R$33.000,00 (trinta e três mil reais) **Titular: Juliana Silva Pereira**

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 12754671 em 22/05/2025 da Empresa PEREIRA & CUNHA PREMOLDADOS E CONSTRUCAO LTDA, Nire 31211772157 e protocolo 253071950 - 16/05/2025. Efeitos do registro: 12/05/2025. Autenticação: FBABDBFA858BC1C8B044D47D89F0C52EFCFA33C. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/307.195-0 e o código de segurança bIAx Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/05/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral

b. Dinheiro em moeda corrente deste país no valor de R$27.000,00 (vinte e sete mil reais)
Titular: Maura Lúcia da Silva Cunha

CLÁUSULA QUINTA – DA ADMINISTRAÇÃO

5.1. A administração da sociedade caberá as sócias administradoras **JULIANA SILVA PEREIRA** e **MAURA LÚCIA DA SILVA CUNHA**, qualificadas no preâmbulo deste instrumento, para o que está dispensada da prestação de caução.

5.2. Para os atos ordinários e extraordinários da administração, a sociedade será obrigatoriamente representada pela assinatura conjunta ou isoladamente por um dos sócios, entre os quais:

a) Constituição de Procurador "ad judicia" com poderes determinados e, se possível, com tempo certo de mandato;
b) Administração de contas bancárias em geral, podendo emitir, endossar e receber cheques e ordens de pagamento, entre outros atos ordinários;
c) Receber e dar quitação de créditos, dinheiro e valores,
d) Aceite de títulos cambiários e comerciais em geral, resultantes de obrigações da Sociedade;
e) Constituição de Procurador "ad negotia" com poderes determinados e tempo certo de mandato;
f) Abertura e encerramento de contas bancárias, contrair e assumir obrigação por quaisquer espécies de empréstimo;
g) Alienar, onerar, ceder e transferir bens móveis, imóveis e direitos a eles relativos, fixar e aceitar preços e formas de pagamento, receber e dar quitações, transferindo e emitindo posse e domínio, entre outros.

5.3. São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à sociedade, os atos de qualquer sócio, administrador, diretor, procurador ou funcionário que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas aos objetivos sociais, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, salvo se houver autorização de ambos os sócios.

5.4. As procurações outorgadas em nome da sociedade deverão sempre especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, terão um período de validade limitado.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 12754871 em 22/05/2025 da Empresa PEREIRA & CUNHA PREMOLDADOS E CONSTRUCAO LTDA. Nire 31211772157 e protocolo 253071950 - 16/05/2025. Efeitos do registro: 12/05/2025. Autenticação: FBABDBFA858BC1C5B044C47D88F0C52EFCFA33C. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/307.195-0 e o código de segurança bIAx Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/05/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

5.5. As sócias declaram sob as penas da lei, não estarem incursas em nenhum dos crimes previstos em lei que as impeçam de exercer a administração da sociedade em virtude de condenação criminal, nem estão sendo processadas nem condenadas em crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo e a fé pública ou a propriedade.

CLÁUSULA SEXTA – DA RETIRADA DE PRÓ-LABORE

6.1. As sócias poderão fixar uma retirada mensal, a título de "pró-labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO EXERCÍCIO SOCIAL.

7.1. Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, será procedido à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo às sócias, os lucros ou perdas apuradas.

Parágrafo Único – Fica a sociedade limitada autorizada a levantar balanços ou balancetes intermediários em qualquer período do ano calendário, observadas as disposições legais, podendo inclusive, distribuir os resultados se houver e se for de interesse do titular, inclusive a obrigação da reposição dos lucros, se os mesmos forem distribuídos com prejuízo do capital.

CLÁUSULA OITAVA – DO FALECIMENTO OU INTERDIÇÃO

8.1. Em caso de falecimento ou interdição de uma das sócias, sua participação societária (quotas) será administrada conforme as disposições desta cláusula.

Os herdeiros da sócia falecida terão as seguintes opções:

a. **Compra das Quotas**: Os herdeiros poderão optar por comprar a totalidade das quotas dos sócios remanescentes, mediante pagamento do valor estipulado e acordado entre as partes ou;

b. **Permanência na Sociedade**: Caso os herdeiros optem por permanecer na sociedade, fica acordado entre as partes que, no momento da sucessão dos bens da empresa, os herdeiros dos sócios poderão ser analisados individualmente para a possibilidade de nomeação como administrador da empresa, conforme as condições de cada um, levando-se em consideração a

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 12764871 em 22/05/2025 da Empresa PEREIRA & CUNHA PREMOLDADOS E CONSTRUCAO LTDA. Nire 31211772157 e protocolo 253071950 - 16/05/2025. Efeitos do registro: 12/05/2025. Autenticação: FBABDBFA858BD1C5B044D47DB8F0C52EFCFA33C. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/307.195-0 e o código de segurança bIAx Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/05/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

sua inserção prévia na companhia, bem como seu conhecimento e experiência em relação aos movimentos executados no âmbito da gestão.

c. **Venda das Quotas**: Se os herdeiros não optarem pela opção a (**Compra das Quotas**) e opção b (**Permanência na Sociedade**), os herdeiros deverão optar por vender a totalidade das quotas do sócio falecido aos sócios remanescentes. O valor das quotas será determinado por uma avaliação justa e consensual entre as partes ou, na falta de acordo, por meio de avaliação realizada por uma empresa independente especializada.

CLÁUSULA NONA – DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS E/OU PREJUÍZOS

9.1. Os lucros, após serem feitas as provisões legais e tecnicamente recomendadas, terão o destino que os quotistas indicarem.

Parágrafo Primeiro – Havendo distribuição de lucros sob qualquer forma ou absorção de prejuízos, serão na proporção de cada cotista no capital social.

Parágrafo Segundo – Havendo antecipação de lucros e quaisquer outras retiradas semelhantes, e ao final do exercício social estes não se realizaram, os sócios, se obrigam, a repor as quantias recebidas a estes títulos, no prazo máximo de dez dias contados do encerramento do exercício.

§ 1º) Por deliberação das sócias a distribuição dos lucros poderá ser em qualquer período do ano a partir de resultado do período apurado.

§ 2º) A distribuição dos lucros poderá não obedecer a participação da sócia desde que aprovada pelas sócias quotistas.

Parágrafo Terceiro – Os prejuízos porventura havidos serão transferidos aos exercícios seguintes, observadas as disposições legais, e ou, suportadas pelas sócias proporcionalmente às suas respectivas participações no capital social

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RETIRADA, EXCLUSÃO, EXTINÇÃO, INCAPACIDADE OU INSOLVÊNCIA DE SÓCIO E DAS REGRAS DE DISSOLUÇÃO PARCIAL

10.1. A retirada, morte, incapacidade, exclusão e insolvência de qualquer das sócias não dissolverá a sociedade, que prosseguirá com o remanescente, a menos que esta resolva liquidá-la.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 12754871 em 22/05/2025 da Empresa PEREIRA & CUNHA PREMOLDADOS E CONSTRUCAO LTDA, Nire 31211772157 e protocolo 253071950 - 16/05/2025. Efeitos do registro: 12/05/2025. Autenticação: FBA8DBFA858BC1C5B044D47D89F8C52EFCFA33C. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/307.195-0 e o código de segurança bIAx Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/05/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

10.2. Os haveres do sócio retirante, extinto, morto, incapaz, excluído, falido ou concordatário, serão calculados com base em balanço especial levantado pela sociedade, e serão pagos a ele, a seus herdeiros, ou sucessores, conforme o caso, em até 180 (Cento e Oitenta) parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencível a primeira parcela 30 (Trinta) dias da data do balanço especial, que será obrigatoriamente, ultimado no prazo de 60 (sessenta) dias contados do evento.

10.3. Na elaboração do balanço especial para apuração dos haveres de sócio retirante, extinto, morto, incapaz ou insolvente, não serão considerados os lucros e perdas posteriores à ocorrência do evento que lhe deu causa, salvo se forem em consequência de atos que o antecederam.

10.4. O capital social sofrerá a correspondente redução, salvo se o sócio remanescente suprir o valor da quota liquidada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SOLUÇÕES DE CONTROVÉRSIAS

11.1. Toda e qualquer controvérsia que surgir da interpretação ou cumprimento de Lei, do Contrato Social da Companhia, e demais normas internas da Companhia, envolvendo apenas seus sócios (na condição de administradores ou não), ou estes (na condição de administradores ou não) e a Companhia, será resolvida por Arbitragem, nos termos da Lei 9.307/96, e será administrado pela Câmara de Arbitragem e Mediação Empresarial – Brasil (CAMARB), www.camarb.com.br, observando as normas procedimentais previstas em seu Regulamento de Arbitragem.

Parágrafo Primeiro – A Arbitragem será realizada em Viçosa/MG, por três árbitros, cabendo a cada parte a indicação de um árbitro e aos árbitros eleitos pelas partes a indicação do terceiro que será o Presidente do tribunal arbitral. Aplica-se o regulamento da CAMARB, no que couber, quanto ao procedimento de eleição dos árbitros. Se o valor do litígio submetido à Arbitragem for inferior a R$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), será eleito árbitro único, na forma do Regulamento de Arbitragem da CAMARB.

Parágrafo Segundo – A Arbitragem será exclusivamente de Direito, aplicando-se a legislação brasileira aplicável à espécie e o previsto em instrumentos contratuais em que as partes intervierem e que se relacionem com o conflito. A Arbitragem será conduzida no idioma português.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 12754871 em 22/05/2025 da Empresa PEREIRA & CUNHA PREMOLDADOS E CONSTRUCAO LTDA, Nire 31211772157 e protocolo 253071950 - 16/05/2025. Efeitos do registro: 12/05/2025. Autenticação: FBABDBFA656BC1C5B044D47D89F0C52EFCFA33C. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/307.195-0 e o código de segurança blAx Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/05/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Parágrafo Terceiro – O procedimento arbitral deverá ocorrer sob a cláusula de confidencialidade, sendo que o sigilo se estende inclusive aos árbitros eleitos e à entidade eleita para administrar a arbitragem.

Parágrafo Quarto – Fica eleito o foro da comarca de Viçosa/MG para as hipóteses em que for necessária a intervenção de natureza subsidiária ou complementar do Poder Judiciário para assegurar a eficácia Jurisdição Arbitral, inclusive em relação a tutelas de urgência anteriores à constituição do Tribunal Arbitral, ou ainda para dirimir quaisquer controvérsias oriundas da execução deste Contrato ou da relação societária havida entre as partes quanto a Companhia que, na conformidade da Lei n. 9.307/96, não possam ser submetidos à Arbitragem.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DISSOLUÇÃO

12.1. A Sociedade poderá ser dissolvida por iniciativa das sócias, que, nessa hipótese, realizarão diretamente a liquidação ou indicarão um liquidante, ditando-lhe a forma de liquidação. Solvidas as dívidas e extintas as obrigações da Sociedade, o patrimônio remanescente será integralmente incorporado ao patrimônio do titular.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. As sócias elegem o foro da comarca de Viçosa/MG para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente instrumento contratual, bem como para o exercício e cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato, sendo que as administradoras renunciam a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.

E, estando as sócias justas e contratadas, assinam o presente instrumento.

Viçosa – Minas Gerais, 12 de maio de 2025

JULIANA SILVA PEREIRA
Sócia/Administradora

MAURA LÚCIA DA SILVA CUNHA
Sócia/Administradora

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 12754871 em 22/05/2025 da Empresa PEREIRA & CUNHA PREMOLDADOS E CONSTRUCAO LTDA, Nire 31211772157 e protocolo 253071950 - 16/05/2025. Efeitos do registro: 12/05/2025. Autenticação FBABDBFA858BC1C5B044D47D89F0C52EFCFA33C. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/307.195-8 e o código de segurança bIAx Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/05/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 132

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
25/307.195-0	MGP2500399716	12/05/2025

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
051.902.776-07	JULIANA SILVA PEREIRA
810.081.636-00	MAURA LUCIA SILVA CUNHA

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 12754871 em 22/05/2025 da Empresa PEREIRA & CUNHA PREMOLDADOS E CONSTRUCAO LTDA. Nire 31211772157 e protocolo 253071950 - 16/05/2025. Efeitos do registro: 12/05/2025. Autenticação: FBADDBFA858BC1C5B044D47D69F0C52EFCFA33C. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/307.195-0 e o código de segurança bIAx Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/05/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls 139

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa PEREIRA & CUNHA PREMOLDADOS E CONSTRUCAO LTDA, de NIRE 3121177215-7 e protocolado sob o número 25/307.195-0 em 16/05/2025, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 12754871, em 22/05/2025. O ato foi deferido eletrônicamente pelo examinador Aleidson Cinquini Franco e Silva.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
051.902.776-07	JULIANA SILVA PEREIRA
810.081.636-00	MAURA LUCIA SILVA CUNHA

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
051.902.776-07	JULIANA SILVA PEREIRA
810.081.636-00	MAURA LUCIA SILVA CUNHA

Belo Horizonte, quinta-feira, 22 de maio de 2025

Documento assinado eletrônicamente por Aleidson Cinquini Franco e Silva, Servidor(a) Público(a), em 22/05/2025, às 11:28 conforme horário oficial de Brasília.

A autenticidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucemg informando o número do protocolo 25/307.195-0.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 12754871 em 22/05/2025 da Empresa PEREIRA & CUNHA PREMOLDADOS E CONSTRUCAO LTDA, Nire 31211772157 e protocolo 253071950 - 16/05/2025. Efeitos do registro: 12/05/2025. Autenticação: FBABDBFA858C1C58844D47D89F0C52EFCFA33C. Marinely de Paula Bomfim - Secretaria-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/307.195-0 e o código de segurança bIAx Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/05/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretaria-Geral.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

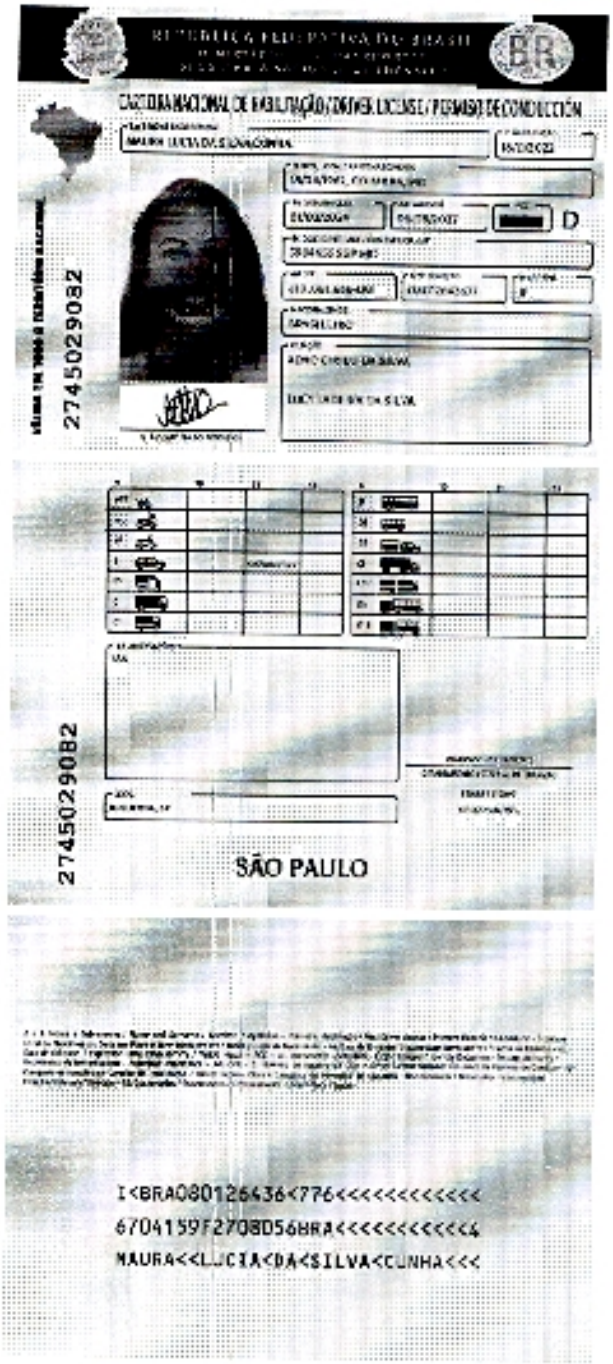
PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 140

o ato foi deferido pelo decisor singular/turma e chancelado mediante certificado digital pelo(a) Secretário(a)-Geral:

Identificação do(s) Assinante(s)
Nome
MARINELY DE PAULA BOMFIM

Belo Horizonte, quinta-feira, 22 de maio de 2025

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 12754871 em 22/05/2025 da Empresa PEREIRA & CUNHA PREMOLDADOS E CONSTRUCAO LTDA, Nire 31211772157 e protocolo 253071950 - 16/05/2025. Efeitos do registro: 12/05/2025. Autenticação: FBABDB5A858BC1C5B044D47D69F0C52EFCFA33C. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/307.195-0 e o código de segurança bIAx Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/05/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.



QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO / SENATRAN

PERCOM

Praça Emilio Jardim **Caixa Postal nº 337** Viçosa Minas Gerais, CEP: 36.570-972
TEL: 31-98774-5382 email: velosopereira.licita@yahoo.com

TERMO DE CREDENCIAMENTO

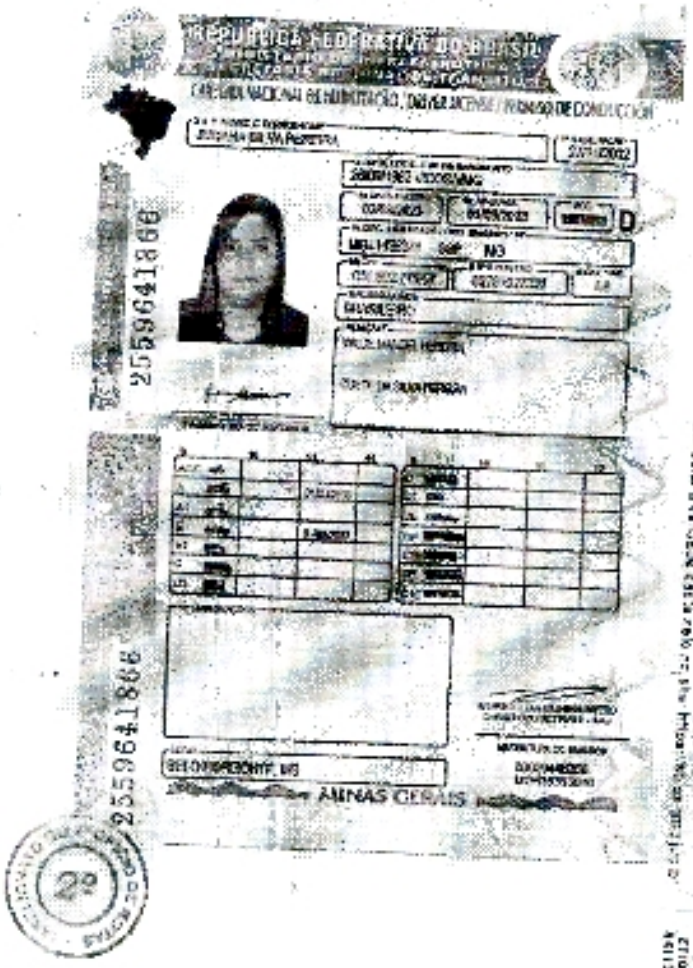
A empresa PEREIRA COMERCIO E CONSTRUCAO LTDA, Praça Emilio Jardim **Caixa Postal** nº 337 Viçosa Minas Gerais, CEP: 36.570-972, neste ato representado pelo Sócio Proprietário, JULIANA SILVA PEREIRA, brasileira, divorciada, empresária, natural de Volta Redonda-RJ, nascida a 26/09/1982, Portadora da Carteira de Identidade nº.: MG-11.438.378, expedida em 02/09/1997, pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, CPF nº.: 051.902.776-07, residente à **Avenida** Gumercindo Iglesias, 2905, Apt:203, Bairro Vau – Aço, em Viçosa estado de Minas Gerais, CEP: 36.574-320 pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu Procurador o senhor **Bruno Pereira Oliveira**, RG MG 22.233.494, CPF: 121.292.896-22, brasileiro, Solteiro, freelancer, residente à Av. Gumercindo Iglesias, nº2905/303, bairro Vau Aço, Viçosa-MG outorgando-lhe poderes "ad extra judicia" para fim específico de representação citada outorgante, durante o processamento de procedimento licitatório instaurado sob modalidade pregão presencial e eletrônico, pelo período de cinco anos, nos órgãos federal, estadual e municipal, no termo das respectivas condições constantes dos editais como podendo para tanto impugnar documentos e propostas de outros participantes, requerer o registro em ata das observações que entender relevantes, formular lances verbais, manifestar intenção de interpor ou desistir de recurso, assinar lista de presença, atas, declarações, propostas, rubricar páginas de propostas e documentos, concordar, discordar, transigir, desistir, firmar compromissos, requerer, alegar e assinar o que convier pedir informações e, de um modo geral, praticar todos os atos necessários e implícitos ao fiel, perfeito e cabal desempenho do presente, mas e tudo por bom, firme e valioso.

Viçosa, 28 de Março de 2023.

FARIA

PEREIRA COMERCIO E CONSTRUCAO LTDA
JULIANA SILVA PEREIRA - *CPF: 051.902.776-07*

Praça Emilio Jardim **Caixa Postal nº 337** Viçosa Minas Gerais, CEP: 36.570-972
TEL: 31-98774-5382 email: velosopereira.licita@yahoo.com



I<BRA0270702736<235<<<<<<<<<<<<
8209267F3303012BRA<<<<<<<<<<<<8
JULIANA<<SILVA<PEREIRA<<<<<<<<

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO BRANCO
FLS. 144

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
19.768.988/0001-19 MATRIZ		25/02/2014

NOME EMPRESARIAL
PEREIRA & CUNHA PRENDADOS E CONSTRUCAO LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
PEREIRA&CUNHA	EPP

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
16.10-2-02 - Serrarias com desdobramento de madeira em bruto
16.10-2-04 - Serrarias sem desdobramento de madeira em bruto - Resserragem
16.10-3-05 - Serviço de tratamento de madeira realizado sob contrato
23.30-3-01 - Fabricação de estruturas pré-moldadas de concreto armado, em série e sob encomenda
23.30-3-02 - Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção
23.30-3-03 - Fabricação de artefatos de fibrocimento para uso na construção
23.30-3-04 - Fabricação de casas pré-moldadas de concreto
23.30-3-05 - Preparação de massa de concreto e argamassa para construção
23.30-3-99 - Fabricação de outros artefatos e produtos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes
25.63-3-01 - Serviços de confecção de estruturas metálicas para a construção
33.14-7-10 - Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para uso geral não especificados anteriormente
33.19-8-00 - Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente
41.10-7-00 - Incorporação de empreendimentos imobiliários
41.20-4-00 - Construção de edifícios
42.11-1-01 - Construção de rodovias e ferrovias
42.12-0-00 - Construção de obras de arte especiais
42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas
42.21-9-01 - Construção de barragens e represas para geração de energia elétrica
42.21-9-02 - Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica
42.21-9-04 - Construção de estações e redes de telecomunicações

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
SIT BOA VISTA	SN	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
36.560-000	ZONA RURAL	COIMBRA	MG

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
PEREIRAL CITA@YAHOO.COM	(31) 3892-4392

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	25/02/2014

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **14/05/2026** às **14:07:33** (data e hora de Brasília).

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 145

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
19.758.364/0001-19 MATRIZ		25/02/2014

NOME EMPRESARIAL
PEREIRA & CUNHA PREMOLDADOS E CONSTRUCAO LTDA

CÓD. E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
42.22-7-01 - Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação

CÓD. E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
42.22-7-02 - Obras de irrigação
42.23-5-00 - Construção de redes de transportes por dutos, exceto para água e esgoto
42.91-0-00 - Obras portuárias, marítimas e fluviais
42.92-8-01 - Montagem de estruturas metálicas
42.92-8-02 - Obras de montagem industrial
42.99-5-01 - Construção de instalações esportivas e recreativas
42.99-5-99 - Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente
43.11-8-01 - Demolição de edifícios e outras estruturas
43.11-8-02 - Preparação de canteiro e limpeza de terreno
43.12-6-00 - Perfurações e sondagens
43.13-4-00 - Obras de terraplenagem
43.19-3-00 - Serviços de preparação do terreno não especificados anteriormente
43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica
43.22-3-01 - Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás
43.22-3-02 - Instalações de sistemas de prevenção contra incêndio
43.29-1-01 - Instalação, manutenção e reparação de elevadores, escadas e esteiras rolantes
43.29-1-99 - Outras obras de instalações em construções não especificadas anteriormente
43.30-4-01 - Impermeabilização em obras de engenharia civil
43.30-4-02 - Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresaria Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
SITIO A VISTA	SN	*******

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
36.960-000	ZONA RURAL	COIMBRA	MG

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
PEREIRALICITA@YAHOO.COM	(31) 3882-4382

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	25/02/2014

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
*******	*******

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **14/05/2026** às **14:07:33** (data e hora de Brasília).

PREFEITURA MUNICIPAL DE [illegible]
Fls. 146

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
18.788.965/0001-19 MATRIZ		25/02/2014

NOME EMPRESARIAL
PEREIRA & CUNHA PREMOLDADOS E CONSTRUCAO LTDA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
43.30-4-03 - Obras de acabamento em gesso e estuque
43.30-4-04 - Serviços de pintura de edifícios em geral
43.30-4-05 - Aplicação de revestimentos e de revestimentos e de revestimentos e de revestimentos
43.30-4-99 - Outras obras de acabamento da construção
43.91-6-00 - Obras de fundações
43.99-1-01 - Administração de obras
43.99-1-02 - Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias
43.99-1-03 - Obras de alvenaria
43.99-1-04 - Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras
43.99-1-05 - Perfuração e construção de poços de água
43.99-1-99 - Serviços especializados para construção não especificados anteriormente
45.11-1-01 - Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos
45.11-1-02 - Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários usados
45.11-1-03 - Comércio por atacado de automóveis, camionetas e utilitários novos e usados
45.11-1-04 - Comércio por atacado de caminhões novos e usados
45.11-1-05 - Comércio por atacado de reboques e semi-reboques novos e usados
45.11-1-06 - Comércio por atacado de ônibus e microônibus novos e usados
45.30-7-01 - Comércio por atacado de peças e acessórios novos para veículos automotores
45.30-7-03 - Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores
46.23-1-01 - Comércio atacadista de animais vivos

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
SITIO BOA VISTA	SN	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
36.550-000	ZONA RURAL	COIMBRA	MG

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
PEREIRA.LICTA@YAHOO.COM	(31) 3882-4382

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	25/02/2014

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **14/05/2026** às 14:07:33 (data e hora de Brasília).

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls 147

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
18.788.953/0001-19 MATRIZ		25/03/2014

NOME EMPRESARIAL
PEREIRA & CUNHA PREMOLDADOS E CONSTRUCAO LTDA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
46.33-1-06 - Comércio atacadista de sementes, flores, plantas e gramas
46.33-1-09 - Comércio atacadista de alimentos para animais
46.45-1-02 - Comércio atacadista de próteses e artigos de ortopedia
46.47-8-01 - Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria
46.49-4-04 - Comércio atacadista de móveis e artigos de colchoaria
46.49-4-99 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar
46.49-4-99 - Comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente
46.51-6-01 - Comércio atacadista de equipamentos de informática
46.51-6-02 - Comércio atacadista de suprimentos para informática
46.52-1-00 - Comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção; partes e peças
46.71-1-00 - Comércio atacadista de madeira e produtos derivados
46.72-8-00 - Comércio atacadista de ferragens e ferramentas
46.73-7-00 - Comércio atacadista de material elétrico
46.75-4-01 - Comércio atacadista de tintas, vernizes e similares
46.75-4-03 - Comércio atacadista especializado de materiais de construção não especificados anteriormente
46.73-6-03 - Comércio atacadista de materiais de construção em geral
46.85-1-03 - Comércio atacadista de produtos alcoólicos e químicos, exceto para construção
46.89-3-99 - Comércio atacadista especializado em outros produtos intermediários não especificados anteriormente
47.41-5-00 - Comércio varejista de tintas e materiais para pintura
47.42-3-00 - Comércio varejista de material elétrico

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
ST BOA VISTA	SN	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
36.550-000	ZONA RURAL	COIMBRA	MG

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
PEREIRA.LIC.TA@YAHOO.COM	(31) 3892-4382

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	25/03/2014

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 14/05/2026 às 14:07:33 (data e hora de Brasília).

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
fls. 148

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

19.788.958/0001-19 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	25/02/2014

NOME EMPRESARIAL
PEREIRA & CUNHA PREMOLDADOS E CONSTRUCAO LTDA

ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL / CÓDIGO E DESCRIÇÃO
47.44-0-01 - Comércio varejista de ferragens e ferramentas
47.44-0-02 - Comércio varejista de madeira e artefatos
47.44-0-03 - Comércio varejista de materiais hidráulicos
47.44-0-04 - Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas
47.61-0-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática
47.54-7-01 - Comércio varejista de móveis
47.59-8-99 - Comércio varejista de outros artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente
47.61-0-03 - Comércio varejista de artigos de papelaria
47.73-3-02 - Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos
47.89-0-02 - Comércio varejista de plantas e flores naturais
47.89-0-04 - Comércio varejista de animais vivos e de artigos e alimentos para animais de estimação
47.89-0-05 - Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários
47.89-0-99 - Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente
52.12-5-00 - Carga e descarga
71.12-0-00 - Serviços de engenharia
77.32-2-01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes
77.32-2-02 - Aluguel de andaimes
81.29-0-03 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente
81.30-3-00 - Atividades paisagísticas

NATUREZA JURÍDICA / CÓDIGO E DESCRIÇÃO
2062-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
SIT BOA VISTA	SN	******

CEP	BAIRRO / DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
36.550-000	ZONA RURAL	COIMBRA	MG

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
PEREIRAL CITA@YAHOO.COM	(31) 3896-4592

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	25/02/2014

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
******	******

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **14/05/2026** às **14:07:33** (data e hora de Brasília).

CONSULTAR OUTRA | VOLTAR | IMPRIMIR

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, clique aqui.

Passo a passo para o CNPJ | Consultas CNPJ | Perguntas frequentes | Perguntas | Serviços CNPJ

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 149

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

© 2018 PORTAL DA REDESIM. Todos direitos reservados.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
FLS 160

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: PEREIRA & CUNHA PREMOLDADOS E CONSTRUCAO LTDA
CNPJ: 19.788.965/0001-19

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 13:28:15 do dia 04/02/2026 <hora e data de Brasília>.
Válida até 03/08/2026.
Código de controle da certidão: **E807.FB06.3EF4.28A2**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

Certidão de Débitos Tributários

Negativa

Data de emissão 03/06/2026

Data de validade 01/09/2026

Razão Social
PEREIRA & CUNHA PREMOLDADOS E CONSTRUCAO LTDA

CNPJ
19.788.965/0001-19

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de ajudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou Inscritos em Dívida Ativa.

A autenticidade desta certidão pode ser confirmada no sítio da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, em: https://cdt.fazenda.mg.gov.br > Validar CDT

Código de controle de autenticidade
99C9-42FB-F5A5-DD34-772A-808E-6EF9-5E75

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 152

Voltar Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 19.788.965/0001-19
Razão social: PEREIRA & CUNHA PREMOLDADOS E CONSTRUCAO LTDA
Endereço: SIT BOA VISTA SN / ZONA RURAL / COIMBRA / MG / 36550-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 07/06/2026 a 06/07/2026

Certificação Número: 2026060702535349462396

Informação obtida em 16/06/2026 15:12:31

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

Prefeitura Municipal de
COIMBRA-MG

Fls. 153

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

CPF/CNPJ: 19.758.965/0001-19
Contribuinte: PEREIRA & CUNHA PREMOLDADOS E CONSTRUÇÃO LTDA
Endereço: SITIO BOA VISTA,
Bairro/Cidade/UF/CEP: ZONA RURAL / COIMBRA-MG / CEP: 36.550-000
Insc. Municipal: 8441. **Insc. Estadual:**
Nome Fantasia:
Atividade:

CERTIDÃO

CERTIFICAMOS que em nome do requerente, não existe(m) débito(s) em aberto até a presente data.

Ressalvado à fazenda municipal, o direito de cobrar quaisquer débitos que venham a ser apurados após o fornecimento desta.

Data da Emissão: 04/03/2026 13:57:11

A presente Certidão é válida por 180(cento e oitenta) dias a contar da data acima descrita.

Atenção: Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Carla Araújo Miranda
Chefe da Tributação
Prefeitura Municipal de Coimbra

SETOR TRIBUTÁRIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls 154

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

VIÇOSA

CERTIDÃO CÍVEL DE FALÊNCIA E CONCORDATA NEGATIVA

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA CÍVEL nesta comarca, até a presente data, nas ações específicas de Concordata Preventiva / Suspensiva, Falência de Empresários, Sociedades Empresáriais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, Recuperação Extrajudicial, Recuperação Judicial, NADA CONSTA em tramitação contra:

Nome: PEREIRA E CUNHA PREMOLDADOS E CONTRUÇAO LTDA
CNPJ: 19.788.965/0001-19

Observações:

a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;

b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;

c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar a autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (http://www.tjmg.jus.br), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;

d) esta Certidão inclui os processos físicos e eletrônicos, onde houver sido implantado o Processo Judicial Eletrônico - PJe, o eproc, o Sistema CNJ (Ex-Projudi) e o SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Unificada, tendo a mesma validade da certidão emitida diretamente no Fórum e abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Turma Recursal apenas da comarca pesquisada, com exceção do SEEU, cujo sistema unificado abrange todas as comarcas do Estado;

e) A presente certidão não faz referência a período de anos, uma vez que somente se refere à existência de feitos judiciais em andamento (processos ativos) contra o nome pesquisado, conforme Provimento 355/2018 da Corregedoria Geral de Justiça.

A presente certidão NÃO EXCLUI a possibilidade da existência de outras ações de natureza diversa daquelas aqui mencionadas.

Certidão solicitada em 25 de Junho de 2026 às 11:09

VIÇOSA, 25 de Junho de 2026 às 11:09

Código de Autenticação: 2606-2511-0940-0507-0561

Para validar esta certidão, acesse o sítio do TJMG (www.tjmg.jus.br) em Certidão Judicial/AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO /AUTENTICAÇÃO 2 informando o código.

ATENÇÃO: Documento composto de 1 folhas(s). Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 155

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: PEREIRA & CUNHA PREMOLDADOS E CONSTRUCAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 19.788.965/0001-19
Certidão nº: 8152686/2026
Expedição: 05/02/2026, às 14:50:25
Validade: 04/08/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **PEREIRA & CUNHA PREMOLDADOS E CONSTRUCAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **19.788.965/0001-19, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Prefeitura Municipal de
COIMBRA-MG

ALVARÁ DE LICENÇA PROVISÓRIO PARA LOCALIZAÇÃO

EXERCÍCIO
2026

Número do Alvará
21.070

CONCEDIDO A

Contribuinte: PEREIRA & CUNHA PREMOLDADOS E CONSTRUÇÃO LTDA

Endereço da Atividade: SÍTIO BOA VISTA

Inscrição no CMC Sob Nº: 6441 **CPF/CNPJ Nº:** 19.788.965/0001-19

COM A SEGUINTE ATIVIDADE PRINCIPAL

COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL

ENQUANTO SATISFIZER AS EXIGÊNCIAS DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, PARA FUNCIONAMENTO NOS SEGUINTES HORÁRIOS:

HORÁRIO NORMAL

HORÁRIO ESPECIAL
xxxxxxxxxxxxxxxx

OBSERVAÇÕES

A segurança do local é de total responsabilidade de seus proprietários. Tão como toda a documentação e Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros.

Data da Emissão: 24/02/2026
Atenção: Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

VALIDADE ATÉ: 24/05/2026

MAURÍLIO DIAS MASSENSINI
Prefeito(a) Municipal

AVISO
O PRESENTE ALVARÁ DEVERÁ SER AFIXADO EM LUGAR VISÍVEL

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Fls. 154

Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial:	PEREIRA & CUNHA PREMOLDADOS E CONSTRUCAO LTDA
Natureza Jurídica:	SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA

CNPJ	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo	Data de Início de Atividade
19.788.965/0001-19	25/02/2014	25/02/2014

Endereço Completo:

SITIO BOA VISTA SN - BAIRRO ZONA RURAL CEP 36550-000 - COIMBRA/MG

Objeto Social

COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO DIVERSOS, PECAS E ACESSORIOS NOVOS PARA VEICULOS AUTOMOTORES, TINTAS E MATERIAIS PARA PINTURA, MATERIAL ELETRICO, FERRAGENS E FERRAMENTAS, MADEIRA E ARTEFATOS, MATERIAIS HIDRAULICOS, CAL, AREIA, PEDRA BRITADA, TIJOLOS E TELHAS, ESPECIALIZADO, DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMATICA, MOVEIS, OUTROS ARTIGOS DE USO PESSOAL E DOMESTICO, ARTIGOS DE PAPELARIA, ARTIGOS MEDICOS E ORTOPEDICOS, PLANTAS E FLORES NATURAIS, ANIMAIS VIVOS E DE ARTIGOS E ALIMENTOS PARA ANIMAIS DE ESTIMACAO, PRODUTOS SANEANTES DOMISSANITARIOS, OUTROS PRODUTOS. COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO DIVERSOS, PECAS E ACESSORIOS NOVOS PARA VEICULOS AUTOMOTORES, TINTAS, VERNIZES E SIMILARES, MATERIAL ELETRICO, FERRAGENS E FERRAMENTAS, MADEIRA E PRODUTOS DERIVADOS, ESPECIALIZADO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO, EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA, SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA, MOVEIS E ARTIGOS DE COLCHOARIA, OUTROS EQUIPAMENTOS E ARTIGOS DE USO PESSOAL E DOMESTICO, ARTIGOS DE ESCRITORIO E DE PAPELARIA, PROTESES E ARTIGOS DE ORTOPEDIA, SEMENTES, FLORES, PLANTAS E GRAMAS, ANIMAIS VIVOS, ALIMENTOS PARA ANIMAIS, PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVACAO DOMICILIAR, ESPECIALIZADO EM OUTROS PRODUTOS INTERMEDIARIOS, PRODUTOS SIDERURGICOS E METALURGICOS, EXCETO PARA CONSTRUCAO, MAQUINAS, EQUIPAMENTOS PARA TERRAPLANAGEM, MINERACAO E CONSTRUCAO, PARTES E PECAS, COMERCIO A VAREJO DE AUTOMOVEIS, CAMIONETAS E UTILITARIOS NOVOS, AUTOMOVEIS, CAMIONETAS E UTILITARIOS USADOS, COMERCIO POR ATACADO DE AUTOMOVEIS, CAMIONETAS E UTILITARIOS NOVOS E USADOS, CAMINHOES NOVOS E USADOS, REBOQUES E SEMIRREBOQUES NOVOS E USADOS, ONIBUS E MICRO-ONIBUS NOVOS E USADOS, ATIVIDADES DE LIMPEZA, ATIVIDADES PAISAGISTICAS, CARGA E DESCARGA, ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUCAO SEM OPERADOR, EXCETO ANDAIMES, SERVICOS DE OPERACAO E FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS PARA TRANSPORTE E ELEVACAO DE CARGAS E PESSOAS PARA USO EM OBRAS, ALUGUEL DE ANDAIMES, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIMES E OUTRAS ESTRUTURAS TEMPORARIAS, MONTAGEM DE ESTRUTURAS METALICAS, FABRICACAO DE ESTRUTURAS PRE MOLDADAS DE CONCRETO ARMADO, EM SERIE E SOB ENCOMENDA, FABRICACAO DE ARTEFATOS DE CIMENTO PARA USO NA CONSTRUCAO, FABRICACAO DE ARTEFATOS DE FIBROCIMENTO PARA USO NA CONSTRUCAO, FABRICACAO DE CASAS PRE MOLDADAS DE CONCRETO, PREPARACAO DE MASSA DE CONCRETO E ARGAMASSA PARA CONSTRUCAO, FABRICACAO DE OUTROS ARTEFATOS E PRODUTOS DE CONCRETO, CIMENTO, FIBROCIMENTO, GESSO E MATERIAIS SEMELHANTES, SERVICOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUCAO, SERRARIAS COM DESDOBRAMENTO DE MADEIRA EM BRUTO, SERRARIAS SEM DESDOBRAMENTO DE MADEIRA EM BRUTO, RESSERRAGEM, SERVICO DE TRATAMENTO DE MADEIRA REALIZADO SOB CONTRATO, CONSTRUCAO DE EDIFICIOS, IMPERMEABILIZACAO EM OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL, INSTALACAO DE PORTAS, JANELAS, TETOS, DIVISORIAS E ARMARIOS EMBUTIDOS DE QUALQUER MATERIAL, OBRAS DE ACABAMENTO EM GESSO E ESTUQUE, SERVICOS DE PINTURA DE EDIFICIOS DIVERSOS, APLICACAO DE REVESTIMENTOS E DE RESINAS EM INTERIORES E EXTERIORES, OUTRAS OBRAS DE ACABAMENTO DA CONSTRUCAO, ADMINISTRACAO DE OBRAS, OBRAS DE ALVENARIA, PERFURACAO E CONSTRUCAO DE POCOS DE AGUA, SERVICOS DE CONFECCAO DE ARMACOES METALICAS PARA A CONSTRUCAO, INSTALACAO E MANUTENCAO ELETRICA, SERVICOS DE PREPARACAO DO TERRENO, OBRAS DE TERRAPLENAGEM, OBRAS DE FUNDACOES, OBRAS DE URBANIZACAO, RUAS, PRACAS E CALCADAS, OUTRAS OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL, CONSTRUCAO DE INSTALACOES ESPORTIVAS E RECREATIVAS, OBRAS DE MONTAGEM INDUSTRIAL, CONSTRUCAO DE RODOVIAS E FERROVIAS, MANUTENCAO E REPARACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA USO GERAL, CONSTRUCAO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS, MANUTENCAO E REPARACAO DE EQUIPAMENTOS E PRODUTOS, SERVICOS DE ENGENHARIA, INCORPORACAO DE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS, CONSTRUCAO DE BARRAGENS E REPRESAS PARA GERACAO DE ENERGIA ELETRICA, CONSTRUCAO DE ESTACOES E REDES DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA, CONSTRUCAO DE ESTACOES E REDES DE TELECOMUNICACOES, CONSTRUCAO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE AGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUCOES CORRELATAS, EXCETO OBRAS DE IRRIGACAO, OBRAS DE IRRIGACAO, CONSTRUCAO DE REDES DE TRANSPORTES POR DUTOS, EXCETO PARA AGUA E ESGOTO, OBRAS PORTUARIAS, MARITIMAS E FLUVIAIS, DEMOLICAO DE EDIFICIOS E OUTRAS ESTRUTURAS, PREPARACAO DE CANTEIRO E LIMPEZA DE TERRENO, PERFURACOES E SONDAGENS, INSTALACOES HIDRAULICAS, SANITARIAS E DE GAS, INSTALACOES DE SISTEMA DE PREVENCAO CONTRA INCENDIO, OUTRAS OBRAS DE INSTALACOES EM CONSTRUCOES, INSTALACAO, MANUTENCAO E REPARACAO DE ELEVADORES, ESCADAS E ESTEIRAS ROLANTES, EXCETO DE FABRICACAO PROPRIA.

Capital Social:	Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (Lei Complementar nº 123, de 2006)	Prazo de Duração
R$ 60.000,00 SESSENTA MIL REAIS	EMPRESA PEQUENO PORTE	INDETERMINADO
Capital Integralizado: R$ 60.000,00		

Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCEMG (http://www.jucemg.mg.gov.br) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:
1) Validação por envio de arquivo (upload)
2) Validação visual (digite o nº C26000001055947 e visualize a certidão)

26/261.853-9

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Fls. 158

Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial: PEREIRA & CUNHA PREMOLDADOS E CONSTRUCAO LTDA
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA

SESSENTA MIL REAIS

Sócios/Participação no Capital/Espécie de Sócio/Administrador/Término do Mandato

CPF/CNPJ	Nome	Participação no Capital	Espécie de Sócio/ Administrador	Têrm. Mandato
051.902.775-07	JULIANA SILVA PEREIRA	R$ 33.000,00	SOCIO / ADMINISTRADOR	xxxxxxx
610.061.836-00	MAURA LUCIA DA SILVA CUNHA	R$ 27.000,00	SOCIO / ADMINISTRADOR	xxxxxxx

Administrador Nomeado/Término do Mandato

CPF/CNPJ	Nome	Têrm. Mandato
xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx

Situação: ATIVA — Status: xxxxxxx

Último Arquivamento: 04/03/2025 — Número: 12751681

Ato 002 - ALTERACAO

Evento(s) 2244 - ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS)
2221 - ALTERACAO DO TITULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
051 - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO

NADA MAIS.

Belo Horizonte, 10 de Abril de 2026 14:14

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCEMG (http://www.jucemg.mg.gov.br) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:
1) Validação por envio do arquivo (upload)
2) Validação visual (digite o nº C26001056947 e visualize a certidão)

28/264.853-9

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Fls. 160

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SEMAD-Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

CERTIFICADO Nº 5179 LICENCIAMENTO AMBIENTAL CONCOMITANTE

O Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM –, no uso de suas atribuições, e com base no artigo 14, incisos III, IV, VI e VII da Lei Estadual nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016, e nos termos do artigo 3º, incisos III, IV, VI e VII, do Decreto Estadual nº 46.953, de 23 de fevereiro de 2016, e art. 8º, inciso II e seu §1º, inciso I, da Deliberação Normativa COPAM nº 217, de 6 de dezembro de 2017, concede à empresa abaixo relacionada Licença Ambiental Concomitante, LAC1, em conformidade com normas ambientais vigentes, decisão da Câmara Técnica Especializada de Atividades Minerárias - CMI, em reunião do dia 25/11/2022, condicionantes impostas e fases indicadas a seguir:

FASES : LP+LI+LO

Pessoa Física ou Jurídica na qual o empreendimento se vincula : PEDREIRA ORATORIOS LTDA
CNPJ/CPF : 04.291.804/0001-46
Empreendimento : PEDREIRA ORATORIOS LTDA
Endereço da Pessoa Física ou Jurídica : Fazenda SÃO PEDRO número/km S/N Bairro ZONA RURAL Cep 35439-000 Oratórios - MG
Município e Coordenadas geográficas do local de desenvolvimento das atividades:
Oratórios (LAT) -20.4481, (LONG) -42.7709
Fator locacional resultante : 1
Classe predominante resultante : 4
Processo Administrativo Licenciamento : 5179/2021
Número do Processo na ANM e Ano : 830520/2001
Titular ou Requerente : PEDREIRA ORATÓRIOS LTDA
Substância(s) Mineral(is) : GNAISSE

Código e Descrição da(s) Atividade(s) Principal(is) :

Código	Descrição	Parâmetro	Qtde	Unicade
A-02-09-7	Extração de rocha para produção de britas	Produção bruta	100.000	m³/ano
A-05-04-5	Pilhas de rejeito/estéril	Área útil	1,345	ha

Com condicionantes listadas no anexo.

Validade de 10 ano(s), com vencimento em 25/11/2032.

Certificado emitido eletronicamente, nos termos do art. 1º e art. 2º do Decreto Estadual nº 47.222/2017 e do art. 6º, §4º, do Decreto Estadual nº 47.441/2018, com base nas informações prestadas pelo empreendedor e pelo(s) responsável(is) técnico(s) pelo(s) estudo(s) apresentado(s).

Uba, 29/11/2022.

Documento assinado eletronicamente por DORGIVAL DA SILVA, Superintendente, em 29/11/2022 14:48 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

- Esta licença não substitui a obrigatoriedade do empreendedor em obter título minerário ou guia de utilização expedida pela Agência Nacional de Mineração (ANM) ou Agência Nacional de Petróleo (ANP), nos termos do art. 23 da Deliberação Normativa COPAM nº 217, de 2017.

- O presente certificado somente autoriza a operação do empreendimento caso o mesmo possua validamente o Certificado de Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) e os laudos referentes aos testes de estanqueidade (caso se trate de sistema de armazenamento subterrâneo de combustíveis (SASC).

- Esta licença não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de certidões, alvarás, licenças ou autorizações, de qualquer natureza, exigidos pela legislação Federal, Estadual ou Municipal.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SEMAD-Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

CERTIFICADO Nº 5179 LICENCIAMENTO AMBIENTAL CONCOMITANTE

Autorização para intervenção ambiental	1370.01.0041806/2021-05
Outorga de Direito de Uso de Recursos	Certificado de uso insignificante nº 181095/2020 de 10/03/2020, válido até 10/03/2023 Certificado de uso insignificante nº 342317/2022 de 08/07/2022, válido até 08/07/2025

Demais atividades listadas do empreendimento

Código	Descrição	Parâmetro	Qtde	Unidade
B-01-01-5	Britamento de pedras para construção	Area útil	1,946	ha
F-06-01-7	Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação	Capacidade de armazenagem	14	m³

MUNICIPAL DE ODRES DO TURVO
Fls. 162

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SEMAD-Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

CERTIFICADO Nº 5179 LICENCIAMENTO AMBIENTAL CONCOMITANTE

Condicionantes

01 Executar os Programas de Automonitoramento Ambiental, conforme definido no Anexo II.
Prazo: Durante a vigência da licença

02 Comprovar o cumprimento integral das ações estabelecidas proposta para a compensação: i) pelo corte de espécies ameaçadas de extinção. Prazo: Durante a vigência da Licença, conforme cronograma do PUP apresentado.

03 Comprovar a doação de 1 Kg de sementes das espécies Apuleia leiocarpa e Melanoxylon brauna para o Horto Florestal do IEF em Viçosa-MG, no endereço Rodovia MG 280 – Km 03, Campus da UFV.
Prazo: Entrega em até 6 meses após a emissão da AIA.

04 Apresentar Relatório Simplificado, contendo a descrição das ações de afugentamento de fauna silvestre realizadas durante as atividades de supressão, conforme o disposto no §7º do Art. 19 da Resolução Conjunta SEMAD/IEF Nº 3.102, de 26 de outubro de 2021 e conforme Termo de Referência disponível nos sites do IEF e da Semad. Prazo: Anualmente, até a conclusão de todas as atividades de supressão de vegetação.

05 Apresentar relatório técnico e fotográfico evidenciando a remoção gradativa da vegetação, conforme o avanço da frente de lavra, disposição adequada da parte superficial do solo e posterior utilização, disposição adequada da parte estéril do solo, implantação da rede de drenagem interligada ao sistema já existente. Prazo: Anualmente, até a conclusão de todas as atividades de supressão de vegetação.

06 Promover a manutenção periódica dos sistemas de drenagem, com as devidas limpezas antes e após cada período chuvoso e sempre que necessário Prazo: Anualmente, durante a validade da licença.

07 Apresentar relatórios técnicos evidenciando as atividades desenvolvidas no empreendimento para fins de preparação e recuperação do solo durante os anos de operação do empreendimento, conforme proposto no PRAD. Prazo: Anualmente, durante a validade da licença ambiental.

08 Protocolar Plano de Recuperação de Área Degradada – PRAD, com respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica ART, contendo o detalhamento das ações a serem executadas, 06 (seis) meses antes do encerramento das atividades, conforme Termo de Referência disponibilizado pelo órgão ambiental e diretrizes da DN COPAM nº 220/2018 ou outra norma que a suceda. Caso opte pelo plantio de espécies nativas, deverá ser apresentado também o PTRF. Prazo: Ao fim da atividade de extração mineral.

09 Realizar a umidificação das vias através da aspersão de água para controle da geração de materiais particulados. Prazo: Durante a vigência da licença.

10 Comprovar a instalação do sistema de calhas no telhado que atende a oficina mecânica, cozinha e refeitório, com destinação das mesmas para o curso d'água. Prazo: Até o mês de outubro de 2022.

11 Comprovar a construção da caixa de armazenamento dos efluentes tratados na caixa SAO devidamente equipada com conjunto motobomba, para reutilização dos mesmos. Prazo: Até o mês de abril de 2023.

12 Comprovar a ampliação do sistema fossa/filtro para uma contribuição de 35 pessoas. Prazo: Até o mês de abril de 2023.

13 Comprovar a implantação de um Programa de Coleta Seletiva a ser desenvolvido no ambiente interno da empresa, especialmente no setor administrativo (escritório) e no refeitório, com aquisição de vasilhames próprios e treinamento dos funcionários, visando a correta segregação desses resíduos e sua destinação final para empresas de reciclagem, conforme preconiza a legislação vigente Prazo: 120 dias.

14 Executar as manutenções periódicas dos veículos e equipamentos operacionais, de forma a mitigar os impactos relacionados aos níveis de ruídos resultantes das atividades desenvolvidas. Prazo: Durante a vigência da licença.

15 A área que sofreu deslocamento, ficando fora da poligonal da ANM, deverá ficar paralisada, aguardando a conclusão da análise do pedido de relocação de poligonal pela ANM. Prazo: Até a conclusão da análise pela ANM.

16 Apresentar relatórios consolidados anuais de atendimento das condicionantes apostas neste parecer único, relatando as ações empreendidas no cumprimento de cada condicionante, acompanhadas quando possível, de documentação fotográfica, num único documento. Prazo: Nos meses de julho, ao longo da validade da licença.

17 Apresentar cópia do protocolo da proposta de compensação referente art. 75 da Lei nº 20.922/2013 junto ao IEF. Prazo: 60 dias após a obtenção da licença

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SEMAD-Secretaria de Estado ce Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

CERTIFICADO Nº 5179 LICENCIAMENTO AMBIENTAL CONCOMITANTE

Condicionantes

18 Apresentar cópia do termo de compromisso de compensação ambiental referente ao art. 75 da Lei nº 20.922/2013 Prazo: 60 dias após a celebração com o IEF

19 Comprovar o cumprimento integral das ações estabelecidas no Termo de Compromisso de Compensação Ambiental – TCCA referente ao art. 75 da Lei nº 20.922/2013 ou o atendimento ao cronograma quando o TCCA estiver vigente Prazo: Conforme Cronograma constante do TCCA

20 Apresentar laudo atestando a estabilidade geotécnica da pilha de disposição de rejeitos/estéril, devidamente acompanhado de RT de profissional habilitado. Prazo: 90 dias após a conclusão das atividades de decapiamento da camada superficial de solo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls 164

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS - CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: (032) 3576-1130

FORNECEDORES HABILITADOS

PREGÃO Nº. **31/2026**
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. **82/2026**

Registro de Preços, prazo: 12 mes(es)

Final da Proposta/Início da Sessão: **02/07/2026 às 08:00**

Fornecedor: PEREIRA COMERCIO E CONSTRUCAO LTDA	**CPF/CNPJ:** 19.788.965/0001-19
E-mail: velosopereira.licita@yahoo.com	**Telefone:** (31) 97110-1617

Lote 2

ESTACAS PRE-MOLDADAS DE CONCRETO 20X20 CM

Descrição Comprador

1 - ESTACAS PRE-MOLDADAS DE CONCRETO 20X20 CM

Descrição do Fornecedor	Quant.	Medida	Unitário	Sub Total
ESTACAS PRE-MOLDADAS DE CONCRETO 20X20 CM	324,00	M	209,23	67.790,52

Marca: NACIONAL **Fabricante:** NACIONAL **Modelo:** NACIONAL

Total de PEREIRA COMERCIO E CONSTRUCAO LTDA **R$ 67.790,52**

Fornecedor: sefir comercio, transporte, serviços e industria ltda	**CPF/CNPJ:** 71.057.848/0001-03
E-mail: vanessa@sefir.com.br	**Telefone:** (32) 98460-2258

Lote 1

CIMENTO CP - III 40 - SACO DE 50 KG CIMENTO PORTLANDCOMPOSTO COM FILERCALCÁREO EM TEOR ENTRE 6 A 10 % CLASSE CP III F32 COR CINZA -

Descrição Comprador

1 - CIMENTO CP - III 40 - SACO DE 50 KG CIMENTO PORTLANDCOMPOSTO COM FILERCALCÁREO EM TEOR ENTRE 6 A 10 % CLASSE CP III F32 COR CINZA

Descrição do Fornecedor	Quant.	Medida	Unitário	Sub Total
CIMENTO CP - III 40 - SACO DE 50 KG CIMENTO PORTLANDCOMPOSTO COM FILERCALCÁREO EM TEOR ENTRE 6 A 10 % CLASSE CP III F32 COR CINZA	1.580,00	unidade	35,50	56.090,00

Marca: voturan **Fabricante:** voturan **Modelo:** cimento cp3

Total de sefir comercio, transporte, serviços e industria ltda **R$ 56.090,00**

A geração dessa ata só é possível após encerrada a sala de disputa e conhecido o vencedor de todos os lotes.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls 165

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: (032) 3576-1130

Homologação Parcial: 0 de 2 lote(s).

Documento gerado em 02 de Julho de 2026.

Samuel Abraao Pires – Preçoeiro(a)

Edmar Antônio Venancio - Equipe de Apoio

Mauro Lucio Marques da Cruz - Equipe de Apoio

MARIA ANDREA DE SOUZA - Equipe de Apoio

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacaopgi@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: (032) 3576-1130

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 166

ATA DE LOTES DESERTOS

PREGÃO Nº. **31/2026**
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. **82/2026**

Não há nenhum lote deserto neste processo.

Homologação Parcial: 0 de 2 lote(s).

Documento gerado em Dores do Turvo, 02 de Julho de 2026.

Samuel Abraao Fires – Pregoeiru(a)

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS - CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: (032) 3576-1130

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls 169

ATA DE LOTES FRACASSADOS

PREGÃO Nº. **31/2026**
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. **82/2026**

Não há nenhum lote fracassado neste processo.

Homologação Parcial: 0 de 2 lote(s).

Documento gerado em 02 de Julho de 2026.

Samuel Abraao Pires - Pregoeiro(a)

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS - CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturva.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: (032) 3576-1130

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
FLS. 163

ATA DE PROPOSTAS ENVIADAS

PREGÃO Nº. **31/2026**
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. **82/2026**

Registro de Preços

Relação de propostas enviadas pelos fornecedores que participaram dos lotes abaixo relacionados.

Lote 1
CIMENTO CP - III 40 - SACO DE 50 KG CIMENTO PORTLANDCOMPOSTO COM FILERCALCÁREO EM TEOR ENTRE 6 A 10 % CLASSE CP III F32 COR CINZA -

Fornecedor: sefir comercio, transporte, serviços e industria ltda	**CNPJ/CPF:** 71.057.848/0001-03
Email: vanessa@sefir.com.br	**Telefone:** (32) 98460-2258
Data/hora de envio 01/07/2026 15:21:31	**Avaliação da proposta:** Classificado

Descrição Comprador

1 - CIMENTO CP - III 40 - SACO DE 50 KG CIMENTO PORTLANDCOMPOSTO COM FILERCALCÁREO EM TEOR ENTRE 6 A 10 % CLASSE CP III F32 COR CINZA

Descrição do Fornecedor	Quantidade	Unidade de Medida	Unitário Proposto
CIMENTO CP - III 40 - SACO DE 50 KG CIMENTO PORTLANDCOMPOSTO COM FILERCALCÁREO EM TEOR ENTRE 6 A 10 % CLASSE CP III F32 COR CINZA	1.580,00	unidade	36,85

Marca: votoran **Fabricante:** votoran **Modelo:** cimento cp3

Fornecedor: PEREIRA COMERCIO E CONSTRUCAO LTDA	**CNPJ/CPF:** 19.788.965/0001-19
Email: velosopereira.licita@yahoo.com	**Telefone:** (31) 97110-1617
Data/hora de envio 01/07/2026 15:12:05	**Avaliação da proposta:** Classificado

Descrição Comprador

1 - CIMENTO CP - III 40 - SACO DE 50 KG CIMENTO PORTLANDCOMPOSTO COM FILERCALCÁREO EM TEOR ENTRE 6 A 10 % CLASSE CP III F32 COR CINZA

Descrição do Fornecedor	Quantidade	Unidade de Medida	Unitário Proposto
CIMENTO CP - III 40 - SACO DE 50 KG CIMENTO PORTLANDCOMPOSTO COM FILERCALCÁREO EM TEOR ENTRE 6 A 10 % CLASSE CP III F32 COR CINZA	1.580,00	unidade	36,85

Marca: NACIONAL **Fabricante:** NACIONAL **Modelo:** NACIONAL

Lote 2
ESTACAS PRE-MOLDADAS DE CONCRETO 20X20 CM

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 169

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS - CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: (032) 3576-1130

Fornecedor: PEREIRA COMERCIO E CONSTRUCAO LTDA		**CNPJ/CPF:** 19.788.965/0001-19	
Email: velosopereira.licita@yahoo.com		**Telefone:** (31) 97110-1617	
Data/hora de envio 01/07/2026 15:12:05		**Avaliação da proposta:** Classificado	
Descrição Comprador			
1 - ESTACAS PRE-MOLDADAS DE CONCRETO 20X20 CM			
Descrição do Fornecedor	**Quantidade**	**Unidade de Medida**	**Unitário Proposto**
ESTACAS PRE-MOLDADAS DE CONCRETO 20X20 CM	324,00	M	209,23
Marca: NACIONAL	**Fabricante:** NACIONAL	**Modelo:** NACIONAL	

A geração dessa ata só é possível após encerrada a sala de disputa e conhecido o vencedor de todos os lotes.

Homologação Parcial: 0 de 2 lote(s).

Documento gerado em 02 de Julho de 2026.

Samuel Abraao Pires - Pregoeiro(a)

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: (032) 3576-1130

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls 170

FORNECEDORES HABILITADOS

PREGÃO Nº. **31/2026**
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. **82/2026**

Registro de Preços, prazo: 12 mes(es)

Final da Proposta/Início da Sessão: **02/07/2026 às 08:00**

Fornecedor: PEREIRA COMERCIO E CONSTRUCAO LTDA	**CPF/CNPJ:** 19.788.065/0001-19
E-mail: velosopereira.licita@yaboo.com	**Telefone:** (31) 97110-1617

Lote 2

ESTACAS PRE-MOLDADAS DE CONCRETO 20X20 CM

Descrição Comprador

1 - ESTACAS PRE-MOLDADAS DE CONCRETO 20X20 CM

Descrição do Fornecedor	Quant.	Medida	Unitário	Sub Total
ESTACAS PRE-MOLDADAS DE CONCRETO 20X20 CM	324,00	M	209,23	67.790,52

Marca: NACIONAL **Fabricante:** NACIONAL **Modelo:** NACIONAL

Total de PEREIRA COMERCIO E CONSTRUCAO LTDA **R$ 67.790,52**

Fornecedor: sefir comercio, transporte, serviços e industria ltda	**CPF/CNPJ:** 71.057.848/0001-03
E-mail: vanessa@sefir.com.br	**Telefone:** (32) 98460-2258

Lote 1

CIMENTO CP - III 40 - SACO DE 50 KG CIMENTO PORTLANDCOMPOSTO COM FILERCALCÁREO EM TEOR ENTRE 6 A 10 % CLASSE CP III F32 COR CINZA -

Descrição Comprador

1 - CIMENTO CP - III 40 - SACO DE 50 KG CIMENTO PORTLANDCOMPOSTO COM FILERCALCÁREO EM TEOR ENTRE 6 A 10 % CLASSE CP III F32 COR CINZA

Descrição do Fornecedor	Quant.	Medida	Unitário	Sub Total
CIMENTO CP - III 40 - SACO DE 50 KG CIMENTO PORTLANDCOMPOSTO COM FILERCALCÁREO EM TEOR ENTRE 6 A 10 % CLASSE CP III F32 COR CINZA	1.580,00	unidade	35,50	56.090,00

Marca: voloran **Fabricante:** voloran **Modelo:** cimento cp3

Total de sefir comercio, transporte, serviços e industria ltda **R$ 56.090,00**

A geração dessa ata só é possível após encerrada a sala de disputa e conhecido o vencedor de todos os lotes.

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS - CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: (032) 3576-1130

Homologação Parcial: 0 de 2 lote(s).

Documento gerado em 02 de Julho de 2026.

Samuel Abraao Pires - Pregoeiro(a)

Edmar Antônio Venancio - Equipe de Apoio

Mauro Lucio Marques da Cruz - Equipe de Apoio

MARIA ANDREA DE SOUZA - Equipe de Apoio

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: 0800 032 3040

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 192

PARECER JURÍDICO PRELIMINAR

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 082/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026

OBJETO: Aquisição de material de construção, referente a itens julgados desertos e fracassados, para construção da Ponte do Zeca, localizada na estrada que liga a sede do Município de Dores do Turvo, Estado de Minas Gerais, às comunidades da Vargem Nossa Senhora Aparecida e Caramonas.

I. RELATÓRIO

Trata-se de análise jurídica final do Processo Licitatório nº 082 de 2026, Pregão Eletrônico nº 031 de 2026, instaurado pelo Município de Dores do Turvo, Estado de Minas Gerais, com fundamento na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, tendo por objeto a aquisição de material de construção, referente a itens julgados desertos e fracassados, destinados à construção da Ponte do Zeca, situada na estrada que liga a sede do Município às comunidades da Vargem Nossa Senhora Aparecida e Caramonas.

O procedimento foi processado na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por item, nos termos do artigo 28, inciso I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

A fase preparatória foi instruída com Documento de Formalização da Demanda, Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, pesquisa de preços, minuta de edital e respectivos anexos, tendo sido previamente submetida à análise jurídica, ocasião em que se opinou pelo regular prosseguimento do certame.

Consta dos autos que houve ratificação do edital, com consolidação dos valores estimados dos itens licitados nos seguintes termos:

Item 01: Cimento Composto CP II 32, embalagem de 50 kg, com valor estimado ratificado em R$ 36,85 por unidade.

Item 02: Estacas pré-moldadas de concreto 20 x 20 cm, com valor estimado ratificado em R$ 209,23 por metro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls 173

A sessão pública do Pregão Eletrônico ocorreu em 2 de julho de 2026, às 8 horas. Registra-se que não houve impugnação ao edital, tampouco manifestação de intenção recursal pelos licitantes, circunstância que evidencia a regularidade procedimental quanto ao exercício do contraditório administrativo e a preclusão das insurgências na esfera própria do certame, sem prejuízo do controle permanente de legalidade pela Administração Pública.

Após a etapa de lances, julgamento das propostas e análise da habilitação, foram declaradas vencedoras as seguintes empresas:

Item 01: Cimento Composto CP II 32, embalagem de 50 kg.
Fornecedor vencedor: Sefir Comércio, Transporte, Serviços e Indústria Ltda.
CNPJ nº 71.057.848.0001-03.
Valor final unitário: R$ 35,50.

Item 02: Estacas pré-moldadas de concreto 20 x 20 cm.
Fornecedor vencedor: Pereira Comércio e Construção Ltda.
CNPJ nº 19.788.965.0001-19.
Valor final unitário: R$ 209,23.

Vieram os autos para análise jurídica final quanto à regularidade dos atos praticados, bem como quanto à possibilidade de adjudicação, homologação e convocação das empresas vencedoras para assinatura dos respectivos contratos administrativos.

É o relatório.

II. FUNDAMENTAÇÃO

A presente manifestação jurídica tem por finalidade examinar a regularidade formal e a juridicidade dos atos praticados no âmbito do procedimento licitatório, especialmente após o encerramento da fase externa do certame.

A atuação da Assessoria Jurídica, nos termos do artigo 53 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, possui natureza de controle de legalidade, não competindo ao órgão

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO
Fls. 114

jurídico substituir a atuação técnica do agente de contratação, do pregoeiro, da equipe de apoio, do setor requisitante, da área contábil, da autoridade competente ou dos demais agentes públicos responsáveis pela instrução e condução do procedimento.

Compete ao parecerista jurídico verificar a conformidade dos atos administrativos com o ordenamento jurídico, mediante exame da legalidade formal do processo, da observância das regras editalícias, da regularidade da fase preparatória, da compatibilidade da modalidade adotada com o objeto licitado e do respeito aos princípios aplicáveis às contratações públicas.

Não cabe à Assessoria Jurídica emitir juízo substitutivo acerca de aspectos técnicos, mercadológicos, quantitativos, orçamentários, contábeis ou de conveniência e oportunidade administrativa, salvo quando tais elementos revelarem manifesta ilegalidade ou inconsistência jurídica evidente.

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, as licitações e contratações públicas devem observar, entre outros, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público, probidade administrativa, igualdade, planejamento, transparência, eficácia, segregação de funções, motivação, vinculação ao edital, julgamento objetivo, segurança jurídica, razoabilidade, competitividade, proporcionalidade, celeridade, economicidade e seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública.

No caso em exame, a escolha da modalidade pregão eletrônico mostra-se juridicamente adequada, tendo em vista que o objeto consiste na aquisição de bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade puderam ser definidos objetivamente no Termo de Referência, por meio de especificações usuais de mercado.

O critério de julgamento pelo menor preço por item também se revela compatível com a natureza da contratação, pois permite a obtenção da proposta mais vantajosa para cada item autônomo do certame, favorecendo a competitividade, a economicidade e o julgamento objetivo.

A fase preparatória foi formalizada com os documentos exigidos pela Lei Federal nº 14.133, de 2021, destacando-se o Documento de Formalização da Demanda, o Estudo Técnico Preliminar, o Termo de Referência, a pesquisa de preços, o edital e seus anexos. Tais documentos demonstram a necessidade administrativa, a definição do objeto, os parâmetros de contratação, a estimativa de preços, as regras de participação, os requisitos de habilitação e as condições de execução contratual.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 175

Quanto à estimativa de preços, verifica-se que houve ratificação do edital, com atualização e consolidação dos valores referenciais dos itens licitados. O item 01 passou a contar com valor estimado ratificado de R$ 36,85 por unidade, enquanto o item 02 passou a contar com valor estimado ratificado de R$ 209,23 por metro.

Diante da ratificação promovida pela Administração, constata-se que os preços finais ofertados pelas empresas vencedoras encontram-se adequados aos valores estimados constantes dos autos.

Com efeito, o item 01 foi arrematado pelo valor unitário de R$ 35,50, inferior ao valor estimado ratificado de R$ 36,85, evidenciando compatibilidade com o parâmetro estabelecido pela Administração.

Por sua vez, o item 02 foi arrematado pelo valor unitário de R$ 209,23, correspondente ao valor estimado ratificado, inexistindo, sob o aspecto jurídico formal, desconformidade apta a impedir o prosseguimento do feito.

Assim, não subsiste ressalva quanto à aceitabilidade dos preços, uma vez que os valores finais se encontram compatíveis com a estimativa ratificada no procedimento, atendendo ao princípio da economicidade e à seleção da proposta mais vantajosa, dentro dos parâmetros fixados pela Administração.

No tocante à publicidade e à competitividade, registra-se que a sessão pública foi regularmente realizada em 2 de julho de 2026, às 8 horas, no ambiente eletrônico indicado no edital, com observância das regras do instrumento convocatório.

Não houve impugnação ao edital. Tal circunstância revela a inexistência de questionamento formal tempestivo quanto às cláusulas editalícias, sem prejuízo do dever da Administração de zelar, em qualquer tempo, pela legalidade de seus próprios atos.

Também não houve manifestação de intenção recursal. Ausente insurgência recursal no momento próprio, restaram consolidados os atos de julgamento e habilitação praticados no certame, ficando a Administração autorizada a dar prosseguimento às etapas subsequentes, desde que observadas as formalidades legais.

Quanto à habilitação, parte-se da premissa de que os documentos apresentados pelas empresas vencedoras foram regularmente conferidos pelo agente responsável, conforme as exigências previstas no edital e na Lei Federal nº 14.133, de 2021. A análise jurídica final não substitui a verificação material de certidões, declarações, documentos de habilitação jurídica, regularidade fiscal, regularidade trabalhista, qualificação técnica e qualificação econômico-financeira, cuja apreciação compete aos agentes administrativos responsáveis pela condução do certame.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls 116

Não se identifica, pelos elementos informados, vício jurídico capaz de comprometer a validade do procedimento licitatório, tendo sido observadas as fases essenciais da licitação, a vinculação ao instrumento convocatório, o julgamento objetivo, a ausência de recursos e a regularidade dos preços finais em face dos valores ratificados.

Encerradas as fases de julgamento e habilitação, compete à autoridade superior deliberar acerca da adjudicação do objeto e da homologação do certame, conforme dispõe o artigo 71 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Após a homologação, a Administração deverá convocar as empresas vencedoras para assinatura dos respectivos contratos administrativos, observados os prazos, condições e formalidades constantes do edital e do artigo 90 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Dessa forma, sob o aspecto jurídico formal, o Processo Licitatório nº 082 de 2026, Pregão Eletrônico nº 031 de 2026, encontra-se apto à aprovação final, adjudicação, homologação e posterior convocação dos vencedores para celebração contratual.

III. CONCLUSÃO

Ante o exposto, esta Assessoria Jurídica, no exercício do controle de legalidade que lhe compete, opina pela aprovação integral do rol de documentos apresentados, porquanto, sob o aspecto jurídico formal, os autos se encontram regularmente instruídos e em conformidade com a Lei Federal nº 14.133, de 2021, com o instrumento convocatório e com os princípios que regem as contratações públicas.

Considerando a ratificação do edital, com a consolidação do valor estimado do item 01 em R$ 36,85 e do item 02 em R$ 209,23, conclui-se que os preços finais ofertados pelas empresas vencedoras encontram-se adequados e compatíveis com os parâmetros estabelecidos pela Administração.

Dessa forma, não se verifica óbice jurídico à adjudicação do item 01 à empresa Sefir Comércio, Transporte, Serviços e Indústria Ltda., inscrita no CNPJ nº 71.057.848.0001-03, pelo valor unitário de R$ 35,50, e do item 02 à empresa Pereira Comércio e Construção Ltda., inscrita no CNPJ nº 19.788.965.0001-19, pelo valor unitário de R$ 209,23.

Igualmente, não se verifica impedimento jurídico à homologação do certame pela autoridade competente, diante da regularidade dos atos praticados, da inexistência de

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 1119

impugnação ao edital, da ausência de manifestação recursal e da adequação dos preços finais aos valores ratificados no processo.

Por conseguinte, recomenda-se a homologação do Processo com a consequente convocação das empresas para assinatura dos respectivos contratos administrativos com a Administração Pública, observados os prazos, condições e formalidades previstos no edital e na Lei Federal nº 14.133, de 2021.

É o parecer, salvo melhor juizo.

Dores do Turvo/MG, 07 de julho de 2026.

Washington Luiz Sudré Silva Junior
OAB/MG 213.207
Assessor Jurídico

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO
Fls 173

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: (032) 3376-1130

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente constante no preâmbulo do Edital do **Pregão nº 31/2026**, Processo Administrativo nº **82/2026**, após análise, conferência e deliberação, resolve **ADJUDICAR** o procedimento em epígrafe, nos seguintes termos:

Objeto: Registro de Preços para Aquisição de material de construção (itens julgados desertos e fracassados) para construção da Ponte do Zeca na estrada que liga a sede do município de Dores do Turvo MG as comunidades da Vargem Nossa Senhora Aparecida e Caramonas

Resumo

Fornecedor	Estimado	Adjudicado	Diferença
PEREIRA COMERCIO E CONSTRUCAO LTDA - 19.788.965/0001-19 pereira.licite@yahoo.com - (31) 97110-1617	67.790,52	67.790,52	0,00 Sem Variação (0,00%)
sefir comercio, transporte, serviços e industria ltda - 71.057.848/0001-03 vanessa@sefir.com.br - (32) 98460-2258	58.223,00	56.090,00	2.133,00 Provento (3,66%)
Totais	**126.013,52**	**123.880,52**	**2.133,00** **Provento (1,69%)**

Detalhes

Kallil Dahier Moreira Cunha na condição de **Autoridade Competente** Adjudicou o(s) lote(s) em favor de:

Fornecedor: PEREIRA COMERCIO E CONSTRUCAO LTDA - **CPF/CNPJ:** 19.788.965/0001-19

Lote 2			**Data/Hora da Adjudicação - 08/07/2026 10:29:34**	
ESTACAS PRE-MOLDADAS DE CONCRETO 20X20 CM				
Descrição Item	**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
ESTACAS PRE-MOLDADAS DE CONCRETO 20X20 CM	324,00	M	209,23	67.790,52
Marca: NACIONAL	**Fabricante:** NACIONAL		**Modelo:** NACIONAL	

Fornecedor: sefir comercio, transporte, serviços e industria ltda - **CPF/CNPJ:** 71.057.848/0001-03

Lote 1	**Data/Hora da Adjudicação - 08/07/2026 10:29:34**
CIMENTO CP - III 40 - SACO DE 50 KG CIMENTO PORTLANDCOMPOSTO COM FILERCALCÁREO EM TEOR ENTRE 6 A 10 % CLASSE CP III P32 COR CINZA	

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS - CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE PARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: (032) 3576-1130

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 179

Descrição Item	Quantidade	Medida	Unitário	Sub Total
CIMENTO CP - III 40 - SACO DE 50 KG CIMENTO PORTLANDCOMPOSTO COM FILERCALCÁREO EM TEOR ENTRE 6 A 10 % CLASSE CP III P32 COR CINZA	1.580,00	unidade	35,50	56.090,00
Marca: voturan	**Fabricante:** voturan		**Modelo:** cimento cp3	

Dores do Turvo, 08 de Julho de 2026.

KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA:08600921600

Assinado de forma digital por KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA:08600921600
Dados: 2026.07.08 10:34:21 -03'00'

Autoridade Competente: Kallil Dahier Moreira Cunha

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE PARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdaturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: (032) 3576-1130

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 180

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente constante no preâmbulo do Edital de **Pregão** nº **31/2026**, Processo Administrativo nº **82/2026**, após análise, conferência e deliberação, resolve **HOMOLOGAR** o procedimento em epígrafe, nos seguintes termos:

Objeto: Registro de Preços para Aquisição de material de construção (itens julgados desertos e fracassados) para construção da Ponte do Zeca na estrada que liga a sede do município de Dores do Turvo MG as comunidades da Varjem Nossa Senhora Aparecida e Caramonas

Resumo

Fornecedor	Estimado	Homologado	Diferença
PEREIRA COMERCIO E CONSTRUCAO LTDA - 19.788.965/0001-19 pereira.licita@yahoo.com - (31) 97110-1617	67.790,52	67.790,52	0,00 Sem Variação (0,00%)
sefir comercio, transporte, serviços e industria ltda - 71.057.848/0001-03 vanessa@sefir.com.br - (32) 98460-2258	58.223,00	56.090,00	2.133,00 Prejuízo (3,68%)
Totais	**126.013,52**	**123.880,52**	**2.133,00** Prejuízo (1,68%)

Detalhes

Kallil Dahler Moreira Cunha na condição de **Autoridade Competente** Homologou o(s) lote(s) em favor de:

Fornecedor: PEREIRA COMERCIO E CONSTRUCAO LTDA - **CPF/CNPJ:** 19.788.965/0001-19

Lote 2 — **Data/Hora da Homologação - 08/07/2026 10:29:44**

ESTACAS PRE-MOLDADAS DE CONCRETO 20X20 CM

Descrição Item	Quantidade	Medida	Unitário	Sub Total
ESTACAS PRE-MOLDADAS DE CONCRETO 20X20 CM	324,00	M	209,23	67.790,52

Marca: NACIONAL **Fabricante:** NACIONAL **Modelo:** NACIONAL

Fornecedor: sefir comercio, transporte, serviços e industria ltda - **CPF/CNPJ:** 71.057.848/0001-03

Lote 1 — **Data/Hora da Homologação - 08/07/2026 10:29:44**

CIMENTO CP - III 40 - SACO DE 50 KG CIMENTO PORTLANDCOMPOSTO COM FILERCALCÁREO EM TEOR ENTRE 6 A 10 % CLASSE CP III E32 COR CINZA -

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO
ESTADO DE MINAS GERAIS - CEP.: 36.513-000
RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.
licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br
CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: (032) 3576-1130

Fls.: 181

Descrição Item	Quantidade	Medida	Unitário	Sub Total
CIMENTO CP - III 40 - SACO DE 50 KG CIMENTO PORTLAND COMPOSTO COM FILER CALCÁREO EM TEOR ENTRE 6 A 10 % CLASSE CP III P32 COR CINZA	1.580,00	unidade	35,50	56.090,00
Marca: voturan	**Fabricante:** voturan		**Modelo:** cimento cp3	

Dores do Turvo, 08 de Julho de 2026.

KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA:08600921600

Assinado de forma digital por KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA:08600921600
Dados: 2026.07.08 10:24:45 -03'00'

Autoridade Competente: Kallil Dahier Moreira Cunha

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO

ESTADO DE MINAS GERAIS - CEP.: 36.513-000

RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO DORES DO TURVO.

licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br

CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: (032) 3576-1130

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 151/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 Processo nº 082/2026

O Município de Dores do Turvo MG, pessoa jurídica de direito Público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 18.128.249/0001-42, com sede na Rua Paulo Fernandes de Faria, nº 55. Centro. Dores do Turvo MG. CEP: 36.513-000, através de seu Prefeito Municipal, SRº Kallil Dahier Moreira Cunha, residente na cidade de Dores do Turvo-MG doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a Empresa sefir comercio, transporte, serviços e industria ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 71 057 848/0001-03, com sede no bairro centro, nº 609, cidade de Senador Firmino, estado de MG, cep: 36540000 neste ato representada pelo Sr(a). VANESSA DE BARROS CUNHA, portador CPF nº 09768949635, doravante denominada CONTRATADA, tendo em vista o resultado do **Processo Licitatório 082/2026 Pregão Eletrônico nº 031/2026** cujo resultado foi homologado na data de 08 de julho de 2026, resolvem celebrar o presente CONTRATO, que se regerá pela Lei Federal 14.133/21, em consonância com as normas e condições fixadas no ato convocatório do referido processo de licitação, e seus anexos, com os termos da proposta vencedora, e de acordo com as condições e cláusulas seguintes:

1. DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para Aquisição de material de construção (itens julgados desertos e fracassados) para construção da Ponte do Zeca na estrada que liga a sede do município de Dores do Turvo MG as comunidades da Vargem Nossa Senhora Aparecida e Caramonas.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Valor Total estimado Rs Rs 56.090,00 (cinquenta e seis mil e noventa reais)

Lote 1

CIMENTO CP - III 40 - SACO DE 50 KG CIMENTO PORTLANDCOMPOSTO COM FILERCALCÁREO EM TEOR ENTRE 6 A 10 % CLASSE CP III F32 COR CINZA -

Descrição dos Itens	Quantidade / Unidade	Unitario Final	Sub Total
CIMENTO CP - III 40 - SACO DE 50 KG CIMENTO PORTLANDCOMPOSTO COM FILERCALCÁREO EM TEOR ENTRE 6 A 10 % CLASSE CP III F32 COR CINZA	1.580,00 unidade	R$ 35,50	Rs 56.090,00
Marca: votoran	**Fabricante:** votoran	**Modelo:** cimento cp3	
Total Lote 1	xl		Rs 56.090,00

Assinado por 2 pessoas: KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA e VANESSA DE BARROS CUNHA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://validardigital.1doc.com.br/verificacao/CBC7-1225-C952-L4C9 e informe o código CBC7-1225-C952-E4C9

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO
Fls. 183

2. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
    1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
        1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
        2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
        3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
    2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
        1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
    3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
    4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
    5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado.

Dos limites para as adesões

1. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
2. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
3. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.
4. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma

Assinado por 2 pessoas: KALIL DANIER MOREIRA CUNHA e VANESSA DE BARROS CUNHA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://validar.iti.gov.br e informe o código CUC7-1225-C952-B4C0

do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

3. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
    1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
    2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
    1. O instrumento contratual deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
    1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;
    2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
        1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
        2. Mantiverem sua proposta original.
    3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 3.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

Assinado por 2 pessoas: KALIL DANIER MOREIRA CUNHA e VANESSA DE BARROS CUNHA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://verificador.iti.gov.br/verificar-2.1/#/validar e informe o código CBC7-1225-C952-E4C8 e informe o código CBC7-1225-C952-E4C8

Fls. 185

1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital;* e
2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.

8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
    1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 3.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
    1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
    2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

4. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
    1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do

Assinado por 2 pessoas: KALIL DANIER MOREIRA CUNHA e VANESSA DE BARROS CUNHA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://validar.iti.gov.br e informe o código CBC7-1225-C952-E4C8 ou acesse https://validardigital.1doc.com.br/verificacao/CBC7-1225-C952-E4C8

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 186

caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
    1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
    2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

2. **Os pedidos de reajuste de preço não serão aceitos caso a empresa encaminhar o pedido para Prefeitura Municipal após o recebimento da ordem de fornecimento para entrega. Isso justifica- se que não tem como depois de enviado a ordem de fornecimento, alterar valores na ordens e empenhos.**
3. **Pedidos de reajuste de preço será analisado somente mediante correio ou email do setor de licitações (licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br).**

5. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
    1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
        1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
        2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores do mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
        3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
        4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
    2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
        1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
        2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que

Assinado por 2 pessoas: KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA e VANESSA DE BARROS CUNHA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://validar.iti.gov.br/verificacao/CBC7-1225-C952-E4C8 e informe o código CBC7-1225-C952-E4C8

inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 7.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 7.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 5.2 e no item 5.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
   1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
   2. O remanejamento somente poderá ser feito:
      1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
      2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
   3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
   4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
   5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
   6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
   7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 6.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
   1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

Assinado por 2 pessoas: KAUIL DAHIER MOREIRA CUNHA e VANESSA DE BARROS CUNHA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://portal.iti.gov.br/verificacao/CRC7-1225-C962-L4C3 e informe o código CRC7-1225-C962-L4C3

Fls. 188

1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
    1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
    1. Por razão de interesse público;
    2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
    3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

8. DAS PENALIDADES
    1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
        1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
    2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
    3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.
9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E PAGAMENTOS

As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da seguinte dotação

Assinado por 2 pessoas: KALIL DAHER MOREIRA CUNHA e VANESSA DE BARROS CUNHA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://validar.iti.gov.br/verificacao/CBC7-1225-C952-E4C9 e informe o código CBC7-1225-C952-E4C9

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO
Fls. 189

orçamentaria:

4.4.90.51.00.2.10.01.15.451.0007.1.0002

Prazo de pagamento

O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias após a entrega.

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento: Não haverá antecipação de pagamentos

10. ENTREGA

O produto deverá ser entregue em plenas condições de uso. O produto que eventualmente apresentar indícios de adulteração sujeitará a empresa responsável a responder por sanções administrativas, civeis e criminais previstas na Lei Federal nº 14133/2021.

A entrega dos produtos deverá ocorrer de acordo com as autorizações de compras emitidas e em qualquer quantidade, sem nenhum custo para o Municipio de Dores do Turvo.

Após emissão da Autorização de Compra a empresa terá o prazo de 10 (dez) dias uteis para entrega dos produtos no local e horário a ser indicado na ordem de fornecimento podendo ser zona urbana e rural (no local da obra - Comunidade Vargem Nossa Senhora Aparecida). Prazo este, em conformidade com o TCEMG.

A Prefeitura Municipal não dispõe de servidores para auxiliar no descarregamento dos veículos de entrega, sendo essa atividade de responsabilidade exclusiva da Contratada.

No ato da entrega das mercadorias, serão requeridos 3 (três) dias úteis para conferência/assinatura da nota fiscal.

Assinado por 2 pessoas: KALIL DAHIER MOREIRA CUNHA e VANESSA DE BARROS CUNHA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://validar.iti.gov.br/verificacao/CBC7-1225-C852-E4C9 e informe o código CBC7-1225-C852-E4C9

Pedido será de forma parcelada tendo em visto que a prefeitura municipal não possui local para armazenamento;

Despesas com transporte, hospedagem e alimentação para entrega e possíveis trocas por conta do contratado.

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo

Caso não seja possível a prestação de serviços na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

O pagamento será efetuado ate 30 (trinta) dias após a entrega, mediante depósito/transferência em conta de titularidade da CONTRATADA.

Todo pagamento será efetuado após emissão de competente nota fiscal, devidamente preenchida, não podendo conter erros ou rasuras.

O quantitativo estimado na planilha será de forma parcelada sob o modo registro de preço;

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados a partir da data de assinatura

Não será aceito entrega de itens divergente ao que foi licitado.

11. CONDIÇÕES GERAIS

Gestor do Contrato: Secretario Requisitante da Prestação de Serviços

As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Fica eleito o Foro da Comarca de Senador Firmino/MG, com exclusão de qualquer outro para dirimir quaisquer dúvidas referentes a este Contrato.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Dores do Turvo MG, 08 de julho de 2026.

Municipio Dores do Turvo

Kallil Dahier Moreira Cunha - Prefeito Municipal

Assinado por 2 pessoas: KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA e VANESSA DE BARROS CUNHA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://funarpen.portalgpi.ddoc.com.br/verificacao/CBC7-1225-C852-E4C8 e informe o código CBC7-1225-C852-E4C8

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 191

_____

sefir comercio, transporte, serviços e industria ltda

VANESSA DE BARROS CUNHA - Representante

Testemunhas:

01) Nome: _____ CPF_____

02) Nome: _____ CPF_____

Assinado por 2 pessoas: KALLIL DAMIER MOREIRA CUNHA e VANESSA DE BARROS CUNHA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://ditalgital.tjdft.jus.br/verificacao/CBC7-1225-C952-E4C9 e informe o código CBC7-1225-C952-E4C9

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 198

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: CBC7-1225-C952-E4C9

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✔ KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA (CPF 086.XXX.XXX-00) em 08/07/2026 10:52:55 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

✔ SEFIR COMERCIO TRANSPORTE SERVICOS E INDUSTRIA LT (CNPJ 71.XXX.XXX/XXXX-03) VIA PORTADOR VANESSA DE BARROS CUNHA (CPF 097.XXX.XXX-35) em 09/07/2026 07:18:50 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://licitardigital.1doc.com.br/verificacao/CBC7-1225-C952-E4C9

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO

ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000

RUA PAULO FERNANDES DE FARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.

licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br

CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: (032) 3576-1130

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO MG Fls. 193

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º ~~151~~ 152/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 Processo n° 082/2026

O Município de Dores do Turvo MG, possoa juridica de direito Público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 18.128.249/0001-42, com sede na Rua Paulo Fernandes de Faria, nº 55. Centro. Dores do Turvo MG. CEP: 36.513-000, através de seu Prefeito Municipal, SRº Kallil Dahier Moreira Cunha, residente na cidade de Dores do Turvo-MG doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a Empresa PEREIRA COMERCIO E CONSTRUCAO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 19 788 965/0001-19, com sede no bairro Vau Açu, nº 2905, cidade de Viçosa, estado de MG, cep: 36574320 neste ato representada pelo Sr(a). JULIANA SILVA PEREIRA, portador CPF nº 05190277607, doravante denominada CONTRATADA, tendo em vista o resultado do **Processo Licitatório 082/2026 Pregão Eletrônico nº 031/2026** cujo resultado foi homologado na data de 08 de julho de 2026, resolvem celebrar o presente CONTRATO, que se regerá pela Lei Federal 14.133/21, em consonância com as normas e condições fixadas no ato convocatório do referido processo de licitação, e seus anexos, com os termos da proposta vencedora, e de acordo com as condições e cláusulas seguintes:

1. DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para Aquisição de material de construção (itens julgados desertos e fracassados) para construção da Ponte do Zeca na estrada que liga a sede do município de Dores do Turvo MG as comunidades da Vargem Nossa Senhora Aparecida e Caramonas.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Valor Total estimado R$ R$ 67.790,52 (sessenta e sete mil e setecentos e noventa reais e cinquenta e dois centavos)

Lote 2

ESTACAS PRE-MOLDADAS DE CONCRETO 20X20 CM

Descrição dos Itens	Quantidade / Unidade	Unitário Final	Sub Total
ESTACAS PRE-MOLDADAS DE CONCRETO 20X20 CM	324,00 M	R$ 209,23	R$ 67.790,52
Marca: NACIONAL	Fabricante: NACIONAL	Modelo: NACIONAL	
Total Lote 2	x1	R$ 67.790,52	

2. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Assinado por 2 pessoas: KALLIL DAHER MOREIRA CUNHA e JULIANA SILVA PEREIRA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://validar.iti.gov.br/verificacao/C31C-FD46-5D16-5B10 e informe o código C31C-FD46-5D16-5B10

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 196

1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
    1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
    2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
    3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
    1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado.

Dos limites para as adesões

1. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
2. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
3. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.
4. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Assinado por 2 pessoas: KALIL DAHER MOREIRA GUINHA e JULIANA SILVA PEREIRA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://lolaintegral.tjdft.com.br/verificacaoC31C-F5A9-9D16-5B19 e informe o código C31C-F5A9-9D16-5B19

Vedação a acréscimo de quantitativos

1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

3. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
    1. O contrato decorrente da ata do registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
    2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
    1. O instrumento contratual deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
    1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;
    2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
        1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
        2. Mantiverem sua proposta original.
    3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 3.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
    1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas

Assinado por 2 pessoas: KALIL DAHER MOREIRA CUNHA e JULIANA SILVA PEREIRA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://validar.iti.gov.br e informe o código C31C-FB46-3D16-5919 e informe o código C31C-FB46-3D16-5919

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls 196

condições estabelecidos *no edital*; e

2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.

8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
    1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 3.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
    1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
    2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

4. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
    1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

Assinado por 2 pessoas: KAIUL DAHER MOREIRA CUNHA e JULIANA SILVA PEREIRA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://ltdigital.lfdoc.com.br/verificarpdf/C31C-FB48-9D16-6019 e informe o código C31C-FB48-9D16-6019

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls 197

2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
    1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
    2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

2. **Os pedidos de reajuste de preço não serão aceitos caso a empresa encaminhar o pedido para Prefeitura Municipal após o recebimento da ordem de fornecimento para entrega. Isso justifica- se que não tem como depois de enviado a ordem de fornecimento, alterar valores na ordens e empenhos.**
3. **Pedidos de reajuste de preço será analisado somente mediante correio ou email do setor de licitações (licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br).**

5. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
    1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
        1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
        2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
        3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
        4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
    2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
        1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
        2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade

Assinado por 2 pessoas: KALLIL DANIER MOREIRA CUNHA e JULIANA SILVA PEREIRA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://verificador.iti.gov.br e informe o código C31C-FB46-9D19-5919

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
FLS 198

gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 7.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 7.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 5.2 e no item 5.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
   1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
   2. O remanejamento somente poderá ser feito:
      1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
      2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
   3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
   4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
   5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
   6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
   7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 6.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
   1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
      1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

Assinado por 2 pessoas: KALLIL CAHIER MOREIRA CUNHA e JULIANA SILVA PEREIRA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://verificador.gti.tdoc.com.br/verificacao/C31C-FB46-3D16-6519 e informe o código C31C-FB46-3D16-6519

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 199

2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
    1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
    1. Por razão de interesse público;
    2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
    3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

8. DAS PENALIDADES
    1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
        1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
    2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
    3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.
9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E PAGAMENTOS

As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentaria:

Assinado por 2 pessoas: KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA e JULIANA SILVA PEREIRA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://listaridigital.ildoc.com.br/verificador/C31C-F846-9D16-5919 e informe o código C31C-F846-9D16-5919

4.4.90.51.00.2.10.01.15.451.0007.1.0002

Prazo de pagamento

O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias após a entrega.

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento: Não haverá antecipação de pagamentos

10. ENTREGA

O produto deverá ser entregue em plenas condições de uso. O produto que eventualmente apresentar indícios de adulteração sujeitará a empresa responsável a responder por sanções administrativas, civeis e criminais previstas na Lei Federal n° 14133/2021.

A entrega dos produtos deverá ocorrer de acordo com as autorizações de compras emitidas e em qualquer quantidade, sem nenhum custo para o Município de Dores do Turvo.

Após emissão da Autorização de Compra a empresa terá o prazo de 10 (dez) dias uteis para entrega dos produtos no local e horário a ser indicado na ordem de fornecimento podendo ser zona urbana e rural (no local da obra - Comunidade Vargem Nossa Senhora Aparecida). Prazo este, em conformidade com o TCEMG.

A Prefeitura Municipal não dispõe de servidores para auxiliar no descarregamento dos veículos de entrega, sendo essa atividade de responsabilidade exclusiva da Contratada.

No ato da entrega das mercadorias, serão requeridos 3 (três) dias úteis para conferência/assinatura da nota fiscal.

Pedido será de forma parcelada tendo em visto que a prefeitura municipal não possui local para armazenamento;

Assinado por 2 pessoas: KALLIL DANIER MOREIRA CUNHA e JULIANA SILVA PEREIRA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://validar.iti.gov.br/verificacao/C31C-FB45-0016-5919 e informe o código C31C-FB45-0016-5919

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
FL. 301

Despesas com transporte, hospedagem e alimentação para entrega e possíveis trocas por conta do contratado.

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo

Caso não seja possível a prestação de serviços na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

O pagamento será efetuado ate 30 (trinta) dias após a entrega, mediante depósito/transferência em conta de titularidade da CONTRATADA.

Todo pagamento será efetuado após emissão de competente nota fiscal, devidamente preenchida, não podendo conter erros ou rasuras.

O quantitativo estimado na planilha será de forma parcelada sob o modo registro de preço;

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados a partir da data de assinatura

Não será aceito entrega de itens divergente ao que foi licitado.

11. CONDIÇÕES GERAIS

Gestor do Contrato: Secretario Requisitante da Prestação de Serviços

As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Fica eleito o Foro da Comarca de Senador Firmino/MG, com exclusão de qualquer outro para dirimir quaisquer dúvidas referentes a este Contrato.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Dores do Turvo MG, 08 de julho de 2026.

Municipio Dores do Turvo

Kallil Dahior Moreira Cunha - Prefeito Municipal

Assinado por 2 pessoas: KALLIL DAHIOR MOREIRA CUNHA e JULIANA SILVA PEREIRA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://validar.iti.gov.br/verificasda/C31C-FB48-9D16-5B19 e informe o código C31C-FB48-9D16-5B19

MUNICÍPIO DE DORES DO TURVO

ESTADO DE MINAS GERAIS – CEP.: 36.513-000

RUA PAULO FERNANDES DE PARIA, 55- CENTRO-DORES DO TURVO.

licitacao@doresdoturvo.mg.gov.br

CNPJ:18.128.249/0001-42 - tel: (032) 3576-1130

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
FL. 302

PEREIRA COMERCIO E CONSTRUCAO LTDA

JULIANA SILVA PEREIRA - Representante

Testemunhas:

01) Nome: _____ CPF_____

02) Nome: _____ CPF_____

Assinado por 2 pessoas: KALLIL DAHER MOREIRA CUNHA e JULIANA SILVA PEREIRA
Para verificar as validade das assinaturas, acesse https://d.ltdbr.com.br/verificador/C31C-FB46-9D18-5915 e informe o código C31C-FB46-9D18-5915

PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO TURVO - MG
Fls. 203

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: C31C-FB46-9D16-5919

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✔ KALLIL DAHIER MOREIRA CUNHA (CPF 086.XXX.XXX-00) em 08/07/2026 10:52:04 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

✔ JULIANA SILVA PEREIRA (CPF 051.XXX.XXX-07) em 08/07/2026 11:01:49 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: AC SOLUTI Multipla v5 << AC SOLUTI v5 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://licitardigital.1doc.com.br/verificacao/C31C-FB46-9D16-5919